

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE-FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A REPRESENTATIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESPAÇO
AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS**

TÂNIA FERREIRA DA LUZ

Rio Grande
2014

TÂNIA FERREIRA DA LUZ

**A REPRESENTATIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESPAÇO
AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS**

Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação da Professora Dr^a Jussara Mantelli.

Rio Grande

2014

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a Jussara Mantelli (orientadora) ICHI-PPGeo-FURG

Prof^a Dr^a Carmem Rejane Pacheco Porto
ICHI-FURG (São Lourenço do Sul)

Prof. Dr Adão José Vital da Costa
ICH-UFPEL

Prof^a. Dr^a. Giancarla Salamoni (suplente)
ICH-UFPEL-PPGeo

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é uma tarefa fácil, mas algo necessário na elaboração de qualquer trabalho, a ajuda dos que nos auxiliam a se chegar ao objetivo final é sempre bem-vinda. Tentarei não esquecer ninguém que foi importante para a conclusão desta tarefa.

Começo agradecendo a compreensão e ajuda da minha orientadora Jussara Mantelli, sem ela seria impossível ter chegado ao final. Obrigada pela paciência, pela amizade, carinho e dedicação.

As conversas com as amigas e colegas do grupo de pesquisa do qual faço parte o ARCA-FURG, Janete e Noemi e ao colega Francisco, que mesmo não estando mais por aqui, seus conhecimentos e ensinamentos me acompanham sempre.

Ao meu grande amigo, aliás, o primeiro que fiz no curso de geografia na graduação e que me acompanha até hoje Cristiano mesmo distantes em termos físicos, sempre juntos em pensamentos e bons fluidos, não tenho palavras para agradecer o tanto que te perturbei e o muito de paciência que tivesses comigo. A amiga Raquel Duarte que também deu sua contribuição.

Às amigas: Marilda, Neide e Rosilene, se tem algo bom que a geografia me deu, sem dúvida uma das melhores foi esta amizade que fomos construindo ao longo dos anos. Obrigada pela ajuda em todos os momentos, sei que não foi fácil, algumas até perderam o sono por minha causa.

À professora e posso dizer amiga Michelle Nóbrega, que me acompanha desde a graduação, onde tive o prazer de conhecê-la e onde foi se formando uma amizade que, apesar da distância, está sempre à disposição.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo- da Universidade Federal do Rio Grande e o seu quadro de professores que, de várias e diferentes maneiras, contribuíram para elaboração deste trabalho.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo auxílio da bolsa que foi cedida e que muito ajudou nesta trajetória até o seu final.

À família de um modo geral, pela ausência em vários momentos em que gostaria de estar presente e não deu. À filha Thaize, grande incentivadora para chegar até aqui.

Aos agricultores familiares do município do Rio Grande, que me receberam de forma cortês, com paciência e dedicando um pouco do seu tempo para construção desta pesquisa.

Muito Obrigada a todos!

EPIGRAFE

(...) o espaço é uma dimensão implícita que modela nossas cosmologias estruturantes. Ele modula nossos entendimentos do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política. Afeta o modo como entendemos a globalização, como abordamos as cidades e desenvolvemos e praticamos um sentido de lugar. Se o tempo é a dimensão da mudança, então, o espaço é a dimensão do social; da coexistência contemporânea de outros. E isso é, ao mesmo tempo, um prazer e um desafio.

—Doreen Massey- (2008).

LUZ, Tânia Ferreira da. A representatividade da agricultura familiar no espaço agrário do município do Rio Grande - RS.

Dissertação: Mestrado em Geografia- Universidade Federal do Rio Grande.

Orientadora: Profª Drª Jussara Mantelli. Rio Grande. FURG, 2014, 105p.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado busca demonstrar a representatividade da agricultura familiar no espaço agrário do município do Rio Grande - RS. Para alcançar esta meta foram selecionadas seis áreas que serviram para entender o espaço agrário municipal considerando as especificidades dos lugares. Através da análise dos dados coletados e analisados nestas áreas buscou-se entender e dimensionar a importância da agricultura familiar para o meio rural e urbano do município, levando em conta a relação campo-cidade, uma vez que parte do que é consumido pela população urbana é proveniente do espaço agrário do município em especial das áreas onde é desenvolvida a agricultura familiar.

Palavras-chave: agricultura familiar, espaço agrário, município do Rio Grande.

LUZ, Tânia Ferreira da. A representation of farming in agrarian space of the municipality of Rio Grande - RS.

Dissertation: Master degree in Geography Federal University of Rio Grande.

Advisor: Prf^a Dr^a Jussara Mantelli. Rio Grande, FURG, 2014, 105p.

ABSTRACT

The dissertation seeks to demonstrate the representativeness of family farming in agrarian space of Rio Grande-RS. To achieve this goal six áreas that served to understand the municipal agrarian space considering the specifics of the places were selected. By analyzing the data collected and analyzed in these areas we sought to understand and me assure the importance of Family farming for rural and urban áreas of the municipality, takinginto account the urban-rural relationship, since part of what is consumed by the urban population comes from the agrarian space of the city especially in the áreas whwere the Family farm is developed.

Keywords: family forming, agrarian space, the city of Rio Grande.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da localização das localidades do trabalho de campo no município do Rio Grande	15
Figura 2 - Tabela 01-Números de imóveis, área total por estrato de área total no município do Rio Grande em 2010.....	57
Figura 3 - Gráfico 01- área em (ha) dos imóveis rurais do município do Rio Grande, segundo INCRA.....	58
Figura 4 - Gráfico 02- Distribuição dos imóveis rurais do município do Rio Grande, segundo a classificação do INCRA.....	59
Figura 5 - Tabela 02- Número e áreas de estabelecimentos por estratos de área total.	60
Figura 6 - Mapa de localização do município do Rio Grande.....	61
Figura 7 - Produção agropecuária na Ilha da Torotama.	71
Figura 8 - Paisagem atípica do espaço agrário na Ilha da Torotama	72
Figura 9 - Vista da agricultura familiar na Ilha do Leonídio	73
Figura 10 - Vista da agricultura familiar na Ilha dos Marinheiros, setor Bandeirinhas.	74
Figura 11 - Vista da agricultura familiar na Ilha dos Marinheiros, setor Marambaia.	76
Figura 12 - Vista da parte turística da Ilha dos Marinheiros, setor Porto do Rei.	77
Figura 13- Vista da agricultura familiar, Ilha dos Marinheiros, setor Porto do Rei, ao fundo a cidade do Rio Grande.	78
Figura 14 - Mapa dos principais produtos comerciais.....	79
Figura 15 - Mapa dos principais produtos para consumo familiar.	81
Figura 16 - Mapa do local de origem do produtor.....	82
Figura 17 - Mapa representativo do vínculo de trabalho.....	83
Figura 18 - Mapa da desistência da produção.	84
Figura 19 - Mapa do vínculo com o Comprador.	85
Figura 20 - Mapa da participação em Associação, Cooperativa, Sindicato.	86
Figura 21 - Mapa do acesso à Benefícios Sociais.	87
Figura 22 - Mapa do acesso à Assistência Técnica.	88
Figura 23 - Mapa dos Filhos Trabalha na Agricultura da Propriedade.	89
Figura 24 - Mapa Deseja que os Filhos Trabalhem na Agricultura da Propriedade.	90
Figura 25 - Mapa dos Equipamentos Mecânicos Utilizados na Propriedade.	92

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivos.....	12
1.1.1 Objetivo Geral:	12
1.1.2 Objetivos Específicos:	12
1.3 Metodologia	13
2 ESPAÇO AGRÁRIO, FUNDAMENTOS CONCEITUAIS PARA UMA LEITURA GEOGRÁFICA.....	17
2.1 O agrário em questão	24
2.2 Bases teóricas para uma leitura do espaço	36
2.3 O espaço agrário	48
3 CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE	50
3.1 O Município do Rio Grande: aspectos históricos e geográficos.....	61
3.2 Aspectos históricos do município	61
3.3 Aspectos geográficos do município	65
4 ANÁLISE ESPACIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98
APÊNDICE	

1 INTRODUÇÃO

Entendemos a questão agrária como um produto das relações sociais onde está inserida: no campo. Estas relações variam de acordo com os condicionantes históricos e dependem das formas como estes agentes sociais foram se apropriando do local. Assim, devem ser consideradas como instrumento de análise as diferentes formas de produção. A posse e uso da terra, assim como a produção de mercadorias como bens de consumo da sociedade.

No âmbito da geografia agrária buscamos compreender essa questão a partir das relações entre campo e cidade, sendo que a terra constitui o meio de produção, que atende as demandas da cidade, principalmente no que tange as necessidades alimentares. Assim, mesmo que em arranjos espaciais diferentes, há influência do modo de viver urbano sobre as atividades no campo, o que historicamente implicou na intensificação da produção a partir da mecanização e do uso de insumos químicos.

A cidade não produz tudo o que consome. Mesmo com a facilidade dos meios tecnológicos que dispõe parte do que é consumido chega como produto industrializado e parte dos produtos oriundos do campo é beneficiado antes de chegar à cidade, o que faz com que a matéria prima resultante da produção agropecuária nem sempre se relacione de forma direta com os consumidores urbanos.

Contudo, muitos produtores estão adotando práticas de produção com base na agroecologia com o objetivo de oferecer produtos diferenciados à cidade e, por isso, com maior valor de troca, e com possibilidade de venda em feiras e mercados locais, o que permite uma interação de compra e venda direta entre produtor e consumidor.

Para compreender a espacialização da questão agrária utilizaremos a noção de espaço geográfico, que sendo uno e múltiplo integra questões territoriais, ambientais, de paisagem e de lugar. A noção de território como espaço de tensões será abordada a partir da pressão da grande e média propriedade sobre a pequena no município do Rio Grande. Entendemos que apesar da influência das tecnologias, a natureza ainda constitui um elemento importante na análise da produção, assim buscaremos compreender as relações entre homem e natureza no

espaço agrário. O modo de viver no campo conforma uma paisagem do rural, e esta é apreensível como conjunto de elementos resultantes de um acúmulo de tempo, Santos (1997).

O município do Rio Grande depois de consolidar seu território, teve desde cedo o seu desenvolvimento calcado no urbano/industrial. Tendo em sua zona portuária o grande impulsionador das transformações ocorridas ao longo do tempo. Em diferentes períodos de sua história o desenvolvimento comercial trouxe para cá diferentes populações em busca de oportunidades melhores. Desta forma, a população urbana é dominante no município, mas a população que vive no meio rural também tem uma importância neste desenvolvimento, principalmente a agricultura familiar que é a grande abastecedora do município.

Compreender o espaço agrário do município do Rio Grande constitui um desafio, pela complexidade do tema e por ter uma representatividade pouco significativa em um município voltado para as atividades portuárias. O estudo sobre o município e seu espaço agrário vem de relatos dos viajantes (séculos XVIII e XIX) que por aqui passaram e, historiadores que buscam com a reconstrução da história de fundação do município, nos períodos passados, entender a atual conjuntura do espaço urbano, para um melhor entendimento da abrangência do espaço urbano/industrial do município. Deixando, desta forma, lacunas a serem preenchidas sobre o espaço agrário do município do Rio Grande.

O município do Rio Grande foi fundado em 1737, e eleva-se a categoria de cidade em 1835. Está localizado na planície costeira do Estado do Rio Grande do Sul. Possui o único porto marítimo do Estado, onde o seu desenvolvimento econômico está calcado principalmente a partir dos anos 70 através do desenvolvimento do Superporto e de seu Distrito Industrial. Destaca-se no setor primário pelas atividades de pesca (industrial e artesanal), turismo pelas peculiaridades históricas e geográficas, como a praia do Cassino, pela agropecuária com produção do gado bovino, arroz irrigado e cebola. Além disto, tem no setor de serviços a maior participação em termos de Produto Interno Bruto (PIB).

A questão agrária do município do Rio Grande está intrinsecamente relacionada com a estrutura fundiária. Entendemos como estrutura fundiária a maneira como as propriedades rurais estão distribuídas e suas dimensões. A dinâmica presente no município não se distancia da realidade fundiária representadas pelas desigualdades no espaço rural brasileiro.

No Brasil, predomina a concentração de terras em mãos de poucos proprietários, sendo resultante do processo histórico, de como no passado ocorreu a posse ou concessão destas terras. Esta distribuição teve início no período colonial com a criação das capitanias hereditárias e sesmarias. Por isso, é possível correlacionar à configuração do espaço agrário do Rio Grande com a estrutura fundiária brasileira. Assim, percorreremos a seguinte

periodização: Lei de Terras (1850), Bases para a Industrialização, Alianças de Classes (1929-1930), Período desenvolvimentista (1950), Estatuto da terra (1964), Fim do Milagre (1980), Mundialização do Capital (1990), segundo Fontoura (2012[2004]), Grando e Mertz (2010), Miguel (2009), Girardi (2008).

No município do Rio Grande, a distribuição de terras do passado configura, na atualidade, o espaço agrário do município, no qual há o predomínio da grande propriedade rural. Dentro deste contexto, podemos dizer que existe um espaço agrário que se caracteriza socialmente no município do Rio Grande e, que está dividido na grande, média e pequena propriedade rural, e que ao longo de formação deste território, pouco foi modificado no que tange a sua estrutura fundiária. Apesar das alterações nas dimensões das propriedades, a pequena assume uma importância no contexto municipal.

Interessa compreender a dinâmica espacial nas pequenas propriedades, da agricultura familiar. Destacamos que apesar de deter menor percentual de terras do município, é ela principal abastecedora de alimentos para a população da cidade.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral: compreender o espaço agrário do município do Rio Grande, considerando principalmente a pequena propriedade de agricultura familiar.

1.1.2 Objetivos Específicos:

- A. Compreender as formas de apropriação do espaço agrário através da estrutura fundiária;
- B. Correlacionar a estrutura fundiária do município com a brasileira, no tempo e no espaço;
- C. Entender a relação entre Cidade e Campo, ao analisar o desenvolvimento do espaço agrário do município.
- D. Compreender e analisar a produção agrícola nas pequenas propriedades de agricultura familiar do município.

1.3 Metodologia

Em um primeiro momento, esta pesquisa foi desenvolvida através de revisão bibliográfica, com leituras sobre os conceitos utilizados e sobre a temática estudada. Sendo assim, buscamos aporte nas leituras sobre formação territorial, espaço agrário, pequena, média e grande propriedade, agricultura familiar e não familiar, além do entendimento do conceito de território e lugar.

A importância da análise bibliográfica para o desenvolvimento de uma pesquisa fica evidente na fala de Gianfaldoni e Moroz (2006) quando ressaltam que:

A realização de um levantamento bibliográfico consiste na seleção de obras que se revelam importantes e afins em relação ao que se deseja conhecer. É claro que esta seleção não pode ser caótica, sob pena de dificultar a localização das referidas obras, bem como sua própria seleção e organização. O levantamento bibliográfico, como qualquer outra etapa da realização de um trabalho científico, é fruto de uma atividade metódica (GIANFALDONI e MOROZ, 2006, p. 31).

As escolhas metodológicas desta pesquisa estão relacionadas ao enfoque de ocupação do espaço agrário municipal. Sendo assim, o método quantitativo foi empregado para demonstrar a configuração espacial do espaço a partir da estrutura fundiária e da produção agrícola.

As principais fontes de dados quantitativas foram o IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Os dados do IBGE se referem ao Censo Agropecuário (2006). Do INCRA obtivemos dados sobre a estrutura fundiária do município do Rio Grande, através do banco de dados SNRC 00588, acessível na página: www.incra.gov.br.

Além dos apresentados em tabelas, esses dados serviram de base para a constituição de um mapa da estrutura fundiária do município do Rio Grande. Este foi constituído por meio do software Quantum Gis, com a base cartográfica - Malha Municipal (2010)-, fornecida pelo site oficial do IBGE.

Para compreender as características da agricultura e sua dinâmica o método qualitativo foi utilizado a partir da análise dos levantamentos bibliográficos e os dados secundários organizados em tabela. Contudo, o trabalho de campo dado pela observação e aplicação de questionários semiabertos que foi aplicado aos agricultores familiares das áreas selecionadas,

constituiu o principal instrumento de análise dentro da proposta da pesquisa, sendo acompanhado por registro da observação em diário de campo e fotográfico.

O método qualitativo permitiu compreender o espaço agrário das pequenas propriedades de agricultura familiar do município. Desta forma foi necessário um contato direto com os produtores a fim de realizar um levantamento referente à produção e ao mercado consumidor, e a maneira como se organiza a dinâmica do trabalho nas propriedades. Buscou-se assim, com o uso deste método, dar ênfase à importância do espaço agrário na formação e no desenvolvimento do município, principalmente no que tange a agricultura familiar.

Desta maneira, concordamos com Moresi (2003), quando evidencia que em uma pesquisa os métodos podem ser utilizados conjuntamente para que possamos alcançar o objetivo planejado. Isto fica claro quando diz que:

As pesquisas quantitativas e qualitativas oferecem perspectivas diferentes, mas não necessariamente pólos opostos. De fato, elementos de ambas as abordagens podem ser usados conjuntamente em estudos mistos, para fornecer mais informações do que poderia se obter utilizando um dos métodos isoladamente (MORESI, 2003, p. 72-73).

Segundo Matos e Pessôa (2009, p.284), a pesquisa qualitativa, devido à aproximação com o objeto pesquisado, valoriza muito a busca dos dados, pois o pesquisador tem um contato direto com o que buscar pesquisar. Desta forma, traz para sua análise dados que vão enriquecer a sua pesquisa através da sua observação direta.

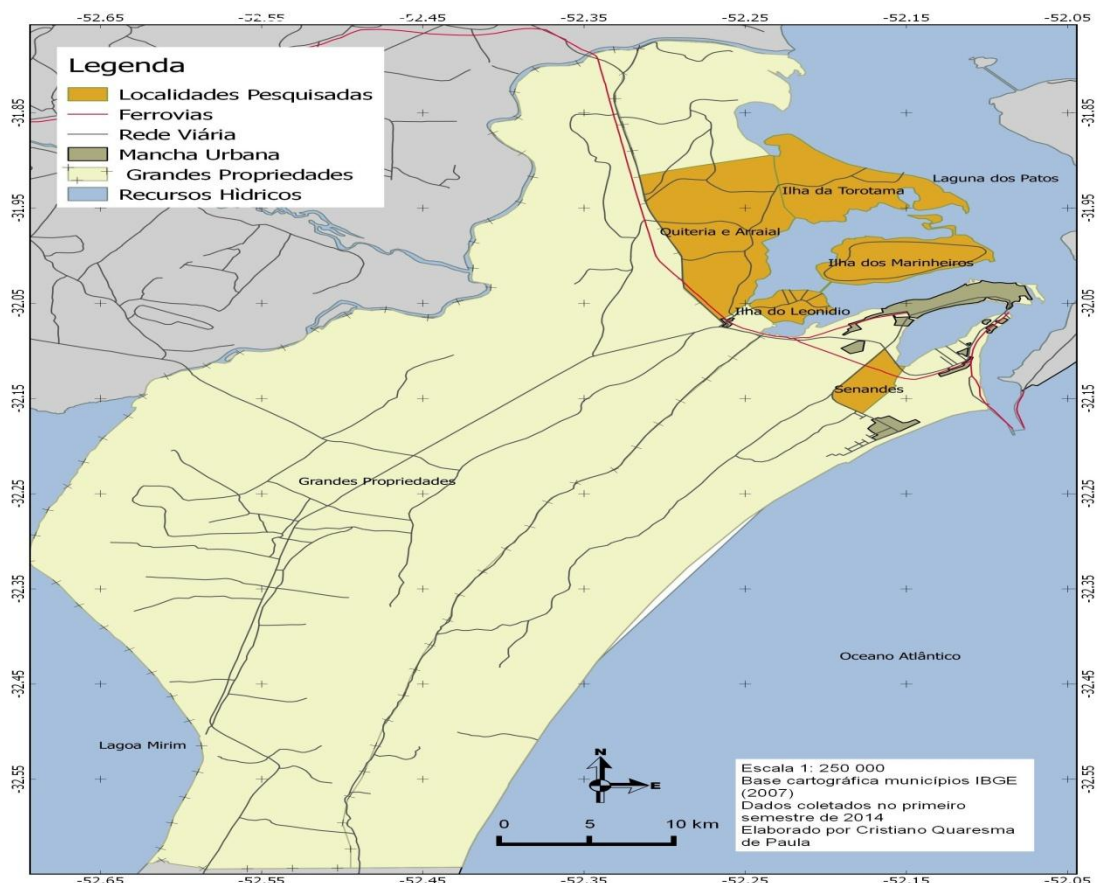
Nas palavras de Suertegaray (2002), sobre a importância do trabalho de campo, fica evidente o enriquecimento que esta técnica dá a pesquisa quando ressalta que:

A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que os revela e, portanto, cria nova consciência do mundo (SUERTEGARAY, 2002, p.3).

Desta forma, podemos entender o trabalho de campo como sendo um instrumento de análise geográfica, que faz parte de um método de investigação. Permitindo desta forma, a inserção do investigador no movimento da sociedade como um todo.

Na pesquisa qualitativa, a observação constitui uma técnica muito valorizada e fundamental na coleta de dados de pesquisa nas Ciências Sociais. A utilização desta técnica permite ao pesquisador o contato e a proximidade com o objeto/fenômeno de estudo. (MATOS e PESSÔA, 2009, p.284). As observações foram realizadas nas localidades: Ilha dos Marinheiros, Ilha do Leonídio, Quitéria, Arraial, Ilha da Torotama, e Senandes as quais concentram a maior parte das pequenas propriedades de agricultura familiar do município, apresentado na figura 01.

Figura 1 - Mapa da localização das localidades do trabalho de campo no município do Rio Grande.



Fonte: Malha Municipal IBGE (2010). Elaborado por PAULA, C.Q (2014).

No trabalho de campo utilizou-se como procedimento metodológico a aplicação de questionários, com questões abertas e fechadas. Foram aplicados 57 questionários, sendo um

por propriedade visitada, em um universo de 520 pequenas propriedades de agricultura familiar do município do Rio Grande (ver apêndice).

Na utilização do questionário Gonzales (1998), destaca como maior dificuldade a sua elaboração. As perguntas devem ser organizadas de forma clara e objetiva, para evitar confundir os entrevistados com termos específicos que eles desconhecem e também a manipulação dos resultados. Temos que levar em conta que independente da técnica utilizada no processo de investigação, todas apresentam vantagens e desvantagens, e na pesquisa social aparecerão dificuldades, que devem ser superadas da melhor forma possível.

Para que esta técnica de pesquisa tenha o sucesso almejado, podemos utilizar algumas etapas lógicas na sua elaboração como: planejar o que vai ser mensurado; formular as perguntas para obter as informações necessárias; definir o texto e a ordem das perguntas.

O questionário para esta pesquisa (Apêndice 1) foi elaborado em eixos temáticos: Relação com a localidade que trabalha, Tipo de relações de trabalho desenvolvidas na propriedade, Produção presente e passada, Comercialização da produção, Organização social, Acesso a benefícios do governo, Modernização, Perspectiva de futuro da propriedade e da família na atividade.

Destacamos também a importância do registro fotográfico para ilustração e interpretação das informações obtidas em campo. Utilizamos a imagem para nos comunicarmos, desta forma podemos dizer que em especial, as fotografias, são representações reais de um objeto. Segundo Collier (1973), “a máquina fotográfica não se apresenta como um remédio para nossas limitações visuais, mas como auxiliar para nossa percepção”.

A imagem que “aprimosamos” é capaz não somente de reter o momento em que ela foi tomada, mas carrega consigo para o observador as histórias impregnadas de significados de determinado lugar. E estes significados ficam guardados e servem como referencia para que este observador possa fazer uma leitura mais completa, onde, através da imagem, outros fatores importantes sejam lembrados.

Desta forma, concordamos com Zanirato (2005, p.19) quando define a imagem da seguinte forma, “(...) cada imagem é uma espécie de texto cultural com a estética e os significados. Ao se deparar com uma imagem o leitor realiza atos de leitura que implicam uma série de competências e habilidades: sensoriais, históricas, cognitivas, etc”.

A imagem está carregada de significados, desta maneira, busca-se com a sua utilização um maior alcance da interpretação visual do espaço agrário do município do Rio Grande. A análise fotográfica serviu de base, sobretudo, para entender alguns aspectos da paisagem agrária da pequena propriedade de agricultura familiar.

2 ESPAÇO AGRÁRIO, FUNDAMENTOS CONCEITUAIS PARA UMA LEITURA GEOGRÁFICA

Buscamos compreender a geografia agrária a partir das relações entre campo e cidade. Desta forma, a terra constitui o meio de produção do campo que atenderá as demandas da cidade, Alves (2012). Da mesma forma e com arranjos espaciais diferentes, o modo de viver do urbano, tem influencia sobre as atividades no campo, Alves (2012).

Este capítulo está estruturado em duas partes. A primeira trata dos conceitos relacionados à questão agrária, para que possamos compor uma visão ampla do espaço agrário no município. Compreender as distintas formas de ocupação do espaço agrário brasileiro e, mais pontualmente do município do Rio Grande se faz necessário para que possamos ter o entendimento do processo de ocupação e apropriação deste, pelos agricultores/produtores locais.

Sobre a questão agrária Silva (2013, p.137) propõe: “entendê-la não como uma questão estática, mas como um produto das relações sociais ligadas ao campo, que variam de acordo com os condicionantes históricos”.

Desta forma, apresentaremos conceitos como: rural/urbano e campo/cidade que serão discutidos para que formemos uma noção de que apesar da sua similaridade, há na sua essência conceitos diferentes e arranjos e forma de viver distintos. Também será apresentado o conceito de agricultura familiar que historicamente foi se modificando ao longo do tempo e que é o foco desta pesquisa.

Alguns critérios são utilizados para definir o que é rural ou urbano, havendo por parte de alguns estudiosos destes temas questionamentos na atualidade sobre os mesmos. Vejamos, para definição do urbano, o primeiro critério refere-se ao tamanho demográfico (um dos mais utilizados), a densidade, modo de vida de uma determinada população, as inter-relações urbanas e a geração de inovações, Ângulo e Dominguez (1991). Estes autores deixam claros os critérios quando ressaltam que:

(...) la ciudad como asentamiento de población necesita un tamaño y unas densidades mínimos, pero a su vez el carácter urbano provoca el crecimiento y la concentración demográfica. Además, son propiedades inexcusables de esse carácter la variedad de formas, la heterogeneidad social, junto con el dinamismo social y económico y la intensidad de las interrelaciones que se

vem propiciadas y exigidas por la propia naturaleza urbana y su condición de lugar central (ÂNGULO; DOMINGUEZ, 1991, P.21-22).

Em contra partida, autores como Veiga (2002), levanta dúvidas e críticas sobre a metodologia oficial usada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para determinar o que é urbano ou rural no Brasil. Segundo ele, a estimativa do “grau de urbanização” do Brasil encontra-se obsoleta, sendo necessária uma mudança nesta metodologia oficial.

Veiga ressalta que foi durante o Estado Novo que este critério se instituiu para a definição de cidade e que até hoje ainda é utilizado. O decreto define que:

(...) o Decreto Lei 311, de 1938, transformou em cidades todas as sedes municipais existentes, independente de suas características estruturais e funcionais. Da noite para o dia, ínfimos povoados, ou simples vilarejos, viraram cidades por norma que continua em vigor, apesar de todas as posteriores evoluções institucionais (...) (VEIGA, 2002, p. 63).

Desta maneira, o autor questiona o critério adotado para classificar o que é urbano e o que é rural, ressaltando que o “Brasil é menos urbano do que se calcula”. Pergunta se em pleno século XXI é considerável chamarmos um aglomerado de menos de 20 mil pessoas de cidade (VEIGA, 2002, P.63). O fato é que independe do critério(s) esta discussão está longe de chegar a um consenso e na atualidade mais difícil ainda, já que o urbano está contido no campo e campo no urbano. Na prática podemos observar pequenos vilarejos classificados como urbano, mas que contém na sua concepção de modo de vida o rural bem incorporado ao seu cotidiano.

Bagli (2006), ao analisar os critérios que definem o que é rural e o que é urbano enfatiza que “as condições de cada espaço impõem modos de vida com hábitos dessemelhantes”. Define estes hábitos quando diz que:

O hábito de acordar cedo e ir à padaria da esquina comprar pão quente e leite algo tipicamente urbano. A facilidade em adquirir tais produtos torna tal tarefa comum, transformando-a em um hábito diário. Já a possibilidade de tomar leite fresco ordenhado na hora é algo próprio dos espaços rurais pelas condições existentes (vaca e alguém que saiba ordenhar), o que trona a tarefa um hábito tipicamente rural (BAGLI, 2006, p.98).

Para a autora, o importante é compreender que os hábitos rurais ocorrem sobre uma lógica mais próxima da natureza, tendo como suporte uma relação intensa e estreita com a terra e o que ela pode oferecer. Já os hábitos urbanos são construídos tendo como base uma lógica mais artificial com formas e funções próprias.

Rural/urbano referem às representações, às construções sociais, ou seja, a qualificação dada a esses espaços. São expressões que se referem a identidades sociais ou manifestações culturais do campo e da cidade.

Campo/cidade, utilizados para fazer referências às formas concretas, materializadas das paisagens construídas pelo homem no processo de transformação da natureza por meio do trabalho.

Sposito (2006, p.112), em sua análise sobre os critérios adotados para definir o que é campo e o que é cidade, cita que certos atributos para definição da cidade sempre estiveram associados a urbanidades, tendo perpassado a Antiguidade, a Idade Média, sendo mantido no Renascimento, e acompanharam a Modernidade e chegaram aos dias atuais. Estes atributos são: concentração demográfica, diferenciação social e unidade espacial.

Se levarmos em conta estes atributos podemos dizer que a cidade é um lugar povoado e concentrado e, no campo a população é dispersa e rarefeita no seu espaço. Mais este fato sozinho não define campo/cidade, sendo necessários outros atributos para sua definição. Desta forma Sposito (2006) acha significativo levar em conta a diferenciação social para uma melhor definição entre campo /cidade. Desta maneira, dá ênfase sobre este aspecto destacando:

Não há diferenciação social sem divisão social e territorial do trabalho e a divisão territorial do trabalho mais elementar é a que se estabelece entre campo e cidade. Na divisão do trabalho há divisão, separação, mas há também complementariedade.

No que concerne à cidade e ao campo, reconhece-se, de pronto, que há divisão territorial do trabalho e se pode, avançando um pouco mais na análise, reconhecer que há também divisão técnica ou econômica do trabalho.

A cidade marcada pela concentração é espaço propício à realização de atividades que requerem encontro, proximidade ou possibilidade de comunicação, especialização e complementariedade de papéis e funções. O campo, marcado mais pela extensão e dispersão, atende técnica e economicamente ao desempenho de outras atividades (...) (SPOSITO, 2006, p.116).

Portanto, podemos entender que campo e cidade são espaços que podem ser delimitados e espacialmente representados. O rural e urbano podem ser caracterizados quanto

ao seu cotidiano e aos seus hábitos, costumes, tradições, identidades, problemas socioambientais, também podemos analisar os aspectos econômicos, políticos e socioculturais.

Assim, concordamos com Biazzo (2007, p.19), quando fala que “em ambos os espaços se manifestam identidades sociais”.

Outro conceito que faz parte desta discussão é o de agricultura familiar que ao longo do tempo passou por diferentes nomenclaturas e análises pelos estudiosos desta área. Diante de sua importância para esta pesquisa faremos uma breve análise de suas transformações. Para esta pesquisa que tem sua centralidade na agricultura familiar, torna-se fundamental que se conheça mais detalhadamente, a opinião de diferentes autores acerca deste conceito. Na literatura encontramos diferentes vertentes e contribuições para o mesmo.

Destacamos que anterior à década de 1980 os estudos sobre a agricultura familiar, apreciavam com outras definições como: pequena produção ou agricultura de subsistência, trabalho camponês, onde geralmente transparecia o caráter marginal, ou melhor, sempre foi visto em segundo plano tanto nas políticas agrícolas e agrárias por parte do Estado, Porto (2002).

Segundo Moura (2012), nos anos 90, as expressões: pequena agricultura, pequena produção, pequeno produtor, pequeno agricultor, pequena propriedade, entre outros, foram substituído pela expressão agricultura familiar.

Vários autores definem o conceito de agricultura familiar, entre alguns a uma convergência neste conceito; outros divergem sobre o assunto. Mas podemos observar que na caracterização deste conceito duas das suas principais vertentes para a caracterização da agricultura familiar é baseada principalmente pela mão de obra de base familiar e pela propriedade dos meios de produção.

Wanderley (2009), diz que esse termo seria entendido como aquela em que a família que é proprietária dos meios de produção, também assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Lamarche (1998), diz que a agricultura familiar nas sociedades modernas é uma realidade multiforme e que sua diversidade resulta na sua capacidade de adaptação a contextos sociais e políticos dos mais diversos.

Wanderley (1996) define o conceito da agricultura familiar e suas diferentes nomenclaturas com a seguinte arguição:

A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultor familiar, uma vez que se difunde sobre a relação entre

propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociedade e à forma de sua inserção na sociedade global (WANDERLEY, 1996, p.3).

Sobre a adaptação desta agricultura podemos dizer que embora alguns estudiosos tenham alertado, principalmente no período da modernização da agricultura, para o desaparecimento da agricultura familiar esta se mantém até a atualidade. Conforme afirma Lamarche e Wanderley, a agricultura familiar sobrevive e parte desta sobrevivência é resultado da sua capacidade de adaptação aos novos contextos sociais e políticos que vão surgindo.

Lamarche (1993) traz outra importante definição para o conceito de agricultura familiar que é:

(...) a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração (LAMARCHE, 1993, p.15).

Segundo o mesmo autor, “a exploração familiar tal como concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde, a propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. Desta forma, destaca que a família, o trabalho e a propriedade são elementos centrais da agricultura familiar. São características das unidades de produção que utilizam em primeiro plano a mão de obra familiar.

Abramovay e Veiga (1999) dizem que “a agricultura familiar e suas vantagens estão além da diversificação da produção, pois, além disto, tem um perfil essencialmente distributivo e sustentável, e estes fatores ajudam no fortalecimento dos agricultores”.

Abramovay (1997) e Alfatin (2007) definem que a agricultura patronal difere-se da familiar em função da mão de obra utilizada e da gestão da propriedade. Desta forma, para estes autores o que difere a agricultura familiar da não familiar/patronal, é a mão de obra assalariada e a forma de gerenciamento da propriedade.

Fica desta maneira evidenciada que a forma como é desenvolvida a agricultura familiar, ou seja, a mão de obra de base familiar é um fator determinante nesta forma de produzir. Destacamos este fato já que ele será analisado no capítulo onde desenvolvemos a

agricultura familiar nos locais pesquisados e ele é um dos diferenciais determinantes desta agricultura.

Porto (2002), na sua pesquisa sobre a importância da agricultura familiar, relata que esta importância se consolida na capacidade de absorção de mão de obra e de geração de renda no campo. Ainda chama a atenção para a forte influência na segurança alimentar e a preservação ambiental, que busca desta forma um desenvolvimento sustentável.

O autor destaca a agricultura de base familiar como “um dos extratos de produtor mais importantes para produção de alimentos para o povo brasileiro”. A este respeito quando analisa a agricultura familiar no sul do Rio Grande do Sul, ele enfatiza que:

Na zona sul do Rio Grande do Sul, 39% do valor de produção agropecuária é proveniente da agricultura familiar, com destacada contribuição na produção de frutas, leite, lã, batata, cebola, feijão, fumo, milho e soja. Da mão de obra rural, 82%, trabalham na agricultura familiar, demonstrando sua importância na geração de empregos (PORTO, 2002, p.4).

A consolidação e importância da agricultura familiar começam a se consolidar e difunde-se nos diferentes setores da sociedade na década de 1990 com a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que segundo Altafin (2007) representa a primeira política federal de abrangência nacional voltada exclusivamente para a produção familiar.

Segundo a autora, o que foi decisivo para a formação do conceito de agricultura familiar, foi a divulgação do estudo realizado no âmbito de um convênio de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). Este estudo define a agricultura familiar a partir de três características centrais, que são:

- a) A gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de parentesco ou casamento;
- b) A maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família, e
- c) A propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva

A criação do PRONAF (1996) pelo governo federal tem a finalidade de implantação de infraestrutura de serviços públicos visando à área rural e gera condições de aumento na cadeia produtiva por parte dos produtores. O mais importante é que ela é criada visando à

produção dos agricultores familiares gerando desta forma as estratégias para seu desenvolvimento.

Desta maneira, podemos dizer que no final do século passado e início deste novo século, aquela agricultura que sempre foi relevada a segundo plano em épocas passadas, passa a ser reconhecida como importante para o desenvolvimento do país, sendo reconhecida pelo Ministério da Agricultura como responsável por 70% da produção que abastece a população brasileira.

Enfatizamos nas palavras de Abramovay (2007) a importância da agricultura familiar, quando ressalta que:

A agricultura familiar é um elemento decisivo para que haja a pressão social na oferta racionalizada de serviços (transportes, educação, comunicação, eletricidade) e, portanto, para que se reduzam as diferenças entre a vida social na cidade e no campo, condição básica, evidentemente, para que o meio rural passe a funcionar como manancial de possibilidades na luta contra a exclusão social (ABRAMOVAY, 2007, p.11).

Wanderley (2009) trás uma reflexão sobre a densidade conceitual da categoria da “agricultura familiar”. Observa que existe uma dificuldade na teoria de atribuir um valor conceitual a esta categoria no Brasil, principalmente a partir da implantação do PRONAF, já que as posições a este respeito variam bastante. Para alguns, o conceito se confunde em vista de uma tipologia para os beneficiários do PRONAF. Para outros, este conceito corresponde a certa camada de agricultores capazes de se adaptar as modernas exigências do mercado em oposição aos “pequenos produtores”, incapazes de assimilar estas modificações.

Para Wanderley, é possível entender o campesinato em duas dimensões, em primeiro lugar, o campesinato se constitui historicamente como uma civilização ou uma cultura. Em segundo lugar, o campesinato pode ser visto de uma maneira mais restrita como forma social particular de organização da produção, neste caso a base é dada pela unidade de produção gerida pelas famílias, havendo uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família a qual orienta uma lógica de funcionalidade específica.

Não se trata de identificar as formas de obtenção de consumo através do trabalho próprio, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para reprodução da família. Diz que, o camponês tradicional não tem uma profissão, mas sim seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões das suas atividades e que a modernização o transforma num “agricultor, profissão”.

Defende a hipótese que: “mais do que uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para agricultor familiar moderno, teríamos que combinar, simultaneamente, pontos de rupturas e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais”. Conclui que toda esta análise nos leva a assumir uma tripla postura, debate a afirmação de que o conceito de agricultura familiar é pertinente para a compreensão do ator social que estamos analisando, a convicção de que o agricultor familiar não é um personagem passivo, mas constrói sua própria história e inseridos na sociedade moderna e o reconhecimento da grande diversidade de situações concretas desta categoria genérica de agricultura familiar.

Concordamos com a autora que o agricultor familiar não é um ser passivo, é antes de tudo um ator social que mesmo diante das maiores dificuldades sempre buscou os meios para superar as adversidades.

Silva (2013), quando se refere à questão agrária brasileira de um modo geral diz que:

A questão agrária deve ser considerada como instrumento da análise das diferentes formas de produção da posse e uso da terra e das formas de produção das mercadorias de consumo da sociedade, e não como designação ou nem produto dos conflitos pela distribuição da renda e da terra (SILVA, 2013, p.148).

A estrutura fundiária que se formou ao longo do tempo no município do Rio Grande e que prevalece parte inalterada na sua forma até os dias atuais, está relacionada à forma de ocupação do território brasileiro. Desta maneira, faremos uma breve análise dos principais acontecimentos participantes desta formação.

2.1 O agrário em questão

A agricultura nos acompanha desde os primórdios da humanidade e, nela buscamos sanar nossas necessidades, principalmente, alimentar até os dias de hoje. Desde o seu surgimento até a atualidade, foram importantes as transformações ocorridas nas formas de como se produz alimentos, pois novas técnicas foram sendo incorporadas para o seu desenvolvimento em diferentes partes do planeta, Miguel (2009, p.43).

Em um primeiro momento, a agricultura era vista somente como uma forma de subsistência para as famílias que passaram a dominar esta técnica. Mais tarde, com o domínio do homem sobre diferentes instrumentos tecnológicos, esta agricultura passou a ser vista também como uma mercadoria, pois não se produzia mais somente para subsistência, mas também havia o excedente que podia ser comercializado.

A partir do momento que os povos passaram a produzir além do necessário para a sua subsistência, passaram a comercializar o excedente desta produção para onde se fazia necessário. Sendo assim, a agricultura que começou somente com o intuito de prover alimentos para a sobrevivência das populações, passou também a fazer parte do ciclo comercial em diferentes partes do planeta.

Desta forma, surgem várias formas de apropriação da terra, em alguns casos, como brasileiro, inicialmente ocupado somente a finalidade de prover o colonizador dominante: a coroa portuguesa. Diante deste fato se faz necessário um estudo que envolve a questão agrária brasileira e mais precisamente a que envolve o contexto do Rio Grande do Sul, para que possamos compreender a estrutura fundiária resultante no município do Rio Grande e a abrangência do seu espaço agrário.

Fontoura (2010) ressalta que: “no campo, um instrumento fundamental de produção é a terra”, mas ela sozinha não produz sendo necessário para sua materialização a produção humana. Também devemos considerar que nem toda terra é agricultável, já que fatores naturais têm influência direta na forma de produzir. Embora na atualidade o emprego de novas técnicas tem auxiliado cada vez mais ao desenvolvimento da agricultura em áreas outrora impossíveis de ser desenvolvida, este ainda é um fator relevante para o desenvolvimento da agricultura.

Segundo Silva (2012), a questão agrária deve ser compreendida com base em dois aspectos fundamentais. Primeiro como as sociedades, ao longo do tempo, organizaram a posse e uso da terra e, segundo, como as sociedades organizaram a produção de suas necessidades ao longo do tempo (alimentos, vestuários, ferramentas, etc).

No que diz respeito à questão agrária brasileira, Silva (2012), relata que a principal forma de ocupação das terras recém-invasidas foi a implantação de Capitâneas ao longo do litoral brasileiro, principalmente pela facilidade do deslocamento dos produtos para a colônia portuguesa pelo mar. Sobre este fato o autor ainda completa que embora tenha havido um intento em promover a utilização social da terra por meio das sesmarias, seu fracasso acabou resultando na criação de latifúndios, na maioria improdutivos. Salienta ainda que esta característica da questão agrária permanece até os dias atuais.

Dentro deste contexto, também temos a agricultura de subsistência que visava a manutenção alimentar daqueles que viviam e produziam nas grandes lavouras. Prado Jr (2007) faz uma análise caracterizando a agricultura de subsistência que era praticada no Brasil colonial, deixando clara a diferença entre a grande lavoura que produz para exportação e a agricultura de subsistência, que ele chama assim por destinar-se ao consumo e à manutenção da própria colônia.

Desenvolvida nos domínios da grande lavoura, nos engenhos e nas fazendas dando autonomia no que diz respeito à subsistência alimentar dos que habitavam e nelas viviam não se inclui a população urbana aqui, esta tem que recorrer ao exterior. Na lavoura parte da produção era realizada pelos proprietários e outra pelos escravos que tratam da lavoura principal, mas que não estão permanentemente nelas ocupados, ou pelo próprio escravo em dia de folga. De uma forma geral, pode-se dizer que a população rural da colônia ocupada nas grandes lavouras e fazendas de gado provém suficientemente a sua subsistência com culturas alimentares a que se dedica subsidiariamente, sem a necessidade de recorrer para fora do seu local de viver para se manterem nele. Um fator marcante é o de este tipo de agricultura apesar de fornecer meios de sobrevivência para os que trabalhavam e viviam nas grandes fazendas e nas regiões urbanas, tinha um papel secundário.

Prado Jr (2007) relata que para a agricultura de subsistência ficavam os espaços que não eram favorecidos a grande lavoura. Estas áreas foram onde este tipo de agricultura teve a sua concentração (litoral do que se estende do Recôncavo baiano até o Rio de Janeiro e deste para o Sul). Fica claro que o papel secundário que o setor econômico absorvido pela grande lavoura dá a agricultura de subsistência. Gera um problema que é dos mais sérios que a população colonial teve que enfrentar o de abastecer os núcleos de povoamento mais densos, onde a insuficiência alimentar se tornou quase sempre a regra.

Importante frisarmos este ponto na colonização do país, pois o foco desta pesquisa esta na agricultura familiar desenvolvida no município do Rio Grande e, o desenvolvimento da agricultura de subsistência foi um dos “pilares” para o desenvolvimento desta agricultura.

No Brasil, no início de sua colonização a agricultura estava organizada por meio dos ciclos econômico-produtivos. O primeiro foi o do pau-brasil, que não caracteriza o espaço agrário brasileiro, mas devido a sua importância como marco inicial não poderia ser deixado de fora levando em conta seu fator histórico no país.

Mais tarde veio o ciclo do café, do algodão, da cana de açúcar. Todos visando em sua grande maioria o comércio internacional, no caso do período colonial, mais precisamente a

Inglaterra que estava em grande ascensão com a sua Revolução Industrial e como centro da indústria têxtil na Europa neste momento.

Segundo Moura (2012), as áreas agrícolas produtivas se iniciaram, quase que exclusivamente, na faixa do território que se estende de Norte a Sul, ao longo do oceano. Como a colônia produzia para o exterior, esta fixação próxima ao oceano facilitava o embarque das mercadorias para a exportação e os custos de transporte até os portos.

Como esta forma de ocupação não obteve o resultado que a colônia portuguesa almejou que seria a ocupação do território brasileiro, em contrapartida o que obteve foi um território desprotegido para o ataque de outros povos (espanhóis; franceses; holandeses, etc). Para tentar sanar esta forma de ocupação, acaba com o sesmariamento em 1822 (FONTOURA, 2010, p.176) lançando em 1850 a Lei de Terras para sua aprovação, aprovada em 1854 Fontoura (2010). A Lei de Terras de 1850 substitui a Lei das Sesmarias. Com esta lei, a terra não poderia mais ser adquirida através de concessões, estabelecendo a compra como forma para sua aquisição. Vale lembrar que o acesso a terra através da compra exclui parte da população brasileira no período colonial de sua aquisição.

Sobre este fato de exclusão da compra de terras, Fontoura (2010) relata que este fato faz surgir três modalidades que são:

- a) a do campesinato que combina em si a condição da reprodução do trabalhador assalariado e camponês morador, o colono e seringueiro;
- b) a do campesinato familiar autônomo, como o das colônias de imigrantes; e
- c) a do campesinato de fronteira, como o posseiro que se localiza na linha de frente do espaço ocupado para dedicar-se a uma policultura livre.

Moura (2011) enfatiza que a questão agrária brasileira é um problema histórico e tem suas raízes nas *plantations* no período do Brasil Colonial. Salienta que como não havia comércio nestas terras desde o início, o país foi alvo de expropriação.

A partir de 1929-30, surgem as bases para a industrialização e alianças de classes. Liderado por Getúlio Vargas, começa as bases para a industrialização no espaço brasileiro que serão seladas através de uma aliança entre burguesia industrial nascente e a oligarquia rural. Com o grande impulso da produção industrial nacional, começa também a movimentação da população rural em direção às cidades, indo à busca do trabalho urbano, Fontoura (2010). A partir da república nova (1930) e com a crise de 1929, o Brasil segue rumo ao modelo industrial, (PRADO JR, 2006).

Nos anos 50, este processo de industrialização toma um impulso maior que é caracterizado pela produção de bens de consumo. A população urbana aumenta também

juntamente com os grandes centros urbanos. Sobre este assunto, Fontoura (2010), diz que mesmo nos produtos que contavam com a proteção e apoio oficial do Estado como café, arroz e trigo, a elevação da base técnica não se fez significativa. E que o aumento da produção se dá mais extensivamente do que intensivamente, justamente neste período, que dentro do latifúndio as pressões aumentavam, aumentando com isto as tensões sociais e a necessidade da Reforma Agrária.

O Golpe Militar de 64 coloca por “água abaixo” os planos nacionalistas do populismo. Os interesses das multinacionais sobre a agricultura brasileira será em uma integração indústria-agricultura-indústria, (FONTOURA, 2010, p.3).

Quanto a este fato Fontoura (2010) relata: “ao longo das décadas de 60 e 70, o Estado intervém no sentido de tornar a agricultura capitalista viável (...) época de capacitação de dinheiro fácil no mercado internacional, ou do “milagre brasileiro”, as cidades crescem e a paisagem rural se modifica rapidamente”. Neste período o êxodo rural também se intensifica, ou seja, os agricultores que não conseguiam se adequar as mudanças que estavam acontecendo no campo, vinham para as cidades em busca de novas oportunidades.

Ainda segundo Fontoura (2010, p.5-6), a modernização na agricultura não se dá por uma necessidade interna dela própria, como por exemplo, uma pressão de consumo de alimentos generalizados. Está isto sim, vinculada aos interesses do Estado e este à expansão da produção industrial bem caracterizado no Estatuto da Terra.

Importante salientar que segundo Moura (2011),

Neste período houve especialização em muitos ramos de atividades. A agricultura passa a movimentar a indústria de insumos, de sementes, de tratores, de ferro, de remédios, etc. Como os custos aumentaram precisou-se aumentar a escalar, produzir mais. Porém isso não implicou num ganho direto ao produtor porque “o sistema todo foi feito para que ganhem os grandes capitalistas e não os pequenos produtores” (MOURA, 2011, P.63).

Moura (2011, p.64), diz que esta modernização foi parcial, atingiu algumas áreas e certos produtos para exportação. A produção para o mercado interno é feita pelas pequenas e médias propriedades, algumas integradas à indústria também. Ressalta “que a modernização ou a industrialização da agricultura, foi extremamente danosa e parasitária”.

No que tange a questão agrária é importante destacar que durante o desenvolvimento da agricultura brasileira, o que diferenciou a grande lavoura da lavoura de subsistência foi a organização da sua produção. A grande lavoura tem produção em larga escala, que estão

dispostas em grandes áreas produtoras, mão-de-obra assalariada, boa parte do que produzem tem como finalidade a exportação, utiliza grande investimento de capital e tecnologias de ponta.

Na outra ponta, a agricultura de subsistência tem como características, baixo investimento em capital, mão-de-obra familiar, trabalho braçal e talvez um dos seus maiores diferenciais, a sua produção é voltada para o mercado interno. Vale recordar que a agricultura de subsistência e ou agricultura familiar no país nunca deixou de ser uma atividade secundária e, não faz muito tempo que começou a ter sua relevância reconhecida através de políticas públicas voltadas para ela, como o PRONAF.

Graziano da Silva (1993) esclarece bem a diferença entre a questão agrícola e agrária e a importância em sua distinção quando diz que:

(...) a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados as mudanças na produção em si mesmo: o que se produz, onde se produz e quando se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz, (GRAZIANO DA SILVA, 1993, p.11).

Quanto ao estudo da agricultura brasileira Oliveira (1995) destaca que deve ser feito da seguinte forma:

No bojo da compreensão dos processos de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro. Toma-se, portanto, como ponto de partida a concepção de que este desenvolvimento é contraditório e combinado. Isto significa dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança, reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando trabalho assalariado através da figura do “boia-fria”), produz também, contraditoriamente, relações camponesas de produção (através do trabalho familiar) (OLIVEIRA, 1995, p.467).

Portanto, concordamos com Oliveira (1995) que no estudo histórico da estrutura fundiária do Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso à terra, pode-se verificar que desde os primórdios do período colonial essa distribuição foi desigual. E esta desigualdade seguiu com a Lei de Terras e continuou desigual com o Estatuto da Terra, modernização do campo, etc.

Desta maneira, para entender a diferenciação regional e a modernização da agricultura, é importante ter em mente que o processo de mecanização da produção agrícola vai se dar

sobre a paisagem deixada pela atividade agrária, com algumas características que segundo Fontoura(2009) são:

- a) O meio físico mesmo modificado pelo homem, ainda influencia a vida agrícola, sendo um pré-requisito para a modernização;
- b) A atividade agrícola é especialmente difusa ao contrário da atividade industrial urbana;
- c) Fenômeno em escala mundial, como a revolução industrial, as crises econômicas e a globalização, chegam ao campo.

Conclui dizendo que “entender o espaço rural é entender a interdependência entre esses elementos influenciados pelas condições locais e mundiais” (FONTOURA, 2009, p.33).

Ainda a respeito da modernização na agricultura e as condições que se formaram para isto, (FONTOURA, 2012, p.6) ressalta três aspectos importantes que são:

- O interesse do Estado na expansão da produção do arroz e do trigo para a alimentação da população urbana (consumo interno e substituição de importações), proteção esta que vinha se desenhando desde o início do século para o primeiro e na década de 40 para o segundo. No caso da soja, associada à lavoura do trigo, a partir da década de 60, como um produto gerador de divisas;
- O interesse de empresas nacionais e principalmente transnacionais em expandir seus negócios para a agricultura brasileira, tanto na produção de equipamentos, insumos, etc, como no beneficiamento da produção agrícola, a partir da 2ª Guerra Mundial, como a poderosa Bunge y Bron;
- A possibilidade do surgimento de atores sociais, os granjeiros, de origem urbana, com interesse de diversificar seus capitais na agricultura.

Graziano da Silva (1980) faz uma leitura do período da estrutura fundiária formada no país e as relações de produção do campo que se difundiram no processo de industrialização e que vai fundamentar o capitalismo no Brasil. Esquematiza da seguinte maneira estes períodos:

- O período de 1850 a 1888, que vai da proibição do tráfico negreiro à abolição da escravidão, é uma fase de transição marcada pelo final do sistema colonial, onde havia um bloqueio da industrialização traduzida não pela hegemonia do capital cafeeiro (que é dominantemente) sobre o capital industrial, mas pela própria condição escravista da economia;
- No período que se estende de 1888 a 1933, ano em que se dá o auge dos reflexos da crise de 1929 sobre o setor cafeeiro. Essa fase marca o nascimento e

consolidação do capital industrial no País; constitui-se uma agricultura mercantil de alimentos e de matérias-primas, destinada ao abastecimento do mercado criado pelas indústrias de bens de consumo que se iam instalando no País, bem como um pequeno núcleo de indústrias leves de bens de produção;

- O período de 1933 a 1955, que marca o início de uma nova fase de transição, porque a acumulação de capital se move de acordo com um novo padrão, que se denominou de industrialização restringida. Nessa fase, o setor industrial vai-se libertando gradativamente da dependência que mantinha, direta ou indiretamente, com o setor cafeeiro exportador;
- O período de 1956 a 1967, que se inicia com a implantação de um bloco de investimentos altamente complementares que delineia um processo de industrialização pesada. Essa fase configura um ciclo de acumulação e, por isso, compreende dois momentos: o de expansão, entre 1956 e 1961, apoiada no Estado e no novo capital estrangeiro que se transfere sob a forma de capital produtivo, e o de depressão, entre 1962 a 1967, que se manifesta por uma queda das taxas de crescimento.

Ressaltamos que a modernização do/no campo, não alterou as velhas estruturas agrárias “geradas” no período de ocupação do território brasileiro.

Quanto à modernização da agricultura. Graziano Neto (1982) expõem que ela foi:

A chamada modernização da agricultura, não é outra coisa para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente (GRAZIANO NETO, 1982, p.27).

Segundo Moura (2011), no século XX houve uma aliança dos proprietários de terra com o capital urbano industrial, alinhados pelo Estado financiador, a fim da manutenção das antigas oligarquias, mas desenvolvendo a indústria nas grandes propriedades. Completa dizendo que “o desenvolvimento econômico concentrado é o retrato do poder da terra, aliado ao poder de investimento do capital urbano industrial” (MOURA, 2011, p.66).

Dentro desta modernização da agricultura temos a “Revolução Verde”, surgida no final da 2ª Guerra Mundial (Europa e Estados Unidos), em conjunto com as empresas destes países tentando sanar a “luta contra a fome”, acabam alastrando sua área de atuação pelo mundo. Objetivando aumentar a área plantada e a produtividade. Tinha como objetivos

maiores revolucionar as técnicas agrícolas, investir em tecnologias de plantio, colheita, irrigação, e principalmente, nas sementes ou mudas selecionadas que seriam usadas. Os resultados não foram exatamente como prometido, entretanto ocorreu um aumento na produtividade.

Dentro desta revolução, além da mecanização e alta tecnologia ou tecnologia de ponta, temos a introdução de agentes químicos como adubos, fertilizantes e agrotóxicos. Foi a partir da década de 50 do século XX, que os pesticidas começaram a ser direcionados para o uso na agricultura. Este modelo de produção juntamente com a mecanização, espacialização, monoculturas e as sementes geneticamente modificadas na alimentação passou a ser conhecido como “Revolução Verde” (Luz, 2011, p.46).

A este respeito Porto Gonçalves (2006) destaca que:

O exemplo da Revolução Verde deve permanecer bem vivo em nossas mentes. Baseada no princípio da seleção de sementes mais produtivas e em certas técnicas de manejo da terra foi alardeada como a solução definitiva para os problemas da fome no mundo. A homogeneização provocada pela seleção genética tornou os ecossistemas mais vulneráveis e, portanto, mais dependentes de insumos como defensivos, aumentando, por consequência, a dependência financeira dos produtores (PORTO GONÇALVES, 2006, p.123).

A “Revolução Verde” no Brasil acabou gerando impactos sociais no campo sob a forma de desemprego dos agricultores rurais e, agregado a este fator, grandes impactos ambientais com a interferência na biodiversidade dos sistemas. A partir dos anos 70, estudos passaram a demonstrar os efeitos nocivos desta prática, levando em conta, que não só a produção de alimentos em larga escala era importante, mas a qualidade do que se produzia deveria ser priorizado também. Surge diante disto um pensar em outra forma de se produzir levando em conta o meio onde é produzido e o consumidor final desta produção. Uma das alternativas é a produção em bases agroecológicas como uma forma de unir a não degradação dos meios naturais de produção com a qualidade do que é produzido e consumido.

Moura (2011) ressalta que o problema agrário não se restringe somente as questões agrícolas, a parte técnica da produção, assim como a transição para outra forma de produção com menor impacto na biodiversidade dos sistemas não se restringe na mera substituição dos insumos. Desta forma, a produção de bases agroecológicas vai além de simples práticas, fazendo-se necessário o envolvimento de todo o sistema produtivo e não produtivo, demandando desta maneira outra forma de produzir e de pensar esta produção.

Altieri (2002), diz que “parece que enquanto a moderna tecnologia aumentou em muito a produtividade em curto prazo, também diminuiu a sustentabilidade, equidade, estabilidade e a capacidade de produção do sistema agrícola”. Desta forma, entramos no século XXI em busca de uma nova forma de produzir que leve em conta a qualidade alimentar da população consumidora e o meio ambiente e, a agroecologia é uma das variáveis para esta mudança.

Salientamos nas palavras de Moura (2011) que: “é a partir da crítica a esta concepção que surge a chamada agricultura alternativa”. Surge em contraponto aos efeitos desta modernização no campo, atrelada a “Revolução Verde” e seus efeitos em boa parte considerados danosos tanto aos consumidores, quanto aos que trabalham no campo e ao meio ambiente de uma forma geral. Desta forma, surge uma agricultura que busca integrar a qualidade de vida no local onde é desenvolvida e, uma produção voltada para uma qualidade maior do que é produzido e comercializado.

Como o foco desta pesquisa encontra-se no estado do Rio Grande do Sul, a questão agrária neste estado será analisada para que consigamos formar as bases para o entendimento da sua formação.

O começo de ocupação do território rio-grandense segundo Ghelen e Mélo (1987) deu-se no final do século XVI pelos bandeirantes e jesuítas advindos da direção litorânea rumo aos Estado. As frentes de ocupação iniciais podem ser divididas em quatro. A primeira, já citada, e com término datando o início do século XVIII. A segunda durante o século XVIII na região da Campanha, cuja frente era constituída por tropeiros e escravos, trabalhadores dedicados à subsistência objetivando a consolidação das fronteiras. A terceira frente à de ocupação data entre 1748 e 1772 no litoral e parte de Porto Alegre e refere-se a migrantes vindos de Portugal visando implementar um modelo de agricultura familiar.

O quarto fluxo migratório ocorreu entre 1830 e 1890 através da migração de trabalhadores da agricultura familiar expulsos pelo processo de industrialização da Europa. Representando mais uma tentativa de implementação de um modelo de economia de característica familiar e comercial que fosse complementar ao modelo de sesmarias. Assim, temos no Rio Grande do Sul uma divisão norte-sul onde se diferenciam as condições físico-naturais, a forma de ocupação e um desempenho do trabalhador diferenciado.

Sobre este aspecto da forma de ocupação Mantelli (2006), define da seguinte forma:

A história da ocupação associada à sua evolução permite definir/dividir o Rio Grande do Sul agrário em duas unidades características físicas,

socioeconômicas e culturais distintas: a área de campo e a área de mata, ocupada pelos fazendeiros e colonos, respectivamente. Os primeiros fundados no sistema de sesmarias, o que resultou na formação das grandes propriedades e os segundos, como resultado do processo migratório europeu, cuja divisão formal da terra promoveu a presença das pequenas propriedades rurais do estado (MANTELLI, 2006, p.5).

Importante destacar esta diferenciação que ocorreu na forma de ocupação do Rio Grande do Sul nas suas respectivas áreas, ou seja, há um diferencial no modo de ocupação do Estado, que acarretará também em uma diferenciação na forma de organização do trabalho e da produção.

Segundo Bernades (1997, p.53) “o Rio Grande do Sul foi, pode-se dizer, a derradeira parte do Brasil a ser povoada”. No final do século XVIII todas as regiões que constituíram os estados da federação já estavam em desenvolvimento, mas o território rio-grandense era ainda um lugar “de ninguém”. Moura (2012) lembra que o Rio Grande do Sul integrou-se tardiamente no processo de formação econômica do Brasil, se comparado aos demais Estados.

Havia nas terras do Rio Grande do Sul, apenas dois interesses para coroa portuguesa, a demarcação das terras frente à colônia espanhola e a criação de burros nos campos sulinos para as minas exploradoras da época (sudeste, principalmente) e, que constituíam um centro demográfico de grande importância para os colonizadores portugueses.

Moura (2012, p.30) quando relata sobre a estrutura da produção agrária no Rio Grande do Sul diz que ela se desenvolveu através de três seguimentos: a pecuária tradicional, a agricultura colonial e a lavoura empresarial.

O estado do Rio Grande do Sul ainda estava em formação, mas já começa a surgir através da consolidação deste espaço mais ao sul do Rio Grande do Sul, aquilo que seria o grande aporte do desenvolvimento deste lugar: as estâncias; que terão seu apogeu com o desenvolvimento das charqueadas.

Estes dois fatores para o desenvolvimento deste local fica evidenciado quando Bernades (1997, p.57) diz que: “O Rio Grande do Sul nasceu nas estâncias e cresceu nas charqueadas”. Estes foram os fatores principais que deram o impulso para o desenvolvimento das terras rio-grandense no início do seu povoamento.

O início de ocupação deste local se deu da mesma forma que no resto do país, ou seja, através das sesmarias. Para Laytano (1983, p.15-16) a primeira sesmaria concedida no Rio Grande do Sul foi no ano de 1732, nos campos de Tramandaí. Ainda segundo o mesmo autor, uma sesmaria equivale a aproximadamente 13.068 ha, ou 150 quadras de campo. Uma quadra de sesmaria é igual a 87 ha, medida esta ainda em uso na Campanha gaúcha.

Os tipos que recebiam estas concessões são descritos por Laytano (1983, p.21-23) como:

- Militar: àqueles que tivessem prestado valorosos serviços à causa portuguesa, na ação do povoamento ou na conquista, constituindo-se em fazendeiros-militares. Era formado por Dragões, majores, alferes, tenentes e outros heróis militares;
- Tropeiro: antes mesmo dos açorianos e dos militares, os negociantes de gado já desciam de São Paulo pela costa da serra ou do litoral, para retornarem com as tropas de gado para o mercado de consumo. As tropeadas exigiam abertura de caminho e paradas ou invernadas, para descanso e engorde do gado. Vários são os exemplos de tropeiros que se tornaram estancieiros com concessão de sesmarias;
- Agricultor: formado pelos casais de açorianos, foram trazidos para povoarem a capitania. Não receberam sesmarias, mas sim datas de terras que tinham 272 ha, embora muitos deles se transformassem, com muito trabalho, em fazendeiros da campanha gaúcha,

A respeito deste assunto Fontoura (2012, p.172), define que para Laytano “a sesmaria era estância e nascia a propriedade privada então, revestida dos característicos jurídicos da doação oficial e governamental”. Ressalta ainda que uma sesmaria era a medida padrão para concessão de terras, e desta forma serviam para povoar o vazio demográfico e garantir a ocupação da fronteira.

Sobre este aspecto, Fontoura (2012) relata que a distribuição das sesmarias no Brasil meridional teve como critério principal os serviços prestados à Coroa portuguesa, portanto descendentes de paulistas, não necessariamente de posses. Conclui que não demorou muito para que se formasse uma classe de detentores da terra, os quais defenderiam seus interesses em primeiro lugar. Desta forma, “o latifúndio passou a servir sistematicamente à expansão territorial”.

Podemos dizer que o Rio Grande do Sul, mesmo tendo sua formação ocorrida tardiamente do resto do País, não “fugiu” a via de regra de toda a ocupação do território, ou seja, a larga extensão de terras nas mãos de poucos.

Mais tarde com o intuito de povoamento deste local, já que a população era rarefeita (em função da atividade extensiva dominante), o governo português cogitou a vinda de colonos para a introdução das atividades agrícolas nestes vastos espaços vazios que se formaram no Rio Grande do Sul. Os primeiros que por aqui chegaram foram os açorianos. A imigração açoriana começou em 1748 em Santa Catarina e ela deu o aporte para os que migraram para o Rio Grande do Sul, e em 1765 começaram a surgir os primeiros núcleos que

vieram para se estabelecer e desenvolver esta parte do país que era até aquele momento uma vasta área desocupada a ser povoada e desbravada.

Fontoura (2012) caracteriza bem esta estratégia da coroa portuguesa para demarcação deste espaço da seguinte forma:

A estratégia portuguesa foi inteligente: mantendo Colônia do Sacramento como posto avançado, Rio Grande como um posto médio armado, e povoada rapidamente através da distribuição de sesmarias para atividade pecuária, e de datas para os açorianos estabelecerem uma agricultura de subsistência, o litoral e a fronteira oeste foram sendo ocupadas na mesma velocidade em que se multiplicavam os pedidos de sesmarias. Com isto, a fronteira que terminava em Laguna foi sendo empurrada para os limites que hoje ocupa o Rio Grande do Sul, (FONTOURA, 2012, P.173).

Foi com a vinda dos imigrantes que estas vastas terras começaram realmente a ser povoada, juntamente com eles começa a surgir a atividade agrícola no novo estado rio-grandense que até este momento tinha na pecuária seu maior interesse. Evidenciamos que o predomínio da grande propriedade rural sempre esteve à frente da pequena.

Também relatamos que a forma de organização produtiva entre o norte e o sul do Rio Grande do Sul, teve suas bases diferenciadas pela forma como esta ocupação ocorreu. Não podíamos deixar de referenciar este fato, já que ao norte como a ocupação se deu em pequenos lotes terá o desenvolvimento da pequena agricultura e, ao sul do Rio Grande do Sul, devido a distribuição das sesmarias temos grandes extensão de terras, e o desenvolvimento em um primeiro momento da pecuária comercial.

Ao longo do século XX, nos anos 50 já desponta por parte do governo brasileiro a preocupação com a modernização da agricultura. E este passa então a disponibilizar recursos e estímulos para a modernização das propriedades de grandes módulos. E o Rio Grande do Sul não fica de fora desta modernização implantada no resto do país.

2.2 Bases teóricas para uma leitura do espaço

Para compreender como o espaço agrário do município do Rio Grande se constituiu, foi necessário buscar em alguns autores os referenciais teóricos conceituais a forma de

ocupação, apropriação e organização social no espaço agrário pelos agricultores/produtores do município.

Alguns conceitos geográficos como espaço, território, ambiente, paisagem e lugar, são abordados nas mais diferentes áreas do conhecimento, não se restringindo somente às pesquisas de geógrafos, mas de diferentes pesquisadores das ciências sociais e humanas.

Como o interesse desta pesquisa está centrada no espaço agrário do município do Rio Grande e, mais detalhadamente na agricultura familiar, faremos uma breve análise dos conceitos que vão balizar esta pesquisa. Buscamos através do estudo do espaço geográfico uno e múltiplo, ou seja, enquanto, território, ambiente, paisagem e lugar (SUERTEGARAY, 2001), a compreensão da abrangência do espaço agrário do município.

Começamos esta análise com o entendimento de Suertegaray (2001) que partilha que o espaço geográfico constitui o conceito balizador da Geografia. Ressalta que a formulação deste conceito apresentou e apresenta ainda hoje variadas interpretações. Diz que no passado, exemplificando em Humboldt (1862), a geografia constituiu-se uma ciência natural. Sugeriu uma interpretação da natureza subdividida em física e Geografia Física. Desta maneira, Humboldt, deixa claro que o estudo se dá entre a integração do meio (ambiente) natural à superfície e a proximidade imediata da superfície da Terra. Desta forma, por mais abrangente que o estudo seja, ele ainda toma o homem e a sociedade como fator e não como elemento da paisagem, Suertegaray (2001).

Mais adiante, os geógrafos, propuseram a união do natural e humano. Assim, transformaram o espaço geográfico em um conceito que expressa e articula Natureza e Sociedade, Suertegaray (2001).

Resume estes fatores concluindo que: “a presença do homem concretamente como ser natural, ao mesmo tempo, como alguém oposto a natureza, promoveu/promove profundas transformações na natureza mesma e na sua própria natureza” (SUERTEGARAY, 2001, p.9).

Girardi (2008) exemplifica em Lefebvre, as preposições que contribuem para a formulação do conceito de espaço geográfico, são elas:

a) o espaço não é algo dado, ele é produzido pelo homem a partir da transformação da natureza pelo trabalho;

b) as relações sociais são constituintes do espaço e é a partir delas que o homem altera a natureza;

c) as relações sociais de produção, consumo e reprodução (social) são determinantes na produção do espaço;

d) o espaço deve ser resultado a partir das formas, funções e estruturas e

e) novas relações podem dar funções diferentes para formas preexistentes, pois o espaço não desaparece, ele possui elementos de diferentes tempos.

O autor ressalta que estas preposições serão a base para a construção do conceito de espaço geográfico pelos geógrafos.

Já Santos (2002[1996]), propõem o espaço geográfico da seguinte maneira: “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações”.

Desta maneira, mas palavras de SANTOS (1994), podemos compreender o espaço da seguinte forma:

O espaço seria o conjunto dessas duas coisas (objeto de sistemas e sistemas de ações). Isso daria uma visão de território, de paisagem, de lugar, e acrescentaria à visão dos outros cientistas sociais uma visão de materialidade que não constitui apenas um teatro de ação, mas é condição para a ação (SANTOS, 1994, p.90).

Fernandes (2008) caracteriza esta definição quando fala da análise a ser feita sobre o espaço e o que não podemos separar da seguinte forma:

Ao analisarmos o espaço, não podemos separar os sistemas, os objetos e as ações, que completam no movimento da vida, em que as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais. Desde esse ponto de vista, o ponto de partida contém o ponto de chegada e vice-versa, porque o espaço e as relações estão em pleno movimento no tempo, constituindo a história (FERNANDES, 2008, p.276).

Girardi (2008) destaca que para uma análise do espaço geográfico, o território é um dos conceitos que auxiliam a sua compreensão, sendo desta forma, indissociáveis. O autor diz que “para uma análise geográfica é essencial compreender os conceitos de espaço geográfico e território como indissociável, pois o território é formado a partir do espaço”.

Santos (1985), se manifesta sobre o estudo do espaço da seguinte maneira:

(...) para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço (Santos, 1985,p.49).

A discussão aqui pretendida parte da configuração territorial, ou seja, das territorialidades que são criadas a partir da ocupação inicial de um determinado local por determinados sujeitos. Neste caso, esta pesquisa em um primeiro momento está estruturada na formação inicial deste território, e nas repercussões na configuração fundiária e na organização da produção agropecuária, em especial a agricultura familiar.

Desta forma, um dos conceitos chave desta pesquisa é o território que nos dará as bases de entendimento da configuração agrária do município. Em uma primeira escala, o território aqui estudado é o da formação do Estado-nação que está alicerçado no poder. No caso do município do Rio Grande, o poder hegemônico da Coroa Portuguesa sobre a Espanha.

Quanto aos aspectos citados, podemos levar em consideração a análise de Heidrich (2009), quando analisa o território e ressalta:

(...) o território não é um fato definitivamente conquistado, há condições para o seu surgimento que podem ser insatisfatórias e sua manutenção, à permanência. Precisa-se ocupar, ter posse, fazer uso e conceber a ocupação e o uso. Ocupação, uso e representações são, por isso, aspectos constituintes da relação de poder que produz o território (HEIDRICH, 2009, p. 274).

Nos últimos tempos parte dos estudiosos que trabalham com o conceito de território está dispensando uma atenção maior a ele, já que as transformações em determinados lugares acontecem constantemente. Desta forma, não temos um território único, mas diversos e diferentes territórios. Por estes motivos, para estudar o território, a complexidade e a dimensão que este conceito atinge os principais autores que desenvolvem este conceito serão abordados.

O território é um *locus* de relações, dentre elas a relação de poder no espaço, e esta está em constante movimento em diferentes escalas. Nas palavras de Haesbaert (2004):

Todo conceito, como toda teoria, só tem validade quando referida a uma determinada problemática, a uma questão. Assim, o território é um dos principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço (HAESBAERT, 2004, p.87).

Tanto na formação do país, quanto no município do Rio Grande, a formação do território está ligada ao poder do Estado. Mas uma nação não se forma sozinha, mas a partir

dos sujeitos e/ou atores que fazem parte deste processo quanto ao de uso e apropriação do mesmo. Desta forma, concordamos com Santos (2000), quando afirma que:

O território em si, para mim não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para análise social quando consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam (SANTOS, 2000, p.22).

Dentro destas relações de poder, são formadas as territorialidades, que correspondem às várias e diferentes formas de vivência no território e nestas expressões das relações de poder das sociedades (RAFFESTIN, 1993).

Ainda quanto à configuração territorial, Santos (1994) ressalta que:

(...) a configuração territorial é formada pelo conjunto de sistemas de engenharia que o homem vai superando a natureza, verdadeiras próteses, de maneira a permitir que se criem as condições de trabalho próprio de cada época (SANTOS, 1994, p.71).

Sendo assim, Claval (2007) completa dizendo que:

Os grupos humanos aprendem, pois, a explorar o espaço e a encerrá-lo em sistemas de representações que permitem pensá-lo. Batizando os lugares e os meios, eles os transformam em objeto de discurso. Impondo-lhes suas marcas e instituindo-se, fazem deles uma categoria social (CLAVAL, 2007, p.220).

Relembra Claval (2007) dizendo que “não há sociedade sem espaço para lhe servir de suporte. A instituição da sociedade é, pois, sempre inseparável daquela do espaço”. Podemos dizer diante disto, inseparável do território, pois ambos são conforme Girardi (2008) indissociáveis.

Desta maneira, faz-se necessário compreendermos como estes sujeitos participaram da formação territorial deste local e quais foram as estratégias por eles utilizadas para que pudessem neste espaço se manter.

Nesta parte enfatizamos a importância de se buscar em autores que relatam a passagem de formação deste território como: Ruivo (1994), Paulitsch (2008), Alves (1994), Torres (1994) e outros, como base para o entendimento da formação, do desenvolvimento e das transformações ocorridas no espaço agrário do município do Rio Grande ao longo do tempo.

Partindo que o território não é algo estático, mas passível de grandes transformações devemos levar em conta, que ele não se forma sozinho, mas é formado e transformado pelos sujeitos que o compõem e que estes sujeitos vão se organizar politicamente, economicamente e socialmente.

E através desta premissa pretende-se compreender como se dá a formação do município, a organização fundiária e os tipos de agricultura desenvolvida neste local.

Suertegaray (2001) diz que “historicamente, a concepção de território associa-se a ideia de natureza e sociedade configuradas por um limite de extensão do poder”.

Também a respeito da análise do conceito de território a autora enfatiza que:

Este norteou na geografia perspectivas analíticas vinculadas à ideia de poder sobre o espaço e seus recursos; o poder em escala nacional: o Estado-nação. Mais recentemente, este conceito indica possibilidades analíticas que deixam de privilegiar a ideia de dominação-apropriação de espaço. Esta flexibilização do conceito permite tratar de territorialidades como expressão da coexistência de grupos, por vezes num mesmo espaço físico em tempos diferentes. Trata-se de uma dimensão do espaço geográfico, extraído deste conceito a necessidade direta de domínio, também dos recursos naturais, como expressa-se na concepção clássica de território (SUERTEGARAY, 2001, p.6-7).

Assim, grupos sociais em diferentes períodos da história de construção deste país, são reproduzidos sob a lógica e ritmo diferentes e onde se tem diferentes maneiras de organização territorial.

O ambiente também é um conceito que faz parte desta pesquisa. Suertegaray (2001) destaca que a Geografia se diferencia e se contrapõem as demais áreas do conhecimento, pois sempre pretendeu abordar a relação que os homens estabelecem com o seu entorno natural.

Deixa claro esta questão quando ressalta que:

A Geografia como área de conhecimento sempre expressou (desde sua autonomia) sua preocupação com a busca da compreensão da relação do homem com o meio (entendido como entorno natural). Neste sentido ela se diferenciou e se contrapôs as demais ciências, que por força de seus objetos e das classificações, foram individualizadas em Ciências Naturais e Sociais. Este paradoxo acompanha a Geografia, ainda que hoje possa ser seu privilégio (SUERTEGARAY, 2001, p.45-46).

Segundo Mendonça (2001) “a história da sociedade do último quarto do século XX encontra-se fortemente marcada pelo debate acerca da questão ambiental”. Ao afirmar este

fato o autor completa que o século XX assistiu a lenta transformação da conotação dos termos ambiente e ambientalismo; visto que, até meados do mesmo, as discussões relativas a esta temática ainda tinham uma concepção majoritariamente naturalista e científica.

Sobre a concepção geográfica de meio ambiente, Veyret (1999), afirma que:

De fato para um geógrafo, a noção de meio ambiente não recobre somente a natureza, ainda menos a fauna e a flora somente. Este termo designa as relações de interdependência que existem entre o homem, as sociedades e os componentes físicos, químicos, bióticos do meio e integra também seus aspectos econômicos, sociais e culturais (VEYRET, 1999, p.6).

No Brasil, segundo Andrade (1999), o envolvimento de geógrafos no tratamento de meio ambiente começa no final da década de 1960. Atualmente o autor relata que esta preocupação e estudo vêm tendo uma grande aceitação. Fica claro quando diz que:

Hoje, com a aceitação dos problemas do meio ambiente, quer face a exploração desordenada dos recursos, nem sempre renováveis, quer em consequência da poluição da água e da atmosfera, os estudos ambientais vêm tendo uma grande aceitação e vêm se difundindo tanto em trabalhos propriamente geográficos como em trabalhos interdisciplinares. (ANDRADE, 1999, p.31).

Na atualidade a preocupação da interação entre o meio (entorno natural) segundo Suertegaray e o social, ou seja, a integração do natural com o social ou homem-natureza, surge à denominação de “sócio” atrelado ao termo “ambiental”, que segundo Mendonça (2001) “serve para enfatizar o necessário envolvimento da sociedade enquanto sujeito, elemento, parte fundamental dos processos relativos à problemática ambiental contemporânea”.

Sobre este aspecto Mendonça (2001) diz que: surge para esta integração a palavra socioambiental já que tornou-se difícil e insuficiente falar do meio ambiente somente do ponto de vista da natureza quando se pensa na problemática interação sociedade-natureza do presente.

Desta forma, fica claro que nas últimas décadas do século XX e início do século XXI o estudo do meio (entorno natural) mudou a partir de estudos que integram conjuntamente sociedade-natureza nas pesquisas. A este respeito Mendonça (2001) sintetiza:

Observa-se assim avanços consideráveis no tratamento da questão ambiental nos anos 80 e 90 até o presente, ou seja, de uma fase predominantemente caracteriza pelo enfoque ecológico, em que ressaltava a vertente naturalista, para uma outra centrada no ambiente, na qual sociedade e natureza compõem as duas partes de uma interação dialética (MENDONÇA. 2001, p.122).

Concordamos desta maneira com Porto Gançaves (2006), quando diz que o conceito de natureza não é natural quando afirma que:

Toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada ideia do que seja a natureza. Neste sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura (PORTO GONÇALVES, 2006, p.23).

Completa o autor dizendo que “cada povo/cultura, constrói o seu conceito de natureza ao mesmo tempo em que institui as suas relações sociais”, ou seja, institui o seu ambiente.

Concluimos com as palavras de Suertegaray (2001) sobre os desdobramentos do estudo sobre meio, natureza, ambiente e socioambiental, quando ressalta que:

A construção do conceito de natureza tem, portanto dimensão que se expressa pelo poder. Há um tempo o poder de separá-la e dividi-la para melhor dela se apropriar. Na atualidade, o poder de uni-la e subordiná-la na constituição de novas formas/objetos. Este poder não é absoluto, dirão alguns. Sim não é absoluto, mas o que desejo expressar é o sentido dado à natureza em nossa sociedade/cultura, trata-se de algo a ser subjugado, transfigurado. Este processo resulta em questões de ordem ambiental, embora não somente (SUERTEGARAY, 2009. p21).

Outro conceito que pode ser incorporado nesta pesquisa é o de paisagem. Temos neste conceito a diferenciação para análise do rural/urbano ou campo/cidade. Mas o que é paisagem? Para responder a esta questão vamos à busca de referenciais teóricos que nos ajudem a buscar a sua compreensão.

Maciel (2009), quando fala sobre o conceito de paisagem diz que aos objetos que existem juntos na paisagem, existe em inter-relação. Nós afirmamos que eles constituem uma realidade como um todo que não é expressa por uma consideração das partes componentes separadamente, que a área tem forma, estrutura e função e dá posição em um sistema e que é sujeito a desenvolvimento, mudança e fim.

Explicita da seguinte maneira a paisagem Maciel (2009):

A paisagem é, em essência, uma forma da Terra cujos processos de modelagem são físicos e culturais a um só tempo, possuindo uma identidade calcada em uma constituição reconhecível, limites e relações com outros lugares num contexto maior. Explica-se, por esta via a relevância dada aos aspectos materiais da cultura, aos objetos e técnicas que imprimem uma marca visível no espaço (MACIEL, 2009, p.4-5).

Ressalta ainda o autor que “antes de compreender o olhar do homem sobre o mundo que lhe acolhe e repele, antes de se tornar o território de sua exploração e intervenção, a paisagem é o fato do mundo, a sua feitura”.

Suertegaray (2001) relata que percebemos a paisagem como um conceito operacional, ou seja, um conceito que nos permite analisar o espaço geográfico sob uma dimensão, qual seja o das conjunções de elementos naturais e tecnificados, socioeconômicos e culturais. Que ao optarmos pela análise geográfica a partir do conceito de paisagem, podemos concebê-la enquanto forma (formação) e funcionalidade (organização).

Conclui da seguinte maneira a análise deste conceito:

(...) neste sentido, a paisagem pode ser analisada como materialização das condições sociais de existência diacrônica e sincronicamente. Nela poderão persistir elementos naturais, embora já transfigurados (ou natureza artificializada). O conceito de paisagem privilegia a coexistência de objetos e ações sociais na sua face econômica e cultural manifesta (SUERTEGARAY, 2001, p.5-6).

Para Santos (1997), “a paisagem é o conjunto de forma que, num dado momento exprimem as heranças que representam as sucessivas relações entre homem e natureza. Ou ainda, que a paisagem se dá como conjunto de objetos reais concretos”.

Desta maneira, podemos dizer que até agora os conceitos apesar de cada um ter a sua peculiaridade, em determinados momentos se unem complementando um ao outro. Em parte deles a natureza está sempre atrelada as ações sociais em determinado espaço de tempo, desta forma se completam, se complementam.

Berque (1998) quando analisa a paisagem diz que ela existe em primeiro lugar na sua relação com o sujeito coletivo: “a sociedade que a produz, que a reproduz e a transforma em função de certa lógica”. O autor trabalha a paisagem em cima de duas análise, a da paisagem

marca e paisagem matriz. Revela que a paisagem é marca, já que expressa uma civilização, mas que é matriz também, pois participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação.

Quando analisa sobre paisagem marca e matriz ressalta que:

É preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política, etc. E, por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral (BERQUE, 1998, p.86).

Enfatiza o autor que o sujeito que participa desta paisagem é um *sujeito coletivo*, que é dotado de uma história e de um meio. Também, que não é somente o indivíduo, mas tudo que a sociedade condiciona este indivíduo e o supera. Desta forma, ela situa os indivíduos no seio de uma cultura, que com isso dará um sentido a sua relação com o mundo e que este sentido, nunca é exatamente o mesmo para cada indivíduo.

Berque (1998) esquematiza da seguinte forma a leitura e o estudo da paisagem associada aos sujeitos sociais/culturais:

- 1) O inventário eco-geográfico: como e em que graus tal sociedade transformou a natureza do seu ecúmeno através da agricultura, habitat, etc.
- 2) O inventário das representações: como tal paisagem é percebida? Como tal sociedade evoca e idealiza sua relação com a natureza (pintura da paisagem, literatura, jardins, etc).
- 3) O inventário dos conceitos e dos valores: como tal sociedade concebe e julga o natural, o artificial, o sobrenatural, a natureza humana, a própria natureza, etc. Como este quadro mental se traduz nas projeções do ecúmeno (nos planos de arquitetura, de urbanismo, na organização territorial, nas utopias).
- 4) O inventário das políticas: como tal sociedade gera, efetivamente, seu patrimônio eco-geográfico? Que instituições cria para organizar seu ecúmeno e qual a eficácia destas instituições.
- 5) O exame sintético dessas diversas rubricas, fazendo com que se iluminem reciprocamente: o político sendo iluminado pelo ético, este pelo estético, este pelo psicológico, este pelo ecológico, etc, em todos os sentidos.

Fontoura (2009) refere-se à paisagem como “um recorte do espaço geográfico onde se observa a composição entre os elementos e as dinâmicas do meio em relação com as transformações provadas pela(s) sociedade(s) humana(s)”.

Fontoura (2009) completa esta análise sobre a leitura da paisagem dizendo que:

É a descrição e análise dos potenciais e das restrições do meio associados as diferenciações espaciais observadas na paisagem em sua forma, funcionalidade, estrutura e dinâmica, em um momento da história de uma comunidade de determinado lugar que transforma ou não a natureza (FONTOURA,2009,p.40).

Concluimos nas palavras de Cosgrove (1998) que define o significado da paisagem assim: “todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem” (COSGROVE,1998,p.108).

Por último, viajamos através dos conceitos de uma escala macro (com o espaço geográfico) para micro (conceito de lugar), mas não menos importante nesta pesquisa. Todos objetivando a compreensão da abrangência do espaço geográfico.

Partimos com a concepção de Suertegaray (2001) sobre a percepção do conceito de lugar. Para a autora, o lugar só recentemente é resgatado na geografia como conceito fundamental, passando a ser analisado de forma mais abrangente, por muito tempo a geografia tratou o lugar como a expressão do espaço geográfico na escala local, a dimensão pontual. Diz que: “o lugar constitui a dimensão da existência que se manifesta através de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições”. Onde Santos (1997) completa o sentido de lugar assim: “que a cooperação e conflito são à base da vida em comum”.

Tuan (1983) diferencia o espaço do lugar da seguinte maneira:

Na experiência, o significado de espaço frequentemente se confunde com o de lugar. “Espaço” é mais abstrato do que lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor [...] se pensarmos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar (TUAN, 1983, p.6).

Claval (2007) completa o sentido de lugar ao afirmar que: “os lugares não tem somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os frequentam”.

Como já citado acima. O conceito de lugar não é tão comum de ser visto mais utilizado entre os teóricos, geralmente, num sentido locacional, ou melhor, dizendo, reduzido a uma escala local. Haesbaert (2006) deixa clara a importância de seu uso quando ressalta que:

Lugar, além de envolver características mais subjetivas, na relação dos homens com seu espaço, em geral, implica também processos de identificação, relações de identidade. Muitos autores fora da Geografia têm utilizado a noção de lugar na sua interpretação da sociedade contemporânea (HAESBAERT, 2006, p.138).

Assim, nossa compreensão de lugar segue a perspectiva de Tuan, ou seja, é espaço de pertencimento. A relação de pertencimento entre o indivíduo e o lugar, de bem estar é traduzida por “sentimentos topofílicos”. Ao contrário a aversão ao lugar, repúdio, medo, se traduz em sentimentos topofóbicos. Logo, cabe compreender qual a relação do pequeno agricultor com o lugar em que vive e trabalha na área proposta para o estudo.

Concluimos com as palavras de Suertegaray sobre o espaço geográfico esta etapa sobre os conceitos, ela enfatiza que:

Se de um lado ainda trabalhamos com o recorte do espaço Geográfico, de outro acreditamos que esses recortes poderão mais unir o discurso geográfico, do que separar. Isto porque cada um deles enfatiza uma dimensão da complexidade organizacional do espaço Geográfico: o econômico/cultural (na paisagem), o político (no território), a existência objetiva e subjetiva (no lugar) e a transfiguração da natureza (na natureza). Não obstante, nenhum deles prescinde das determinações expressas em uns e em outros (SUERTEGARAY, 2001, p.10).

Encerramos esta parte dos conceitos e pensamos que de uma forma geral eles especificam o sentido do espaço geográfico, que abriu o debate a respeito dos conceitos utilizados nesta pesquisa, buscou-se através deles as bases para a compreensão do espaço agrário do município estudado. Segundo as palavras de Suertegaray (2001) este espaço é uno, múltiplo e complexo.

2.3 O espaço agrário

Partimos da compreensão da questão agrária através da configuração fundiária. Por influencia do Estado primeiramente através das (Sesmarias, Lei de Terras) e mais adiante com o Estatuto da Terra (1964), procura-se entender como foi sendo construída a forma de apropriação e dominação deste território que vai repercutir na estrutura fundiária que se formou neste território e que vai se perpetuar até a atualidade. Desta maneira temos o território das grandes propriedades em tensão com as territorialidades das pequenas propriedades. Isto, porque, o conceito de territorialidade engloba diferentes dimensões e escalas, admitindo as práticas territoriais dos pequenos agricultores.

Apesar dos avanços técnicos na agricultura, esta ainda é dependente em grande parte da dinâmica da natureza. Solo, clima, vegetação, etc, são fatores que influenciam diretamente na produção de alimentos pelo mundo. Chuvas demais, grandes secas, fenômeno El Niño, La Niña, são determinantes para uma boa ou má colheita. Essa natureza é transfigurada pelo homem em uma relação que se entende como ambiental. Através das técnicas e de novas tecnologias que surgem atualmente onde tudo é efêmero e muda constantemente, podemos cultivar em lugares que antigamente nem se pensaria em produzir nada nele.

Assim, o aumento de maquinário e defensivos modificou a natureza, dividindo esta natureza em: uma natureza natural e uma natureza artificial. Ainda a proximidade de melhores recursos naturais, como água e solo, influencia a produção e ocupação destes melhores locais por aqueles indivíduos mais preparados, tecnificados e com um poder aquisitivo maior.

Logo, cabe analisar a relação entre sociedade e natureza, na pequena agricultura, pois é ela que ao longo do tempo busca na sua forma de produção uma “brecha” neste sistema tão desigual. E esta abertura esta pequena agricultura vai encontrar na forma, na maneira de produzir, diversificando esta produção pensando na conservação do meio, na sua própria sustentabilidade e das gerações futuras. Chegando ao estágio natural em que se busca reestabelecer essas relações ambientais a partir de uma agricultura com base na agroecologia.

Existe uma paisagem relacionada ao modo de viver rural que se difere da paisagem urbana tanto pelas marcas deixadas no espaço, quanto pela matriz que fundamenta essas marcas. Contudo, no próprio espaço agrário existem paisagens marcadas pela artificialização, que marcaria a paisagem urbana. Esta está relacionada à paisagem das monoculturas em grandes propriedades, que podemos correlacionar com as áreas urbanas projetadas, por

exemplo, para a implantação de um grande condomínio para moradia, onde tudo é padronizado e igual.

Na paisagem da pequena agricultura existe uma composição de elementos característicos que expressa tais marcas, que estão relacionadas ao contexto cultural em que foram geradas, inclusive da colonização. Assim, interessa uma breve análise da paisagem da agricultura familiar no município.

Paisagem esta que vai se expressar no sentimento de pertencimento desta pequena agricultura no local onde está inserida e que através deste pertencer, deixa as suas marcas de uma forma diferenciada das que a monocultura deixa. Está inserida na forma de produzir, nos espaços, na proximidade com outras pequenas propriedades, nas festas de caráter religioso ou não.

A relação do agricultor com o lugar em que vive e trabalha também contribuem para compreender o espaço agrário do município. O vínculo com o lugar, para o pequeno agricultor, via de regra se dá por hereditariedade. Assim interessa analisar a perspectiva de continuar no lugar. As relações de pertencimento também servem de base pra supor a continuidade desses agricultores no lugar em que vivem e se relacionam.

Busca-se o processo de identificação, as relações de identidade, o local de pertencimento, que se completam com as relações do cotidiano que é compartilhado com outros atores/sujeitos que compõem este lugar e compartilham do mesmo sentimento, da mesma identidade com este lugar. Decodificar esta relação do agricultor com o lugar onde vive é importante para podermos entender o porquê mesmo diante das dificuldades encontradas, eles continuam se mantendo nele.

3 CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE

O Rio Grande do Sul teve sua ocupação diferenciada entre o norte e sul, o que resultou na configuração atual do estado. O norte teve na imigração, principalmente alemã (1825) e mais tarde pela italiana (1875), o intuito de povoamento, o desenvolvimento da pequena agricultura e consolidação do território. Já no sul do Rio Grande do Sul, a intenção de povoamento em um primeiro momento era o de demarcação do território frente ao avanço da coroa espanhola que também tinha interesse sobre estas terras.

Quanto a este fato Fontoura (2011) afirma que:

A diferença entre as regiões norte e sul do estado, não é apenas o resultado da análise da paisagem instantânea e seus contrastes étnicos em seu povoamento ou seus sistemas de produção, mas resultado de um processo diferenciador que tem suas origens desde o processo de formação do território no Brasil meridional (FONTOURA, 2011, p.25).

Este fato torna-se importante a medida que o interesse desta pesquisa está calcada na agricultura, principalmente na pequena agricultura de base familiar que se desenvolveu no município do Rio Grande, que na sua porção sul está situada na parte conhecida como Campanha Gaúcha. Segundo Fontoura (2011) classifica este termo da seguinte maneira:

Campanha, que vem do termo campo, distingue a porção das terras baixas no estado do Rio Grande do Sul, baixas em comparação ao Planalto, dividindo assim o estado sulista em duas metades, sul e norte respectivamente. A Campanha vem a ser a porção do pampa brasileiro. Sua característica principal é a extensa área de pastagem onde se desenvolveu a atividade pastoril de ovinos, vacum e cavalos (FONTOURA, 2001, p.2).

Esta diferenciação é importante, pois vai caracterizar atualmente grandes extensões de terras concentradas nas mãos de poucos. Os fatores determinantes desta configuração são a forma como estas terras foram distribuídas e ocupadas. No norte a característica é resultado da terra ocupada em pequenos lotes onde se desenvolveu em um primeiro momento a agricultura de subsistência, ao sul a distribuição foi feita, na maioria dos casos, sob a forma de grandes

extensões de terras, onde se constituiu a produção de arroz e a criação de gado bovino como atividades principais.

Podemos afirmar que no Rio Grande do Sul a ocupação foi relativamente tardia, em comparação com o restante do território brasileiro. E este fato pode ser explicado pela falta de atrativos principalmente em termos econômicos e mercantilistas, por parte dos seus colonizadores. Como o interesse da coroa portuguesa em um primeiro momento era o de demarcar esta parte do território, a maior parte desta distribuição se dá na forma de sesmarias. Somente a partir de 1750, com a assinatura do Tratado de Madri, que define as novas fronteiras, o território da atual região sul, passou definitivamente das mãos dos espanhóis ao domínio português.

Os primeiros ocupantes do município do Rio Grande segundo Queiroz (1987) foram os indígenas, dentre eles Tapes, Umbus e Minuanos. Eram nômades, ou seja, não ocupavam a terra permanentemente. Utilizavam os recursos naturais do lugar e viviam da pesca, caça e coleta, além de cultivarem para o consumo próprio.

Segundo Ruivo (1994), “realizavam deslocamento periódicos, provocados pela forma como exploravam os recursos e/ou pela diminuição da abundância, característica do fim dos ciclos naturais”. Ainda sobre a ocupação indígena o autor destaca que: “na Ilha dos Marinheiros, na Ilha da Torotama, como também nas costas da Laguna dos Patos, a permanência ocorria especialmente durante o verão, provavelmente devido a abundância do pescado”, (RUIVO, 1994, p.148).

Foi a partir da construção do Presídio/Forte Jesus, Maria, José, que em 19 de fevereiro de 1737, foi fundado o atual município do Rio Grande. Este foi erguido com a finalidade de garantir a posse por parte da coroa portuguesa, as terras localizadas ao sul do Rio Grande do Sul do atual Brasil. Sendo assim, a atual cidade do Rio Grande foi o primeiro ponto de ocupação de forma oficial em território rio-grandense, pelos portugueses, constituindo-se na cidade mais antiga do estado.

Segundo Luz (2011) podemos identificar este período da seguinte forma:

A construção deste presídio é o marco de um projeto de expansão colonial lusitano em direção ao Prata, ligada aos interesses militares de forma que a ocupação do canal seria uma possibilidade de contenção dos espanhóis que desejavam deslocar-se para Santa Catarina e São Paulo. De modo que nossa cidade surge, estrategicamente, para permitir a melhor defesa da Colônia do Sacramento significando o primeiro ponto oficial de ocupação portuguesa em nosso Estado (LUZ, 2011, p.25).

O ambiente neste período era muito hostil e as condições de vida eram precárias. Aliado a isto as intempéries climáticas dificultavam a vida dos habitantes, devido a presença de muitas dunas de areia e os fortes ventos.

Sobre estes aspectos, Alves (1995) relata:

A sobrevivência dos primeiros habitantes do Rio Grande, juntamente com as dos próprios soldados, foi extremamente penosa. As maiores dificuldades estavam ligadas à necessidade de abastecimento externada na nova possessão, às constantes intempéries, ao acesso dificultoso e, muitas vezes, ao abandono por parte da Coroa (ALVES, 1995, p.35).

Várias lutas foram travadas entre portugueses e espanhóis até a demarcação oficial das terras que ficariam em mãos portuguesas definitivamente. As datas mais significativas neste início de apropriação territorial foram: 1737 construção do Presídio; 1754 chegada da primeira leva de casais que vinham com o intuito de solidificação da apropriação deste espaço; estes imigrantes vão se estabelecer primeiramente na Vila da Quinta, Ilha dos Marinheiros e Torotama.

No período inicial de formação deste espaço que se tornaria o município do Rio Grande, várias disputas entre espanhóis e portugueses se sucederam. O atual município esteve no período de 1763 a 1776 nas mãos dos espanhóis. Nesta época, tudo que havia sido construído pelos colonizadores portugueses acabou ruindo e parte das famílias que haviam se deslocado para cá, acabaram indo embora. Segundo Queiroz (1987), “poucos foram os que ficaram na cidade tomada pelos espanhóis”.

Sobre este aspecto Ruivo (1994), relata que o explorador Nicolau Dreys quando por esta parte passou em suas viagens exploratórias, fez o seguinte relato nas suas anotações sobre a invasão espanhola e suas consequências:

Relata ter ouvido da população local que, antes da ocupação espanhola a península onde ficava o povoado era rica em vegetação e árvores. Entretanto, o grande número de animais que os invasores trouxeram para o serviço da tropa acabou por arruinar a vegetação local, de tal forma que os ventos deslocaram as dunas móveis, culminando por sepultar parte da cidade (RUIVO, 1994, p.152).

Após a retomada da vila (só passa a categoria de cidade em 1835), a maior parte do que tinha sido construído anteriormente ruiu e tiveram que recomeçar tudo novamente. Segundo Paulitsch (2008, p.42), “até meados de 1780, a agricultura era na forma de

subsistência, estando Rio Grande dependente de mercados externos”. A fome e a penúria estavam presentes no cotidiano dos que para cá vieram, tanto para os que estavam defendendo esta área, quanto os que vieram em busca de um lugar para viver.

O município do Rio Grande tem sua configuração agrária no tempo do Brasil Colônia, onde as terras eram distribuídas no regime de sesmarias. Segundo Moura (2011), sesmarias eram áreas de terras doadas pela coroa portuguesa destinada a militares e senhores destacados em serviço. A média de áreas era em torno de seis léguas ou 12 hectares. A importância deste fato serve para explicar a concentração fundiária de grande parte do Estado do Rio Grande do Sul e, mais especificamente do município do Rio Grande, que praticamente mantém o mesmo quadro fundiário ao longo dos anos.

Mais tarde, para formar pequenos estabelecimentos, foi feita a distribuição de Datas de Terras ¹, com a finalidade de promover a produção de alimentos em pequenas áreas para o abastecimento do mercado local. Salientamos a importância da vinda dos açorianos para cá e a sua produção para subsistência onde o excedente era comercializado no povoado que neste período passava por grande penúria, Queiroz (1987).

Um dos locais que merece destaque desde a demarcação destas terras é a Ilha dos Marinheiros, já que no início da colonização vai abastecer com madeira e água aos primeiros colonizadores deste lugar e, mais adiante será abastecedora de alimentos com a agricultura de subsistência que será desenvolvida nesta ilha, mantendo parte deste padrão até os dias atuais.

Sobre este assunto podemos ressaltar o relato do Barão Homem de Mello que, no verão de 1868 em visita a Ilha dos Marinheiros, ficou surpreso com a abundância. Relata da seguinte forma o que encontrou na Ilha dos Marinheiros:

Entre o muito arvoredo frutífero que há na Ilha observei oliveira, de que fabricavam alguma azeitona, macieira, pessegueiro, damasqueiros, butiás, ameixeiras, cerejeiras, além de grande variedade de laranjas, limas, limões, romã, etc. Da excelente uva moscatel branca e a americana, desta fabricam o vinho procurado, o qual se vende de cem a cento e vinte mil réis a pipa. Crescem aí as excelsas araucárias, e em geral todas as árvores dos países frios. A Ilha dos Marinheiros é, sobretudo celebrada por sua excelente água potável, a qual transporta para a cidade do Rio Grande, e aí abastecer a população. Basta cavar 0,66 m na superfície do solo, para aparecer água límpida e leve, mui agradável o paladar. Esta Ilha é ainda o celeiro do Rio Grande, e o abastece da farta verdura por preços muito módicos.

¹ (...) em Rio Grande, especificamente nas ilhas e nas localidades do Arraial e Quitéria as datas de terras tinham tamanhos diversos, conforme a historiadora Queiroz (1987). Nestes casos as “Datas de Terras” eram áreas de mais ou menos 40 hectares que se destinavam a casais Açorianos provenientes das ilhas portuguesas e o objetivo da doação destas áreas era que as famílias produzissem gêneros alimentícios para os moradores da província e também para povoar e efetivar a ocupação Portuguesa (MOURA, 2011, p.70).

Na chácara do Sr. Porfirio Ferreira Nunes vi uma lindíssima rua de álamos altíssimos e muito extensa contando 86 pés de cada lado. É a primeira vez que vi soberbo tipo de vegetação dos países frios, e não me consta que encontre em outra parte do Brasil (RUIVO, 1994, p.158).

Outro aspecto desta época relatado é que no centro da ilha devido a abundância da mata que ali existia, esta serviu de esconderijo para os escravos fujões. Esta mata era tão densa que dificultava a captura dos escravos e mais tarde tornou-se um Quilombo de referência, onde os escravos fujões tinham abrigo e proteção, Queiroz (1987).

Paulitsch (2008) ressalta que no início do século XIX, a vila do Rio Grande tinha mais característica comercial do que militar e que o crescimento da cidade era prejudicado ao sul pelas dunas e ao leste pelos terrenos alagadiços.

A estrutura fundiária do município do Rio Grande, diante de todos esses dados se configura numa histórica concentração de terras, desde os primórdios tempos de consolidação de seu atual território. Caracteriza esta etapa as palavras de Queiroz (1987), quando fala da consolidação da estrutura fundiária do município do Rio Grande:

Depreende-se dos levantamentos das propriedades da freguesia do Rio Grande em 1786, que o sistema de reocupação do território e da ocupação dos novos campos, foi em tudo, semelhante ao da fase inicial de ocupação do “continente”, com o predomínio das sesmarias sobre as maiores e melhores extensões de terra. As dimensões dessas propriedades obedeciam, em geral, às estabelecidas pelas Ordenações Filipinas, de uma légua de comprimento por três léguas de largura (...), entretanto, grandes extensões do território ficaram concentrados em mãos de um só proprietário, seja por ter obtido concessão de sesmarias adjacentes, seja pela expansão da concessão inicial pela compra de propriedades vizinhas (QUEIROZ, 1987, p.140).

Segundo Moura (2011), as terras de melhor qualidade são aquelas não alagadiças e com boa cobertura de pasto, esta ficam nas mãos de poucos proprietários com grande concentração de terras no município. Já as pequenas propriedades, no período inicial do povoamento estavam localizadas em torno do povoado da Quinta e Ilha dos Marinheiros e Torotama. Ressalta-se que mesmo nos dias atuais, a agricultura no centro da Ilha dos Marinheiros continua impraticável. Conforme relato do Homem de Mello (RUIVO, 1994), o centro da ilha era coberto por áreas movediças. Atualmente, o centro da ilha é coberto de dunas que variam entre dois, três ou mais metros de altura e no período de chuvas intensas há a formação de uma grande lagoa neste mesmo local, desta forma a agricultura continua impraticável nesta parte da ilha.

Merece destaque que a atividade relacionada com a agropecuária não foi à única fonte de subsistência para os moradores destas ilhas. A pesca também teve e, ainda tem importância para os moradores destas localidades até os dias de hoje, sendo uma fonte a mais de alimentos e/ou arrecadação para os que ali residem.

As localidades que ao longo do tempo estão constituídas em pequenos estabelecimentos: Ilha dos Marinheiros, Leonídio, Torotama e Quitéria, possuem a peculiaridade do lavrador/pescador, ou seja, o produtor sazonalmente se transforma em um destes indivíduos sem perder a identidade com a outra arte (MOURA, 2011, p.71).

Moura (2011), a respeito da estrutura fundiária do município faz a seguinte arguição: “não houve nenhuma mudança significativa na estrutura fundiária do município, seja ela de natureza induzida pelo Estado ou de outra maneira, já que o município não recebeu nenhum assentamento de reforma agrária, para que as terras fossem distribuídas para as famílias” (MOURA, 2011, p.71).

Neste contexto, da mesma forma que do resto do país, o município do Rio Grande e o Estado do Rio Grande do Sul, apesar de ser diferenciado em sua forma de ocupação e demarcação de terras e ter consolidado este espaço bem depois de outros já os terem feito, não fugiu a regra geral, ou seja, manteve também a concentração das melhores e maiores extensões de terras nas mãos de poucos. Ficando para o agricultor familiar, pequenas extensões de terra para a sua subsistência e com poucas exceções, solos mais frágeis para poder cultivar.

Desta forma podemos caracterizar o desenvolvimento do município do Rio Grande segundo Alves e Torres (1995), em três períodos distintos:

O primeiro tem início com a fundação do presídio, em 1737, passa pela depressão do período de dominação espanhola (1763-1776), estendendo-se até a recuperação econômica e demográfica da década de 1780, e é marcado pelos políticos e militares ligados ao processo de definição de fronteiras do Brasil no contexto geopolítico platino, que entravaram o crescimento da povoação. No segundo período, de 1790 a 1819, a histórica função militar recua para segundo plano, e a vila do Rio Grande assume a posição de principal centro de comércio legal e ilegal do sul do País, dando início a um rápido processo de urbanização. No terceiro período, de 1820 a 1849, a atuação direta da elite comercial coloca o Rio Grande entre as mais importantes cidades da América do Sul (ALVES E TORRES, 1995, p.21-22).

Luz (2011) relata que Rio Grande no século XIX começa a sentir as vantagens oriundas da atividade pecuária, culminando com o crescimento da cidade, de modo que as atividades das charqueadas, transformaram a localidade no principal centro de comércio da Capitania, com consequente evolução urbana e populacional. Conclui que sua função de origem, qual seja, a manutenção de posição estratégico-militar, não tenha sido esquecida, pouco a pouco passa a dar lugar para outras mais lucrativas, passando à importante ponto de escoamento da produção rio-grandense. Dentro deste contexto o município do Rio Grande foi se consolidando até a atualidade.

Outro fator que não podemos deixar de mencionar sobre a concentração fundiária, segundo Oliveira (1995) é que “a distribuição territorial da concentração fundiária do Brasil é desigual”, ou seja, tem “raízes” na história de ocupação de cada espaço como é o caso do município pesquisado.

A seguir faremos uma breve exposição de como se dá à configuração fundiária no município do Rio Grande com base nos dados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Entende-se por estrutura fundiária a classificação das propriedades, onde para ter uma melhor classificação, os imóveis passam a ser denominado de módulos rural e fiscal. Este processo começa a ser executado no ano de 1964, para que o Estado tivesse uma melhor análise sobre a realidade do espaço rural brasileiro. Depois desta padronização, foram estabelecidas às categorias de propriedades que são:

- Minifúndio: imóvel rural de área inferior a um módulo rural;
- Pequena Propriedade: imóvel rural da área compreendida entre um e quatro módulos fiscais;
- Média Propriedade: imóvel rural de área compreendida entre quatro e quinze módulos fiscais;
- Grandes Propriedades: imóvel rural de área superior a quinze módulos fiscais.

Para se estabelecer o módulo rural e fiscal, basicamente três aspectos são analisados: localização, fertilidade e clima e tipo de produtos cultivados. Neste ponto destacamos que o módulo fiscal do município do Rio Grande é de 25 hectares, dizemos isto, pois na atualidade é o município que estipula o seu módulo fiscal, não sendo desta forma algo fixo. Vai variar de acordo com as leis que cada município estabelecer, conforme o seu interesse sobre o desenvolvimento de sua “malha urbana”.

A tabela 01 apresenta um panorama geral sobre a distribuição de imóveis rurais, conforme os dados cadastrais do INCRA, que nos permite entender a estrutura fundiária no município.

Tabela 01-Números de imóveis, área total por estrato de área total no município do Rio Grande em 2010.

Estratos de área (hectares)	Total		Porcentagem	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
Menos que 1 hectare	23	12,5	1,32%	0,01%
De 1 a menos de 2	58	73,8	3,34%	0,04%
De 2 a menos de 5	266	849,3	15,31%	0,41%
De 5 a menos de 10	281	1956,8	16,18%	0,94%
De 10 a menos de 25	407	6556,2	23,43%	3,15%
De 25 a menos de 50	223	7574,3	12,84%	3,64%
De 50 a menos de 100	173	11907,6	9,96%	5,72%
De 100 a menos de 200	119	16880,4	6,85%	8,10%
De 200 a menos de 500	105	30491,9	6,04%	14,64%
De 500 a menos de 1000	45	33802,7	2,59%	16,22%
De 1000 a menos de 2000	20	28738,5	1,15%	13,79%
De 2000 a menos de 5000	14	38868	0,81%	18,66%
De 5000 a menos de 10000	1	6702	0,06%	3,22%
De 10000 a menos de 20000	2	23928,9	0,12%	11,49%

Fonte: INCRA, estatísticas cadastrais de 1998. Organização MOURA, J.F. S, 2010.

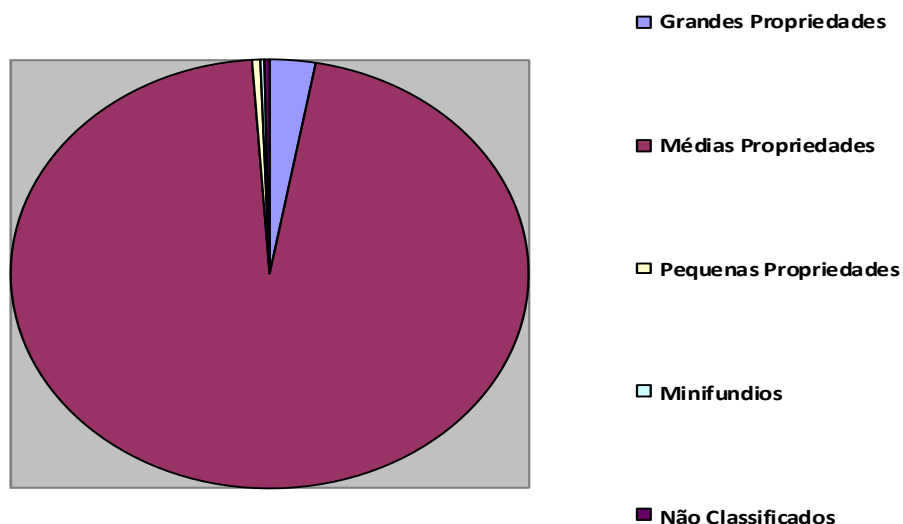
Com base na tabela 01, organizado por Moura (2011), podemos observar no que se refere aos imóveis nas grandes propriedades, menos de 5% destas propriedades, ocupam mais de 60% da superfície do município. Este fato fica evidente quando analisamos que somente três das maiores propriedades ocupam 14,71% das terras do município do Rio Grande, totalizando uma área superior a todos os minifúndios e pequenas propriedades que somadas ficam em 13,89%. Fato que comprova desta forma a grande concentração fundiária que se mantém no município na atualidade.

Este fato fica mais bem evidenciado quando observamos os dados sobre os imóveis e as áreas que ocupam no município no gráfico 01, dando um panorama da estrutura fundiária do município na atualidade, complementando os dados da tabela 01.

No município do Rio Grande, conforme dados do INCRA (2014), as propriedades rurais estão distribuídas da seguinte forma em número de imóveis e área ocupada:

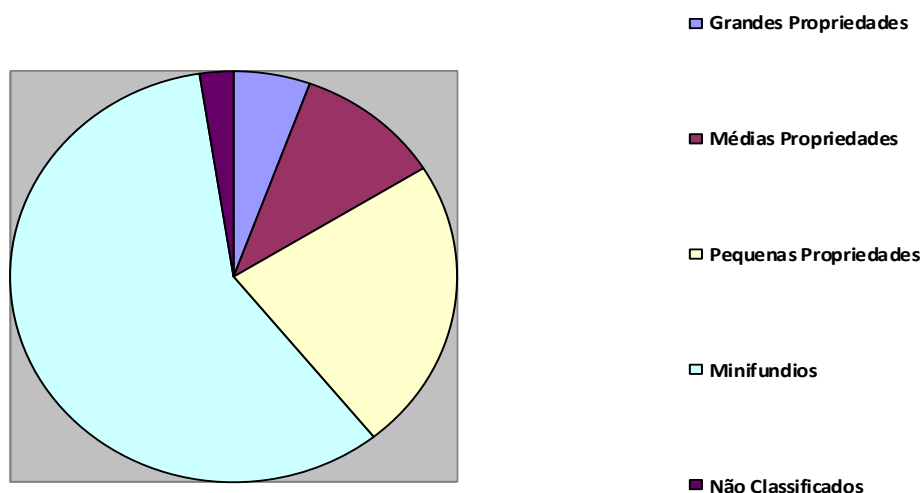
- *Grandes Propriedades: 125 imóveis distribuídos em uma área de 134549,3(ha);
- *Médias Propriedades: 239 imóveis distribuídos em uma área de 45224,9 (ha);
- *Pequenas Propriedades: 520 imóveis distribuídos em uma área de 24319,03 (ha);
- *Minifúndios: 1315 imóveis distribuídos em uma área de 11679,44 (ha) e
- *Imóveis não classificados: 55 imóveis distribuídos em uma área de 15337,3 (ha)

Figura 2 - Gráfico 01- área em (ha) dos imóveis rurais do município do Rio Grande, segundo INCRA.



Fonte: INCRA (2014)

Figura 3 - Gráfico 02- Distribuição dos imóveis rurais do município do Rio Grande, segundo a classificação do INCRA.



Fonte: INCRA (2014)

Observar-se que, quanto menor a área ocupada, maior é o número de imóveis, quanto maior é a área menor é o número de imóveis. Comprovando a alta concentração de terras Também podemos observar que juntando as áreas das grandes propriedades e das médias e, se compararmos com as das pequenas propriedades e minifúndios, a área ocupada pelas últimas, não perfaz nem a metade da área ocupada pela grande e média propriedade. Ainda podemos analisar que a área ocupada pelas médias propriedades é superior às áreas das pequenas propriedades e minifúndios somados juntos Sobre este aspecto Moura (2011), relata que “quanto menor é a área ocupada maior é o número de imóveis que a mesma ocupa”. Isto significa que, há de um lado uma grande concentração de terras e, por outro, uma falta de terras para os pequenos proprietários.

A tabela 02 organizada por Moura (2011) trata da ocupação dos estabelecimentos agropecuários², a partir de área de 20 hectares, maiores que 20 e menores que 100, desta forma podemos visualizar melhor a distribuição e a estrutura fundiária do município.

² Segundo o IBGE é toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para a subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável.

Tabela 02- Número e áreas de estabelecimentos por estratos de área total.

Estratos de área (hectares)	Número de estabelecimentos		Área (ha) dos estabelecimentos	
Total	1.214	%	170.148	%
Estabelecimentos com área até 20	703	57,91	4409	2,59
Estabelecimentos com área de 20 a 100	269	22,16	11.728	6,89
Estabelecimentos acima de 100	225	18,53	154.011	90,52
Produtor sem área	17	1,40	0	0,00

Fonte: Censo agropecuário de 2006. Organização MOURA, J.F. S, 2010.

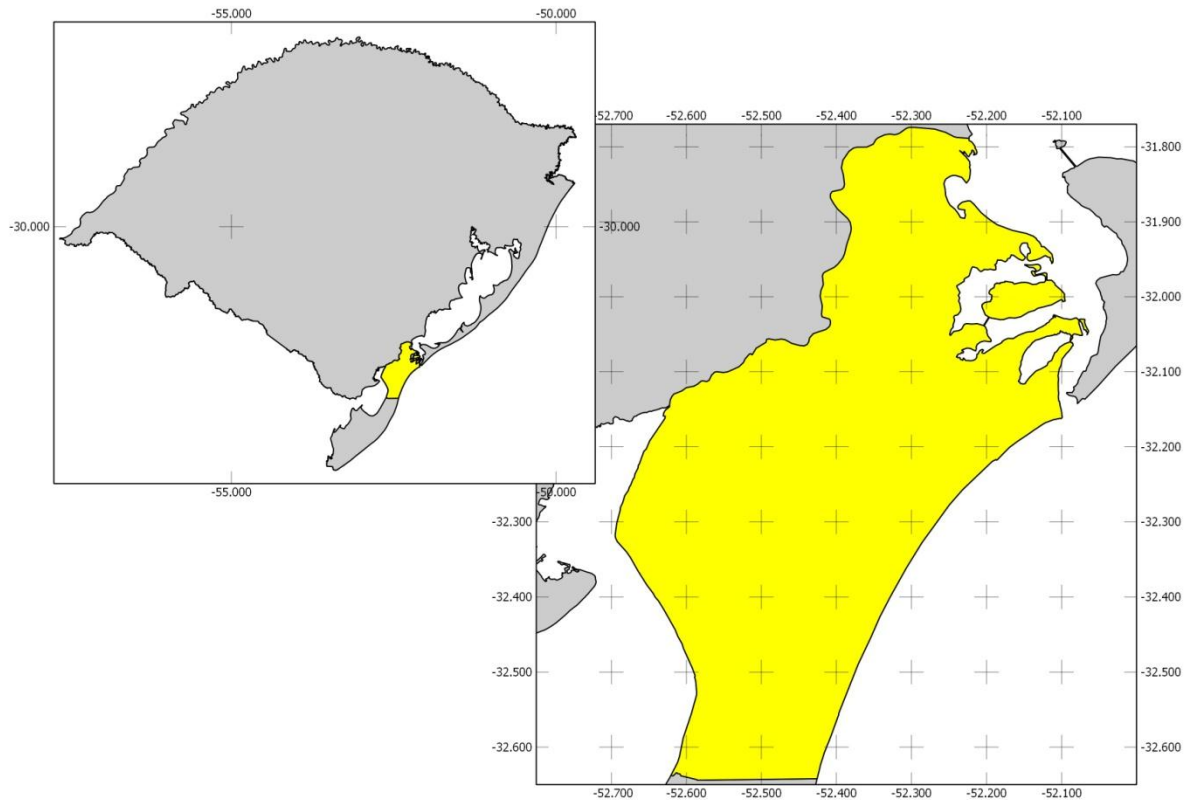
Conforme podemos observar os estabelecimentos com área até 20 hectares (57,91%), ocupam menos de três por cento das áreas exploradas. Sobre este aspecto, Moura (2011) reflete que “o número de estabelecimentos com área inferior a 100 hectares é superior ao número de imóveis, e que este fato indica que algumas grandes propriedades estão arrendadas em lotes menores para a sua exploração”.

Confirma-se desta forma que a concentração de grandes áreas continua na mão de poucos mesmo que estes lotes estejam divididos em áreas menores é que a agricultura de base familiar³ no município do Rio Grande é praticada em pequenas lavouras e minifúndios. Já a agricultura não familiar é praticada em médios e grandes estabelecimentos agropecuários no município.

³ Segundo os dados do censo agropecuário do IBGE (2006), define como agricultor familiar e empreendedor rural familiar àquele que pratica atividades no meio rural e que atende todos os requisitos a seguir: não deter área maior de quatro módulos fiscais; uso da mão de obra predominantemente familiar nas atividades econômicas; a renda familiar ser predominantemente proveniente de atividades vinculadas ao estabelecimento familiar e que o estabelecimento rural seja dirigido pelo proprietário ou com sua família (LEI Nº 11.326 de julho de 2006 IBGE).

3.1 O Município do Rio Grande: aspectos históricos e geográficos

Figura 4 - Mapa de localização do município do Rio Grande.



Fonte: Malha Municipal-IBGE (2010). Elaborado por PAULA, C.Q(2014).

3.2 Aspectos históricos do município

O município do Rio Grande tem seu surgimento em 19 de fevereiro de 1737 e constitui o mais antigo núcleo urbano edificado no Rio Grande do Sul. Passado o momento de turbulência política, ou seja, as várias lutas de disputa deste território entre espanhóis e portugueses que será selado com o tratado de Santo Ildefonso (1777) ⁴, Rio Grande começa então a desenvolver-se, tornando-se um importante ponto comercial de forma que tem início a sua evolução urbana.

⁴ Com este tratado, Dona Maria I, concertou com a Coroa espanhola, que o Rio Grande, para sempre era reconhecido como território de domínio português; a Colônia do Sacramento, definitivamente, como território de domínio espanhol (MAGALHÃES, 2002, p.38).

A cidade do Rio Grande vai se firmar a partir das primeiras décadas do século XIX, como principal entreposto comercial do Rio Grande do Sul. Desde as décadas finais do século XIX e as primeiras do século XX, vai se consolidar como localidade comercial e industrial. E o porto da cidade do Rio Grande tem um grande significado nesta consolidação da cidade.

A respeito disto, Luz (2011) relata:

O Porto da cidade e sua localização aqui de um posto de Alfândega, foram responsáveis por este avanço comercial e, consequentemente urbano, pois além da cidade tornar-se um ponto para escoar a produção das charqueadas, era possível ter contato com produtos vindos de várias partes do mundo, através das embarcações que aqui atracavam (LUZ, 2011, p.28),

A partir das últimas décadas do século XIX, a cidade ganha fortes ares de urbanidade com seus interesses voltados para outros pontos e a cidade começa a se desenvolver e ir em busca de uma melhor infra-estrutura. Sendo assim, vários pontos do sítio urbano foram aterrados, surgindo desta forma novas áreas para uso e expansão da malha urbana, desta maneira, as transformações da cidade formam consolidando-a.

Segundo Alves e Torres (1997[1995]), a cidade do Rio Grande, como um novo cenário econômico de características portuárias, já desponta nesta época com destaque entre as demais cidades gaúchas, contando com infraestrutura básica como: iluminação a gás, abastecimento de água e transporte por bondes e trem.

Sobre este assunto, destacamos em Martins (2006) as transformações ocorridas na urbanidade da cidade e o seu interesse comercial quando relata que “a acumulação de capital, fruto do interesse comercial, atraiu vários imigrantes para a cidade, inclusive futuros industriais, multiplicando os casarões que ocupavam áreas próximas ao Porto Velho⁵ da cidade”.

O município do Rio Grande passou por diversos e diferentes períodos de reconfiguração do espaço até torna-se o que é na atualidade, sendo que seu maior impulsionador destas mudanças foi e continua sendo, a sua vocação portuária.

Segundo Vieira e Rangel (1993) “nos 622 km de litoral atlântico a única embocadura que dá acesso às águas interioranas é o canal do Rio Grande, permitindo deste modo ampla comunicação do oceano com o sistema hidrográfico estadual”. Por conta disso, a cidade em

⁵ Foi construído em 1869 e inaugurado em 1872, com localização na rua Riachuelo. Mais tarde, com o avanço do desenvolvimento industrial e a importância do porto para a circulação de mercadorias com outras localidades foi acertado a implantação de um novo porto na rua Honório Bicalho, Pradel (1997).

épocas passadas já demonstrava que a atividade portaria seria de grande importância para o desenvolvimento do município.

Souza (2011) sintetiza bem esta importância quando relata que:

No município localiza-se o único porto marítimo do Estado do Rio Grande do Sul que se associa a um dos principais distritos industriais estaduais. Em função de estratégias macroeconômicas, que são consequências de um acedente mercado internacional e nacional Rio Grande, tornou-se um dos centros de investimentos da indústria naval, de petróleo e de energia (SOUZA, 2011, p.34).

Destacamos também que, Rio Grande segundo Paulitsch (2008) foi considerada uma das cidades mais industrializadas do estado do Rio Grande do Sul. Suas atividades industriais datam das últimas décadas do século XIX, onde há também investimentos no porto e na barra⁶ do Rio Grande. Sendo que em 1874, surge a primeira empresa com atividade fabril no município, a fábrica Rheingantz. Em 1913, o município contava com 18 indústrias no total, onde havia investimentos de capital acima da média e pouca diversificação de ramos nas indústrias, predominando o da tecelagem, de charutos, conservas alimentícias e pescados.

Também destacamos que no início do século XX começou a forma-se uma classe operária na cidade, em virtude dos investimentos fabris que começaram a despontar por aqui Alves (1997). Fator importante para o desenvolvimento da cidade e as modificações que foram ocorrendo em decorrência do aumento populacional que a cidade começa a receber. Com o aumento populacional impulsionado principalmente pela implantação das fabricas, a malha urbana da cidade foi ampliada, surgindo desta forma novos bairros e vilas para abrigar esta nova população e suas famílias. Reconfigurando desta forma os entornos da cidade do Rio Grande.

Paulitsch (2008) destaca também mais três etapas que o município do Rio Grande passou que são: uma modernização industrial (anos 1920-1950), uma de estagnação (1950-1970) e de modernização do Superporto e Distrito Industrial, na década de 1970. Após este período Rio Grande passou novamente por um longo período de estagnação.

Sobre a modernização do Superporto e Distrito Industrial, Martins (2006) relata este momento dizendo que “durante a década de 1970 e 1980, houve uma alteração na base

⁶ O canal da barra do Rio Grande que liga o Oceano Atlântico a laguna dos Patos, desde a ocupação do Rio Grande foi um problema para a navegação. Os baixios (áreas inundáveis de marismas) da barra formados por bancos de areia que mudavam de posição constantemente tornavam a entrada da barra assustadora. Vários naufrágios aconteceram neste local antes da construção em 1911 dos molhes da barra. Sua construção fixou a barra do canal dando proteção da ação das ondas e do assoreamento natural, Pradel (1997).

produtiva do município com o início das indústrias de fertilizantes e incentivos nas indústrias pesqueiras existentes e implantação de novas”. Na década de 1990, Rio Grande vivencia o fechamento de diversas indústrias pesqueiras e, a industrial naval passa por momento de estagnação Corrêa (2009).

Quando ingressa no século XXI, mais precisamente na segunda metade da primeira década deste século, o município do Rio Grande passa a superar sua fase de estagnação novamente e, novamente o impulsionador desta superação é a sua zona portuária. Tendo em vista a entrada de novos projetos portuário-industriais convergindo novamente para Rio Grande, destaca-se a industrial naval que para cá se deslocou e encontra-se em larga expansão no presente momento, resultando até o momento na construção de duas plataformas de petróleo no seu Polo Naval⁷.

Fagundes (2013) faz uma exposição do que este momento representa para o município e cidades vizinhas, quando ressalta esta etapa arguindo da seguinte forma:

Desde meados de 2006 a cidade do Rio Grande vem recebendo investimentos, reflexo da implantação do Polo Naval, destacando-se empreendimentos imobiliários e shopping centers. A presença e a consolidação do Polo Naval têm revitalizado a indústria de bens e serviços do Rio Grande e, cidades vizinhas, gerando empregos diretos e indiretos, proporcionados pelo efeito multiplicador do emprego e da renda (FAGUNDES, 2013, p.63).

Ressalta ainda, que atividades econômicas como a geração de energia eólica, e a revitalização da atividade pesqueira, sinalizam a continuidade do crescimento econômico do município.

No último censo demográfico do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- (2010), contabilizou uma população residente de 197, 228, destas 189.429 pessoas residem na cidade e 7.799 são residentes da zona rural do município. Tem uma densidade demográfica de 70,1 habitantes por km² e uma taxa de urbanização em torno de 96%. No que tange ao PIB⁸- Produto Interno Bruto- do município, está distribuído da seguinte forma: 2,8% agropecuária;

⁷ É fruto de uma política de renascimento da indústria naval brasileira, que tem como objetivo a descentralização desse sistema do centro do país, como parte deste processo.

⁸ É a soma de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país, região, unidade da federação ou município independentemente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras. Os resultados do PIB são calculados a partir de três atividades econômicas: agropecuária; indústria e serviços Fagundes (2013).

9,01% administração pública; 38,6% indústria e 49,6% serviços. Como podemos constatar, a fonte principal de renda do município provém do comércio e serviço.

Os dados citados revelam que, o setor com maior arrecadação é o de comércio seguido pelos serviços. E é dentro deste contexto que está inserido boa parte do desenvolvimento do município devido ao grande destaque do desenvolvimento da zona portuária da cidade do Rio Grande, que interage através da exportação e importação de produtos com a economia, local, nacional e mundial.

Entretanto, podemos constatar que as atividades agropecuárias também participam de forma efetiva no montante de arrecadação da renda municipal e se faz importante dentro do contexto geral do desenvolvimento do município, tanto do lado econômico quanto do social. Embora em termos populacionais se comparado com a população urbana, a representatividade da população rural seja baixa, a sua produção é significativa e gera divisas para o município também. Além disto, parte do que produzido, principalmente pela agricultura familiar, é comercializado no próprio município.

3. 3 Aspectos geográficos do município

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município do Rio Grande ocupa uma área territorial de aproximadamente 2.799 km², de suas terras. É dividido em cinco distritos que são: 1º Distrito: cidade do Rio Grande e Balneário Cassino, 2º Distrito: Ilha dos Marinheiros e ilhas menores (ilha das Pombas, dos Cavalos, da Pólvora, Leonídio, Caldeirão e ilhas da Cabra e Constância), 3º Distrito: Povo Novo, Torotama, Mosquito e Martin Coelho, 4º Distrito: Taim e o 5º: Vila da Quinta.

Localiza-se entre as latitudes 31°77'35" e 32° 64'50" sul; e longitude 52° 06'45" e 52° 69'45" oeste, ocupando uma faixa litorânea de terras do estado do Rio Grande do Sul, que compreende a microrregião do Litoral Oriental da Laguna dos Patos. Recebe constantemente depósitos sedimentares dos processos estuarino, formados geologicamente pela Bacia Sedimentar Marginal de Pelotas, caracterizado pela sua parte imersa banhada pelo Oceano Atlântico e parte emersa pela Planície Costeira Gaúcha. Ocupa uma faixa estreita de depósitos sedimentares finos, que se estende entre a localidade de La Coronilla, ao sul do Chuí, no Uruguai, até Florianópolis, no estado de Santa Catarina, Vieira (1993).

O município está situado na Planície Costeira Sul do Estado, cujos limites são: ao norte o município de Pelotas e Laguna dos Patos, a leste o Oceano Atlântico e o Canal do Rio Grande, a oeste os municípios de Capão do Leão e Arroio Grande e a Lagoa Mirim, e ao sul o município de Santa Vitória do Palmar. O município foi formado pelo sistema de barreiras sedimentares da Planície Costeira do Rio Grande do Sul, com a transgressão e regressão do mar há milhares de anos. A estrutura geológica da planície é formada por amplo depósito de natureza marinha continental.

Paulitsch (2008) descreve o município da seguinte maneira:

O município do Rio Grande está localizado na planície costeira do Rio Grande do Sul, junto ao ecossistema oceânico costeiro, lacustre e lagunar-estuarino, sendo este formado pela Lagoa Mirim e zona estuarina da Laguna dos Patos. O território do município compreende uma faixa de terras baixas, na restinga do Rio Grande, a sudoeste da desembocadura da Laguna dos Patos. Está situada ao sul do Trópico de Capricórnio, sujeito a condições climáticas temperadas brandas, com forte influência oceânica (PAULITSCH, 2008, p.39).

O clima do município do Rio Grande por estar localizado em uma área subtropical é ameno e úmido, com distribuição regular de chuvas. No inverno há a ocorrência de geadas em determinados períodos e o verão apresenta temperaturas elevadas, variando de 10°C no inverno e superiores a 22°C no verão. O regime de chuvas fica em média de 1339 mm/anuais, mantendo-se uniforme nos meses do ano, Fagundes (2013).

A vegetação predominante é de gramínea-lenhosa (campos) nas partes secas e campos com vegetação rasteira e vegetação aquática nos banhados. A maior parte do município é composta por campos, com vegetação nativa e herbácea. Dunas de areia são encontradas em toda a costa litorânea. Desta forma, os agentes mais atenuantes no esculpido das formas no município são “a ação eólica dos ventos e as águas de escoamentos” Vieira (1988).

Quanto ao solo no município, podemos constatar que é predominantemente arenoso, normalmente raso, onde a necessidade de irrigação e de drenagem na agricultura se faz necessário constantemente.

Moura (2011) define o solo do município da seguinte maneira:

A fertilidade natural do solo é baixa nas áreas não inundáveis, restritas a pecuária, as áreas inundáveis e arenosas. Já as terras não inundáveis e de média fertilidade são indicadas para atividades “agrícolas diversificadas”, ou seja, pouco recomendável para a monocultura (MOURA, 2011, p.35).

Pra este estudo o conhecimento do tipo do solo que predomina no local é de grande importância. Já que aquilo que é produzido em determinados lugares está condicionado diretamente ao tipo de solo presente no local e suas características e potencialidades.

Sobre a importância deste aspecto físico do solo Martin e Benito (2010) ressaltam que:

La estructura física de los suelos (potencia o espesor, grosor del grano, capacidad de retención de agua) determina las posibilidades de cultivo y las formas de aprovechamiento agrícola. Los suelos de grano demasiado pequeño (arcillosos) carecen de aire y se vuelven pastosos con las lluvias, en los períodos de sequía se secan rápidamente y forman torriones que dificultan el crecimiento de las plantas. Los suelos de grano demasiado grueso (granítico) no retienen el agua, por lo que son muy sensibles a las sequías(...) los suelos más aptos para la agricultura son los de granos de dimensiones intermedias(limos), que retienen mucho el agua y cogen bien el abono (MARTIN e BENITO,2010,p.260).

Moura (2011) diz que é imperativo tecer algumas considerações sobre a natureza física do lugar a fim de entender as condições pelas quais surgirá o modo de vida local.

Ao longo deste capítulo de uma forma geral, buscamos fazer uma análise em primeiro plano da estrutura fundiária que se formou no Rio Grande do Sul. Fazendo o diferencial desta formação entre o norte e o sul do Rio Grande do Sul.

Em segundo, passamos a análise da estrutura fundiária que se formou no município do Rio Grande. Mostramos que este não fugiu a regra geral do país, ou seja, a grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários.

Demonstramos de uma forma breve através dos séculos, os períodos de maiores relevância na formação e no desenvolvimento do município pesquisado. Mostrando os períodos em que a economia da cidade teve uma ascensão e os períodos em viveu uma grande estagnação.

Vimos que o município desde cedo tem seu desenvolvimento voltado para sua zona portuária e, impulsionado por ela. Em diferentes épocas o porto da cidade é o “carro chefe” das grandes transformações que foi ocorrendo no município. Por ser o único porto marítimo do Estado do Rio Grande do Sul foi e continua sendo de grande importância tanto no contexto nacional quanto internacional.

Fechamos com uma análise do aspecto histórico e geográfico do município. Buscamos através da história de formação do município bases para o entendimento do que ser tornou o município na atualidade e quais suas especificidades.

4 ANÁLISE ESPACIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE

Neste capítulo pretende-se demonstrar através das áreas selecionadas a representatividade da agricultura familiar para o município do Rio Grande, tanto para a população que vive neste espaço agrário, como também, para a população urbana do município que é em sua grande maioria consumidora do que é produzido nas localidades pesquisadas.

A agricultura familiar adquire importância no início deste século, com um destaque bem significativo, e este destaque está configurado principalmente no surgimento das políticas públicas pensadas e voltadas para esta categoria de produção. Desta maneira, a agricultura familiar que em boa parte dos tempos teve um aspecto secundário no país passa a ter sua importância reconhecida. Embora no município, partes dos agricultores familiares não tenham acesso a essas políticas. Os entrevistados relataram que não possuem as condições necessárias para ter acesso aos programas de governo voltados para agricultura familiar em sua grande maioria.

As áreas selecionadas para este estudo são: Ilha dos Marinheiros, Ilha da Torotama, Ilha do Leonídio, Quitéria, Arraial e Senandes, conforme pode ser verificado na figura 01. Salientamos que as áreas que ficaram de fora não têm um valor inferior para esta pesquisa, ficaram de fora pelo fator operacional e temporal da mesma.

Os acessos principais para entrada e saída do município ocorrem pelas rodovias federais BR-116, BR-293 e BR-392, que se interliga com a BR-471. Pelas BRs-392/116 chega-se a capital do Estado Porto Alegre, que dista 317 km do município, Fagundes (2013). Destacamos estes acessos para evidenciar que embora em alguns períodos, principalmente nos que ocorre muita precipitação (como está sendo o caso deste ano de 2014) o que em algumas localidades mais interioranas dificulta o transporte das mercadorias, pois as estradas ficam inviáveis de serem utilizadas.

Os acessos às saídas do município pelas estradas de rodagem apresentam maior facilidade, sendo este fato um complemento importante para o escoamento do que é produzido no espaço agrário do município, sem esquecer que além do acesso pelas rodovias,

em algumas áreas é possível fazer o transporte por meio de barcos através da Laguna dos Patos até a zona urbana do município do Rio Grande.

A análise foi desenvolvida com base nos questionários semiabertos (apêndice) aplicados a 57 famílias, de agricultores familiares. Através deste trabalho de campo foram elaborados os mapas que servirão para uma melhor compreensão dos dados pesquisados e da agricultura familiar nos locais selecionados.

Um aspecto que não podemos deixar de mencionar é que apesar de termos selecionado os locais pensando que nas áreas selecionadas o desenvolvimento da agricultura familiar seria de grande repercussão para esta pesquisa, este fato não pode ser comprovado na sua integralidade, já que em alguns locais a representatividade desta agricultura demonstrou-se bem menor da que pretendíamos que seria.

Este aspecto foi comprovado na Ilha da Torotama, por exemplo. Pensávamos que neste local encontraríamos uma agricultura familiar bem desenvolvida, fato que não comprovamos quando fomos a campo. Na ilha encontramos uma produção bem menor do que nas outras áreas pesquisadas. Comprovamos que parte desta produção é para a subsistência das famílias que lá residem, que são comercializadas através da venda ou troca entre os próprios moradores. Ainda constatamos que parte da renda destas famílias é proveniente da pesca artesanal que a maioria dos moradores desenvolve neste local. Outra parte vem da pecuária que tem destaque nesta localidade. Desta forma, somente uma parte bem pequena realmente pratica a agricultura familiar voltada para o comércio na cidade e arredores.

As atividades da agricultura familiar são desenvolvidas nas pequenas propriedades e minifúndios. A respeito deste último, salientamos que em algumas das áreas selecionadas, eles são maioria. Em conversa com os proprietários, perguntamos sobre a divergência destas áreas. O que pode ser constatado nas falas dos proprietários é que a área em si é considerada pequena propriedade, pois oficialmente ela pertence a um único proprietário, mas este já distribuiu aos filhos os lotes de direito, tornando-se deste modo minifúndios.

A seguir faremos uma breve exposição das áreas onde esta pesquisa foi feita e as características principais das mesmas.

Começamos falando da localidade da Quitéria que está distante da cidade do Rio Grande cerca de 20 km. Grande parte de seus moradores, desenvolvem a agricultura familiar como atividade principal. Como a localidade é banhada pela Laguna dos Patos, a atividade da pesca também é desenvolvida por alguns agricultores, que fazem desta atividade um complemento para a renda da família. Nas entrevistas, relataram que no período da safra do camarão (a partir de 1º de fevereiro [IBAMA]) e se a safra for boa é comum alguns

agricultores deixarem a agricultura de lado e se dedicarem exclusivamente a pesca, retornando a atividade da agricultura depois do período da safra passar.

Apesar desta divisão de atividades, a localidade da Quitéria é dedicada ao desenvolvimento da agricultura familiar. Neste local as culturas de cebola e alho são as que geram a principal fonte de renda para os agricultores. Embora em alguns relatos constatássemos a preocupação no declínio desta atividade. Parte deste fato é explicada pelo envelhecimento da população e pelo pouco interesse dos mais jovens em continuar com esta atividade, buscando outras oportunidades na cidade.

Pela BR-392, com acesso pela Vila da Quinta chega-se na localidade do Arraial. Um dos aspectos observados neste local é a pouca presença de agricultores familiares. Nesta localidade são produzidos hortaliças e legumes, onde parte desta produção abastece a cidade do Rio Grande. Também nela encontramos o pescador artesanal, que não é foco desta pesquisa, mas devido à importância desta atividade que complementa a renda de muitas dessas famílias, deve ser mencionado.

Na Ilha da Torotama, que se encontra cerca de 35 km distante do centro da cidade constatamos que parte dos seus moradores têm na atividade da pesca artesanal sua principal renda, sendo esta atividade influente e tradicional no local.

No relato de um dos moradores deste local, consta que a agricultura já foi em termos de produção grande abastecedora do município. Com o tempo, esta atividade foi perdendo a importância para os moradores passando a ser substituída por outras atividades. Desta forma, a pesca artesanal acabou sendo a principal atividade e predomina em praticamente toda a ilha.

Segundo Rosa (2011) parte do que é produzido na ilha que fica em torno de 33% é voltada para o consumo dos próprios moradores e comercializada entre si. O que pode ser observado é que a ilha embora apresente grandes extensões de terras propícias para o desenvolvimento da agricultura, esta não é utilizada por parte dos seus moradores.

Este fato chamou atenção, pois em várias propriedades podemos observar que nem a agricultura para a subsistência é praticada. Perguntado a um de seus moradores o motivo deste aspecto, ele relatou que parte dos que praticam a pesca artesanal, não tem o costume de plantar porque tem receio de perder o acesso ao seguro defeso⁹ que recebem nos períodos em que não podem pescar ou quando a pesca não dá uma boa safra, como foi a safra do camarão

⁹ É uma política estratégica que protege as espécies e garante renda aos pescadores. Todo pescador profissional que exerce suas atividades de forma individual ou em regime de economia familiar fica impedido de pescar durante a reprodução das espécies. Nesse período, em que o tempo de proibição é definido por lei, os pescadores profissionais recebem o seguro mensalmente na quantia de um salário mínimo (Ministério da Pesca e Aquicultura-MPA-).

deste ano de 2014 com uma baixa produtividade. Desta forma, parte dos moradores da ilha busca sanar o abastecimento do que precisam em outras localidades mesmo tendo terra para plantar.

Perguntamos a um dos filhos de um morador se o mesmo não tinha vontade de desenvolver alguma atividade agrícola nas terras do pai, este respondeu que não, que tradicionalmente aqueles que lidam com a pesca nesta localidade, não têm interesse na agricultura. É algo que passa de pai para filho tradicionalmente. Já houve tentativas nos períodos de defeso, mas não deu certo e desistiram.

Também constatamos que na ilha a atividade voltada à pecuária é bem desenvolvida, havendo uma quantidade relativamente boa de bovinos, equinos, caprinos espalhados em diferentes locais. Talvez este fator tenha a ver com a quantidade de terras sem outra forma de produtividade nesta localidade.

Figura 5 - Produção agropecuária na Ilha da Torotama.



Fonte: autora, 2014.

Um fato que chamou a atenção no local é a construção de imóveis atípicos da paisagem que predomina no local. Mostrando desta forma que a busca por uma forma “alternativa” de viver está sendo incorporada no espaço agrário do município, como pode ser observado na figura 08. Muitos destes imóveis começaram a ser construídos recentemente e, segundo os moradores mais antigos da ilha são utilizados por seus moradores principalmente para o lazer nos finais de semana.

Figura 6 - Paisagem atípica do espaço agrário na Ilha da Torotama



Fonte: autora, 2014.

Na Ilha do Leonídio, encontramos uma produção da agricultura familiar bem significativa para o município e adjacências. A produção é variada de acordo com a época do ano e bem diversificada. Base desta produção é comercializada na central de hortigranjeiros da cidade, para um dos supermercados da cidade e também para a cidade vizinha de Pelotas.

Um produção que é bem significativa, embora praticada por poucos agricultores é a cultura do morango. Um dos entrevistados disse que investe nesta produção porque ele tem um bom retorno e público certo para compra.

Quando indagado a respeito de poucos optarem pela cultura do morango, já que este tem um mercado consumidor certo, ele respondeu que uma das dificuldades está na aquisição das mudas, que são importadas na maioria dos casos provenientes do Chile e, além disso, necessita de muitos cuidados, encarecendo sua produção. Muitos têm receio de arriscar e não ter o retorno para saldar a dívida com as mudas e manejo da produção. Somente aqueles com condições financeiras mais estáveis investem na produção de morangos.

Podemos constar na figura 09 que a produção e diversificação da agricultura familiar é bem significativo na Ilha do Leonídio. Ainda pode ser observado ao fundo que a zona urbana do município é de fácil acesso a estes produtores.

Figura 7 - Vista da agricultura familiar na Ilha do Leonídio



Fonte: autora, 2012.

Outra área estudada é a Ilha dos Marinheiros, localizada no segundo distrito do município junto ao estuário da Laguna dos Patos. Diferencia-se das demais, principalmente por todo o histórico que carrega desde a ocupação deste território e sua importância para o desenvolvimento do núcleo urbano do município em épocas passadas e na atualidade. Também por estar dividido em cinco setores, cada um deles com suas especificidades, são eles: Porto do Rei, Bandeirinhas, Fundos, Coréia e Marambaia.

Em épocas passadas o acesso a esta ilha se dava via balsa, que fazia a travessia diariamente da cidade para ilha, ou através dos barcos dos pescadores que saem do entreposto da cidade via Laguna dos Patos diariamente, fato que até os dias atuais ainda é utilizado, pois a linha de ônibus que faz a ligação terrestre tem horários prolongados.

Em 2004 foi inaugurada a ponte que faz a ligação do continente com a ilha. Esta ponte era um dos principais anseios dos moradores da ilha. Se por um lado ela foi o grande impulsionador de melhorias para sua população e acesso as melhorias que antes não era viável, por outro, se tornou um preocupante a mais na conservação deste espaço, já que esta via nova de acesso facilitou a ida de turistas e moradores ocasionais para este local.

Como é um lugar com um potencial de grande diversidade ecológico (dunas, matas, terraços lagunares, marismas e lagoas) o crescimento populacional, mesmo que seja só nos

finais de semana, passou a ser visto com preocupação por parte de alguns moradores na conservação e preservação destes ambientes. Em conversa com a moradora que desenvolve o turismo no setor Porto do Rei, ela relatou a preocupação na conservação dos locais da ilha e esta pensando em alguma alternativa para a conscientização dos turistas para o cuidado do ambiente e a importância de sua preservação.

A agricultura familiar tem um amplo desenvolvimento na ilha, neste local a diversidade nas culturas é grande, e alguns produtores já buscam na agroecologia um diferencial no cuidado com a terra, com o alimento que consomem, com os consumidores de seus produtos e a preservação, manutenção do ambiente que vivem.

Nem todos os setores da ilha têm o mesmo grau de desenvolvimento na agricultura. No setor conhecido como Bandeirinhas, a agricultura familiar está dividida, entre agricultores e pescadores artesanais. Onde a agricultura se sobressai à cebola é a principal cultura desenvolvida na maioria das propriedades. Um dos moradores relatou que apesar de ser a principal cultura desenvolvida na sua terra, esta vem diminuindo em área a cada ano. O principal motivo da diminuição é o preço muito baixo em decorrência da concorrência que vem de outros locais, não compensando plantar área maior. Este ano (2014) a saca estava sendo vendida a dez reais.

Quanto ao mercado consumidor, foi relatado que na Bandeirinhas, por estar mais afastado do núcleo da ilha o que dificulta o transporte, geralmente, com exceção da cebola(já que os próprios comparadores fornecem o transporte), o comércio do resto da produção acontece entre os próprios moradores, seja na forma de compra e venda ou troca. Somente os que possuem condução própria comercializam fora do setor.

Figura 8 - Vista da agricultura familiar na Ilha dos Marinheiros, setor Bandeirinhas.



Fonte: autora, 2014

Neste setor devido a fertilidade do solo ser baixa, o uso de insumos é alto, a produção nesta parte é feita de modo convencional. Um dos moradores relatou que tem vontade de mudar para agroecologia, mas ainda não conseguiu fazer esta transição. Tem consciência que uma produção mais saudável será melhor para a família dele que consome, para os compradores e para ele que lida com a agricultura.

No setor conhecido como Fundos que fica próximo a ponte que dá acesso a ilha, este serve para o escoamento da produção de hortifrutigranjeiros para os atacadistas do município do Rio Grande. Por não ter uma infraestrutura melhor é possível encontrar muitos lotes abandonados e grandes áreas sem nenhuma produção.

A Coréia, segundo os moradores é o local onde as condições de vida são piores. É um setor que embora a beleza da paisagem encante quem não é dali, pode ser observado que há muita precariedade. Os poucos moradores deste local dependem exclusivamente da pesca artesanal. A agricultura não é desenvolvida nem para a subsistência das famílias que ali moram. Também é possível constatar no local a presença de residências de lazer que serve para aqueles que buscam um local sossegado para o descanso dos finais de semana. Conforme foi relatado é possível adquirir lotes que variam de 10.000,00 mil (se for irregular) e em torno de 50.000,00 mil (regularizado). Pode ser observado que neste local as construções que servem de refugio para o descanso de final de semana, seus moradores também não desenvolvem nenhuma atividade voltada para a agricultura. O que mais pode ser encontrado nestas construções é o desenvolvimento de jardinagem voltada para o embelezamento da propriedade.

O setor conhecido como Marambaia, segundo seus moradores é o segundo melhor setor da ilha para morar. Conta com uma infraestrutura de padaria, armazéns, bares, campo de futebol e posto de gasolina. Também é um local onde a pesca artesanal predomina como a principal fonte de rendimento e a agricultura é encontrada em poucos lotes neste local, como pode ser observado na figura 11.

Figura 9 - Vista da agricultura familiar na Ilha dos Marinheiros, setor Marambaia.



Fonte: autora, 2014.

O setor Porto do Rei é considerado o principal da ilha. Conta com uma infraestrutura e abriga as melhores condições de vida e maior número de habitantes. Economicamente a diversificação neste setor é grande. Pode ser encontrado neste setor o cultivo de flores, uma grande e diversificada produção de hortifrutigranjeiros, cultivo de parreirais, onde através deste cultivo temos a produção da jeropiga, suco de uva, geleias e vinho, toda produção com base agroecológica, produzido pela família.

Além disto, encontra-se neste local um comércio bem desenvolvido com a presença de bares, armazéns e lancherias. Tem uma grande relevância turística nesta parte, pois neste local se encontra o Recanto de Nossa Senhora de Lourdes (inaugurado em 26 de maio de 2007). O recanto foi o grande impulsionador do turismo para esta parte da ilha, atraindo vários grupos de turistas com o intuito de conhecer o recanto, suas tradições e sua culinária.

O morador que desenvolve a parte turística neste setor relatou que a ideia partiu dele próprio, começou como curiosidade e hoje é a principal fonte de renda para sua família. Além da atividade com o turismo no lote, tem o desenvolvimento da agricultura familiar, que agora tem como foco os visitantes turistas, onde parte desta produção é vendida diretamente para estes turistas.

Figura 10 - Vista da parte turística da Ilha dos Marinheiros, setor Porto do Rei.



Fonte: autora, 2014.

Como pode ser constatado na figura 12 um fato que chama a atenção no cartaz exposto na parte turística da ilha é a frase “sonho de morar aqui”. Para quem costuma ir à ilha seguidamente, são grandes as transformações que podem ser observadas e que aos poucos vão fazendo parte deste ambiente. Como as casas para lazer, o lixo indesejado deixado pelos visitantes, principalmente no meio da ilha, onde se tem as belas dunas de areia com dois, três ou mais metros de altura e onde na época das chuvas, se forma uma bela lagoa. Até que ponto esta frase pode impactar um local com uma diversidade tão grande quanto o que podemos encontrar nesta ilha é a pergunta que podemos formular ao visualizá-lo. E ainda, até que ponto estas transformações vão influenciar aqueles que tiram seu sustento e manutenção da família da agricultura. As residências de finais de semana crescem a cada ano neste local, até que ponto isto pode influenciar na prática da agricultura.

Além disto, nesta parte da ilha ainda se tem a facilidade de chegar à cidade através da Laguna dos Patos via barco, ou seja, o produtor não fica dependente somente ao transporte via terrestre, mas tem uma via a mais para transportar sua mercadoria. Diferente dos lugares mais longínquos que em épocas de chuvas intensas o produtor não tem como transportar sua produção ou se movimentar de um lugar para outro, devido às precárias condições das estradas de acesso. Podemos dizer, que esta parte da ilha tanto na infraestrutura quanto na produção da agricultura familiar, tem um grande diferencial, sendo a parte mais desenvolvida da ilha.

Figura 11 - Vista da agricultura familiar, Ilha dos Marinheiros, setor Porto do Rei, ao fundo a cidade do Rio Grande.



Fonte: autora, 2014.

Na Figura 13 é possível observar que a ilha não fica distante da zona urbana do Rio Grande, e este fato torna-se um facilitador para o transporte da produção agrícola da ilha. Foi relatado que o supermercado que busca a produção da ilha utiliza com frequência este meio de transporte. Também os moradores que não possuem condução própria e os turistas fazem uso deste meio de transporte para ter acesso a cidade e a ilha. É só chegar no entreposto da cidade onde se encontra vários condutores de barcos fazendo este transporte em todos os horários e dias da semana, facilitando desta forma o acesso tanto para ilha quanto para a cidade do Rio Grande.

A localidade do Senandes (situada entre a cidade do Rio Grande e o Balneário Cassino¹⁰) foi incluída nesta pesquisa porque apesar de estar inserido no núcleo urbano do município do Rio Grande e, apesar de o número de agricultores familiar não ser grande neste local, ele se diferencia porque a maioria dos produtores trabalham seus lotes com bases agroecológicas. Além disso, temos aí uma agricultura familiar que apesar da especulação imobiliária grande neste espaço que segundo a nomenclatura municipal está inserido no perímetro urbano do município, ela ainda se mantém e se sobressai na forma de produzir.

A maioria dos agricultores deste local tem nesta atividade a principal fonte de renda familiar. Outro fator que chama a atenção no Senandes é que apesar de todo o crescimento da malha urbana, impulsionado pelo desenvolvimento portuário do município, estes agricultores conseguem se reproduzir e se manter neste local. Uma das alternativas para que isto ocorresse

¹⁰ O Balneário Cassino, bairro, localizado no município do Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. Está a 18 km da cidade do Rio Grande. Sua fundação data no final do século XIX, quando a cidade do Rio Grande encontrava-se em crescimento econômico (RAMIRES, 2011, P.36-39).

foi à mudança na sua base produtiva, onde uma parte significativa desses agricultores buscou na produção de base agroecológica o diferencial para dar seguimento a esta atividade.

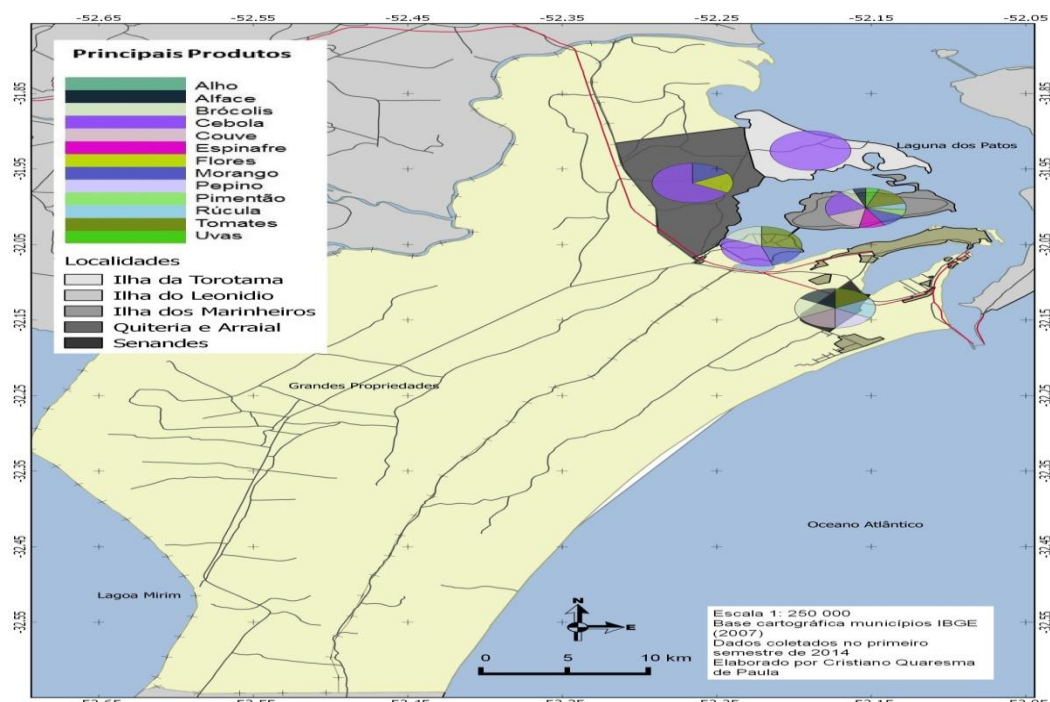
Como cada vez mais as pessoas passaram a ter uma preocupação maior, não só em ter o alimento, mas com a qualidade de como este alimento é produzido. Esta forma de produzir foi a estratégia que estes agricultores buscaram para se manterem neste local. Atualmente eles têm um público certo para comercializar o que produzem.

Também encontramos neste local o comércio do mel e seus derivados. É possível comprar os produtos da apicultura na própria estrada que leva ao balneário, onde há um quiosque com estes produtos, diretamente com o produtor e ainda na Feira do Produtor no balneário.

A comercialização principal acontece na Feira do Produtor do Balneário Cassino, em feiras da cidade, alguns fornecem para restaurantes no balneário e ainda comercializam diretamente ao consumidor, formando um vínculo com seus consumidores. Desta maneira, eles têm uma rede de compradores certa, parte destes compradores é atraída pela forma como estes produtos são produzidos, ou seja, livres de agrotóxicos.

Começamos agora a fazer a análise dos dados pesquisados nestas áreas selecionadas que foram organizados na forma de figuras para uma melhor compreensão de sua abrangência. A figura 14 trata dos principais produtos comercializados.

Figura 12 - Mapa dos principais produtos comerciais.



Fonte: Malha Municipal IBGE (2010). Elaborado por PAULA, C.Q (2014).

Como pode ser observada, uma das características da agricultura familiar fica bem evidenciado na figura 14, ou seja, a diversificação na variedade dos produtos cultivados. Na questão sobre os principais produtos comercializados, com exceção do Senandes, o cultivo da cebola tem uma projeção bem acentuada em todas as áreas pesquisadas, tendo um destaque maior na Ilha da Torotama, Quitéria e Arraial.

Em conversa com os produtores foi relatado que apesar da cebola estar presente na maioria das propriedades, esta vem sendo diminuída em área plantada. O fator mais importante para esta diminuição está no preço da mesma no mercado e a concorrência com produtos vindos de fora o que dificulta muito competir.

Outro aspecto que pode ser observado nas localidades da Ilha dos Marinheiros e Senandes, a diversificação de culturas é bem mais evidente que na maioria dos outros locais, demonstrando desta forma a importância destes locais para o abastecimento do município e a diversificação na produção.

Na Ilha dos Marinheiros, encontramos um casal que possui na produção de morango sua principal fonte de renda, inclusive com compradores certos na cidade para fabricação de sorvetes e picolés no verão. O morango nesta propriedade é desenvolvido com base agroecológica, sendo que a comercialização do produto também acontece diretamente na propriedade. A preocupação do casal é na continuidade de sua propriedade, pois não sabem se as filhas pequenas vão seguir na agricultura futuramente.

Observamos também, que este produto neste local, tem tido um aumento significativo nos lotes pesquisados. Anteriormente eram raros os produtores que trabalhavam com o morango. Atualmente o número de produtores tem crescido demonstrando que esta cultura tem dado um bom retorno para os produtores.

Em todas as localidades pesquisadas a variedade de culturas produzidas é grande. Dentre eles encontramos produção de: couve, alface, cebola, alho, temperos, tomate, tomate cereja, pimentão, abóbora, morango, abobrinha, beterraba, etc.

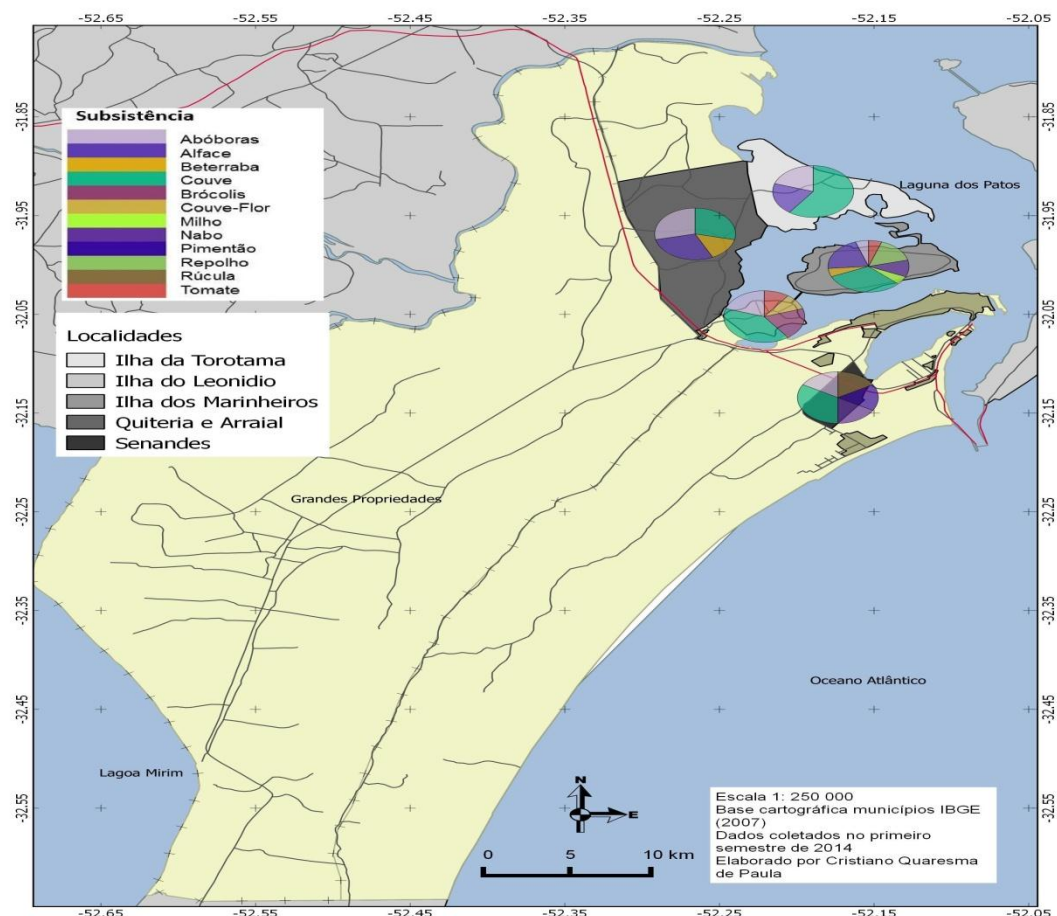
Outro aspecto que foi observado é sobre a fruticultura, com exceção do morango, o que foi encontrado nas propriedades servem somente para a família consumir. Mesmo com várias propriedades tendo um belo pomar, com laranjas, bergamotas, limões, etc. A maioria não tem o hábito de vender estes produtos, encontramos somente dois proprietários que costumam colher bergamotas e laranjas para comercializar nas feiras que participam. O restante somente para o consumo familiar.

No questionamento sobre a produção, em média é comercializado entre 70% a 80% de tudo que produzem. Depende diretamente das condições climáticas, este ano de 2014, por exemplo, houve várias perdas em decorrência do volume de chuvas acima do esperado.

O que não é vendido é utilizado pelas famílias e em determinadas áreas o sistema de trocas é muito utilizado, principalmente aquelas mais afastadas do centro urbano e onde as condições das estradas são de difícil acesso.

A maior parte do que é produzido é comercializado no próprio município. Esta comercialização se dá através de diferentes maneiras, diretamente ao consumidor, principalmente nas feiras realizadas na cidade e os turistas de finais de semana que visitam ou vão para suas casas de lazer nestas localidades e compram diretamente do produtor, através de atravessadores, ou seja, aquele que só compra para comercializar e geralmente é o que mais ganha. Também para um dos supermercados da cidade, mercadinhos e vendas e alguns comercializam também para cidades localizadas próximas do município.

Figura 13 - Mapa dos principais produtos para consumo familiar.

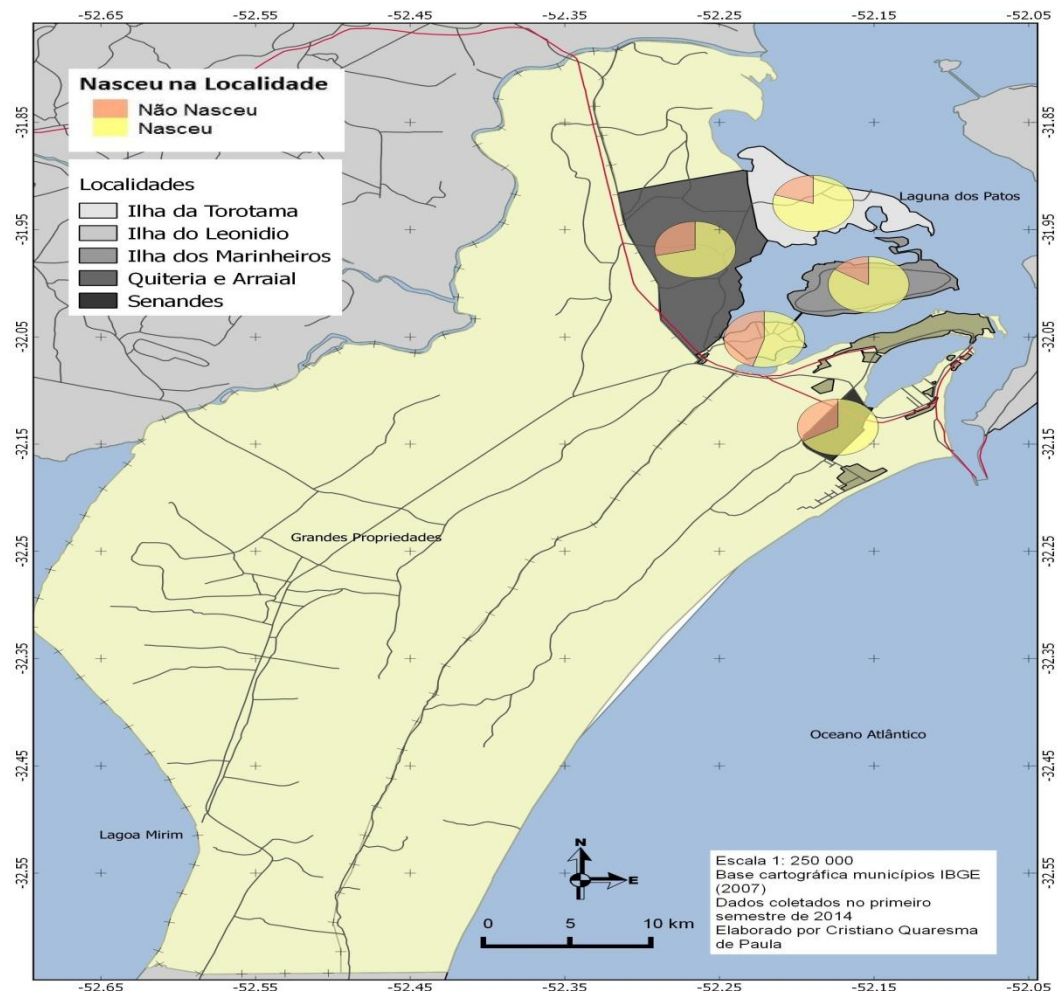


Fonte Malha Municipal IBGE (2010). Elaborado por PAULA, C.Q(2014).

No aspecto dos principais produtos para o consumo das famílias, pode ser observado na figura 15 que também há uma considerável diversificação. Chama a atenção que a couve independente da sua variedade aparece em todas as áreas pesquisadas. A alface também é outra cultura bem consumida pelos produtores.

Na localidade do Senandes a rúcula aparece nos dois casos como comercializado na figura 14 e 15. A explicação para este fato se dá pela procura desta hortaliça que compõem parte dos pedidos principalmente para os produtores que fazem comércio diretamente para atender aos restaurantes do balneário, esta cultura acaba sendo incorporada na alimentação das famílias também.

Figura 14 - Mapa do local de origem do produtor.

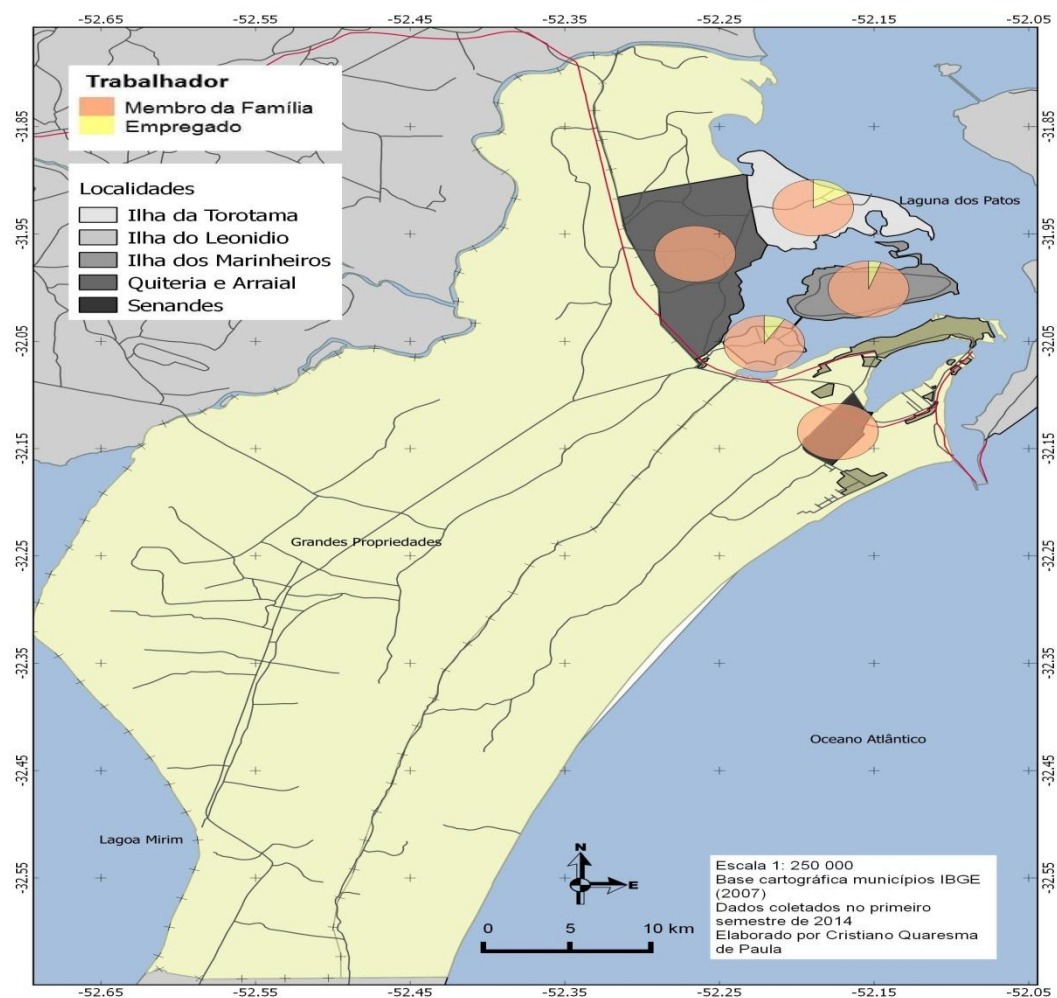


Fonte: Malha Municipal IBGE (2010). Elaborado por PAULA, C.Q(2014).

Quando questionamos sobre o local de origem da maioria dos entrevistados, obtivemos que a maior parte deles tem como origem o próprio local onde mora fato que pode

ser observado na figura 16, onde fica evidente que a maioria é oriunda da própria localidade pesquisada. Parte deles obteve as terras onde produzem através de herança. Aqueles que não nasceram no local pesquisado, nasceram nos arredores. O mais distante foi o que veio de Pelotas, quando casou veio morar nas terras da esposa cedidas pelo sogro. Também pode ser observado junto a estes produtores o sentimento de pertencimento ao lugar de origem, principalmente os mais antigos que falam com nostalgia dos velhos tempos, contando suas histórias de vida e o carinho pela terra que tem e a incerteza de sua continuação.

Figura 15 - Mapa representativo do vínculo de trabalho.

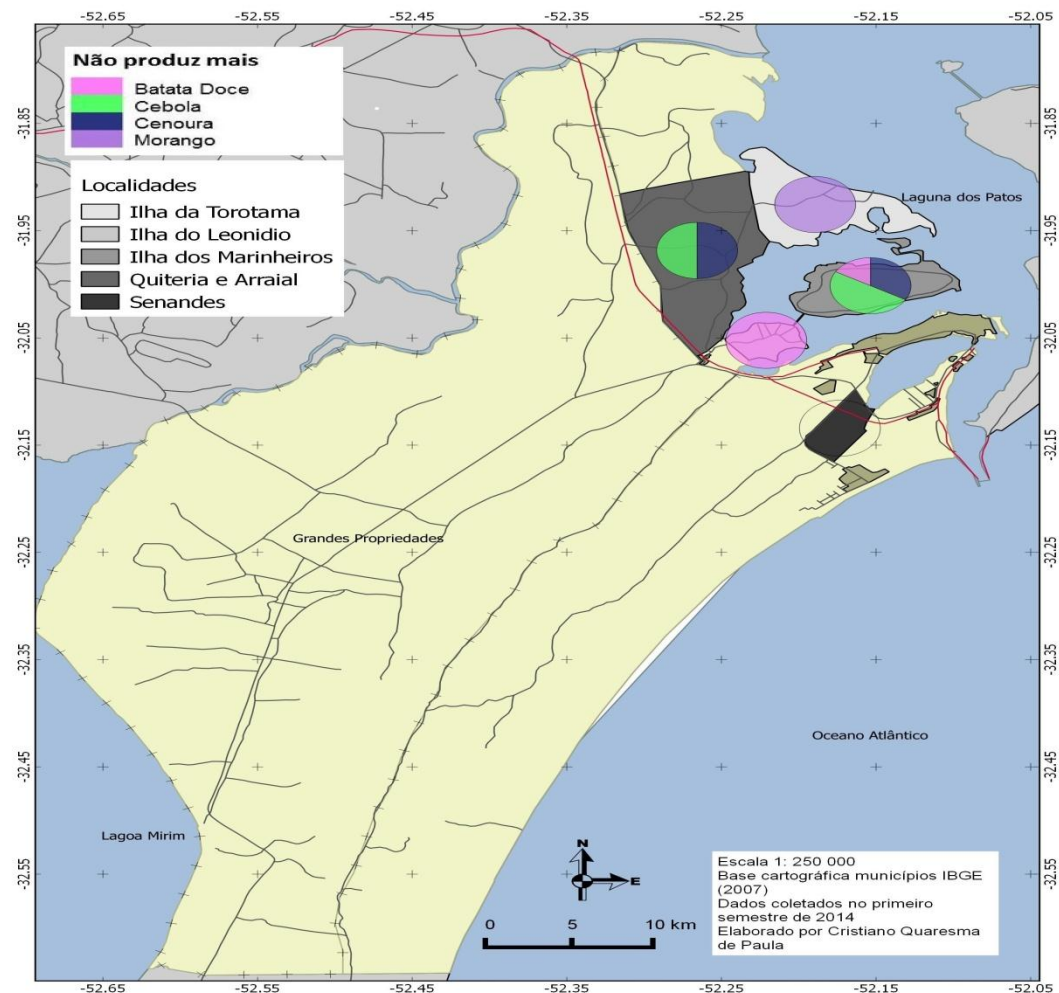


Fonte: Malha Municipal IBGE (2010). Elaborado por PAULA, C.Q.(2014).

Como pode ser observada na figura 17 a maior parte do serviço nas propriedades é desenvolvida pelos membros da própria família, configurando desta forma a agricultura familiar, onde a base de seu desenvolvimento e manutenção é proveniente da família. Parte significativa deste serviço é desenvolvida por no máximo três ou quatro pessoas. Os locais

onde ocasionalmente é utilizado algum empregado de fora do vínculo familiar, este é utilizado na época de plantio ou de colheita, como é o caso da cultura da cebola e na colheita das uvas. Ainda nas propriedades onde só há um responsável pela produção, dependendo da época se faz necessário à utilização do empregado de fora. Na maioria das propriedades é a própria família que mantém o trabalho nela. O número dos que participam no trabalho da propriedade não é maior em consequência que parte dos mais jovens vai à busca de outras oportunidades na cidade. Em algumas propriedades nenhum dos filhos participam do trabalho nas propriedades, ficando as tarefas somente para o casal.

Figura 16 - Mapa da desistência da produção.

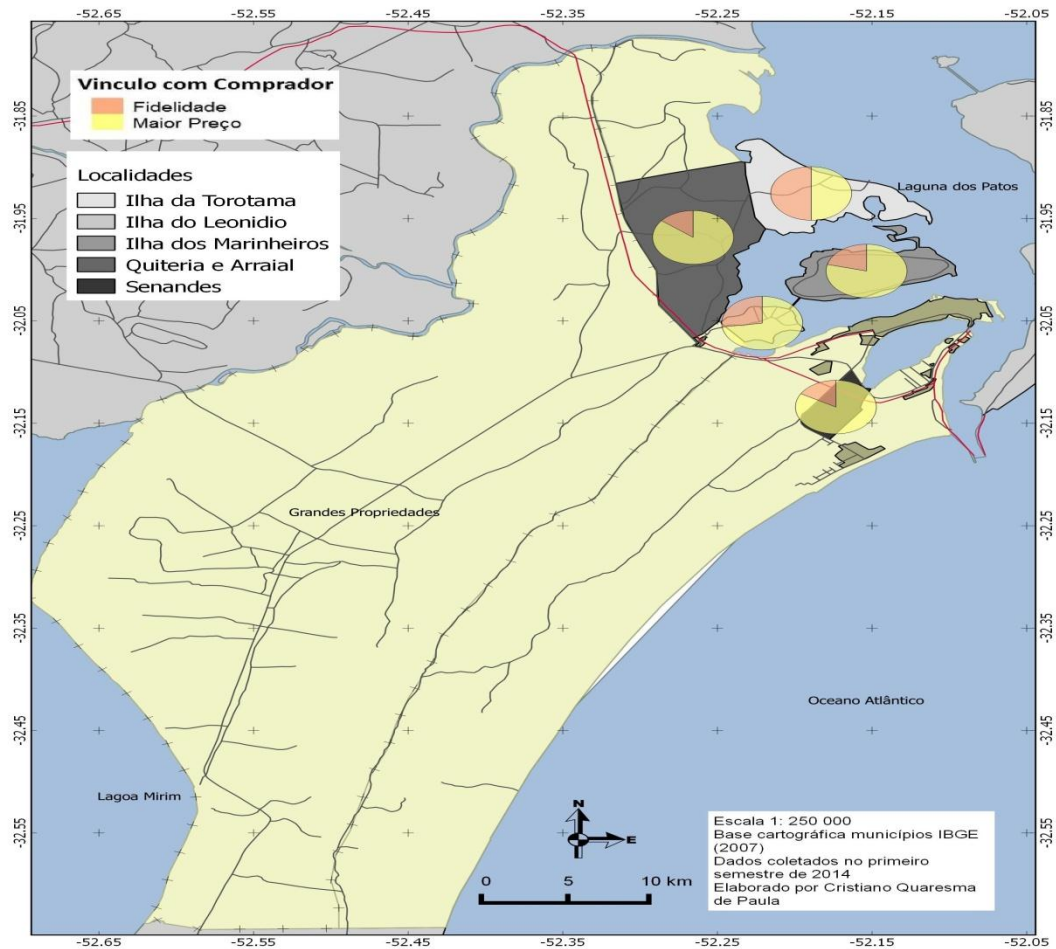


Fonte: Malha Municipal IBGE (2010). Elaborado por PAULA, C.Q(2014).

No questionamento sobre o que deixaram de produzir como pode ser visto na figura 18, as culturas que deixaram de ser produzidas pelos agricultores com maior relevância são: cebola, batata-doce, cenoura e morango. Quanto ao motivo a resposta que mais foi enfatizada

foi que não havia o retorno desejado. A cebola pelo baixo preço de mercado, o morango pelo alto custo das mudas e o cuidado necessário para o seu desenvolvimento. A batata-doce e cenoura, pela baixa procura pelos consumidores, não compensando o seu plantio.

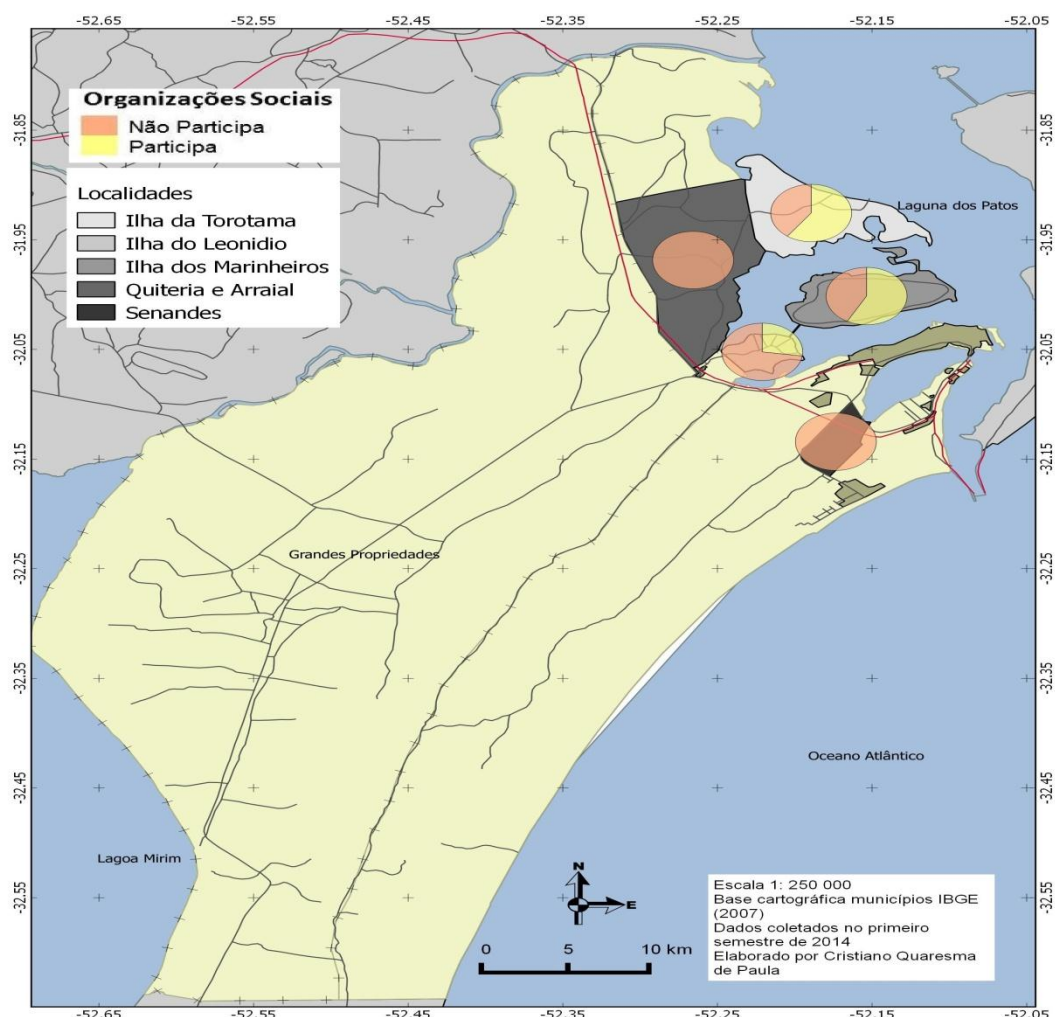
Figura 17 - Mapa do vínculo com o comprador.



Fonte: Malha Municipal IBGE (2010). Elaborado por PAULA, C.Q(2014).

Na figura 19 onde foi abordado qual o vínculo do produtor com o comprador/consumidor, em todos os locais pesquisados o fator mais relevante é o preço alcançado. Onde a resposta foi fidelidade, parte está ligada as culturas produzidas em base agroecológica, que tem um consumidor fiel ao produtor. Outro fator de fidelidade é encontrado naqueles produtores que além de produzir comercializam nas feiras da cidade seus produtos, havendo entre produtor e consumidor um vínculo de fidelidade muito grande, alguns existentes há muitos anos.

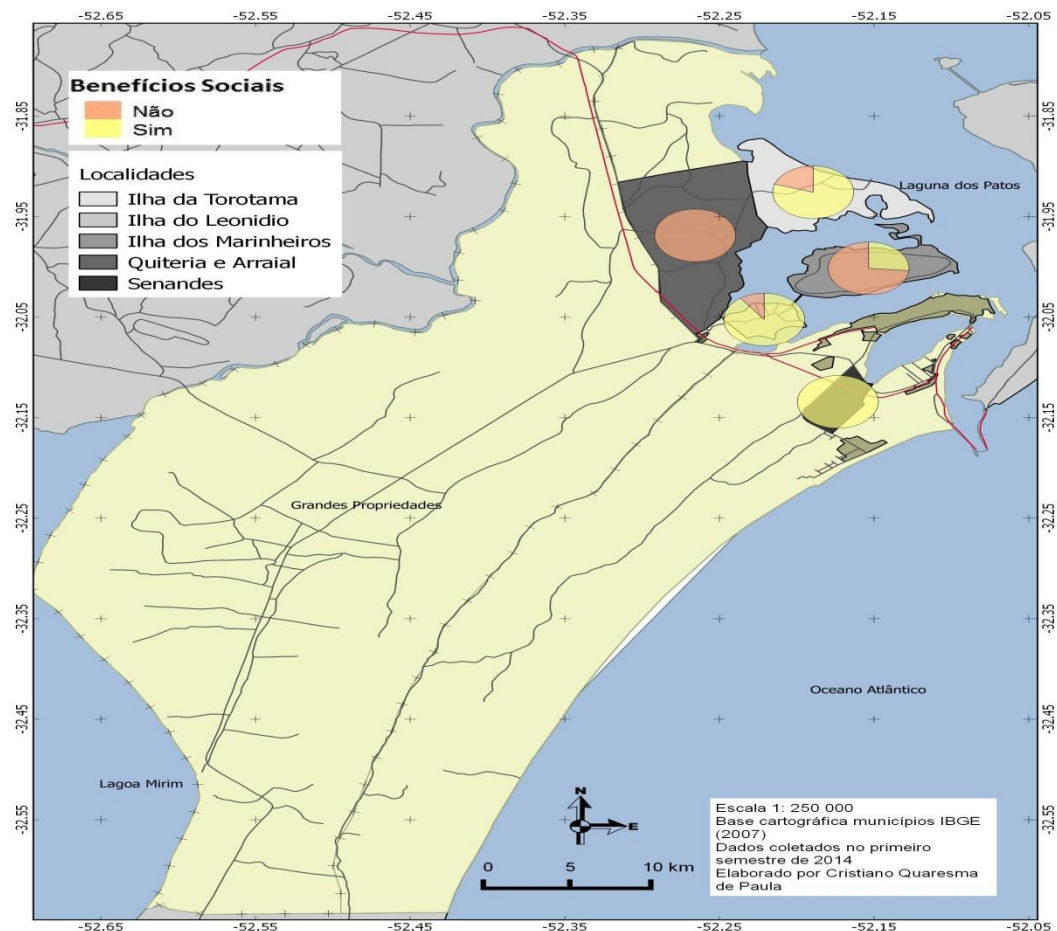
Figura 18 - Mapa da participação em Associação, Cooperativa, Sindicato.



Fonte: Malha Municipal IBGE (2010). Elaborado por PAULA, C.Q (2014).

Na questão sobre a participação em cooperativas, associação e sindicato, constatou-se que a maioria dos entrevistados não participa como pode ser observado na figura 20. Parte deles participa do sindicato rural do município do Rio Grande, tendo algumas ressalvas como a não compensação em fazer parte do mesmo. Disseram que quando precisam de algum auxílio via sindicato, ou não conseguem ou demora muito, mas mesmo assim continuam fazendo parte. Na localidade da Quitéria havia uma cooperativa, mas não deu certo por divergências na administração e esta não foi mais reativada até o momento da pesquisa.

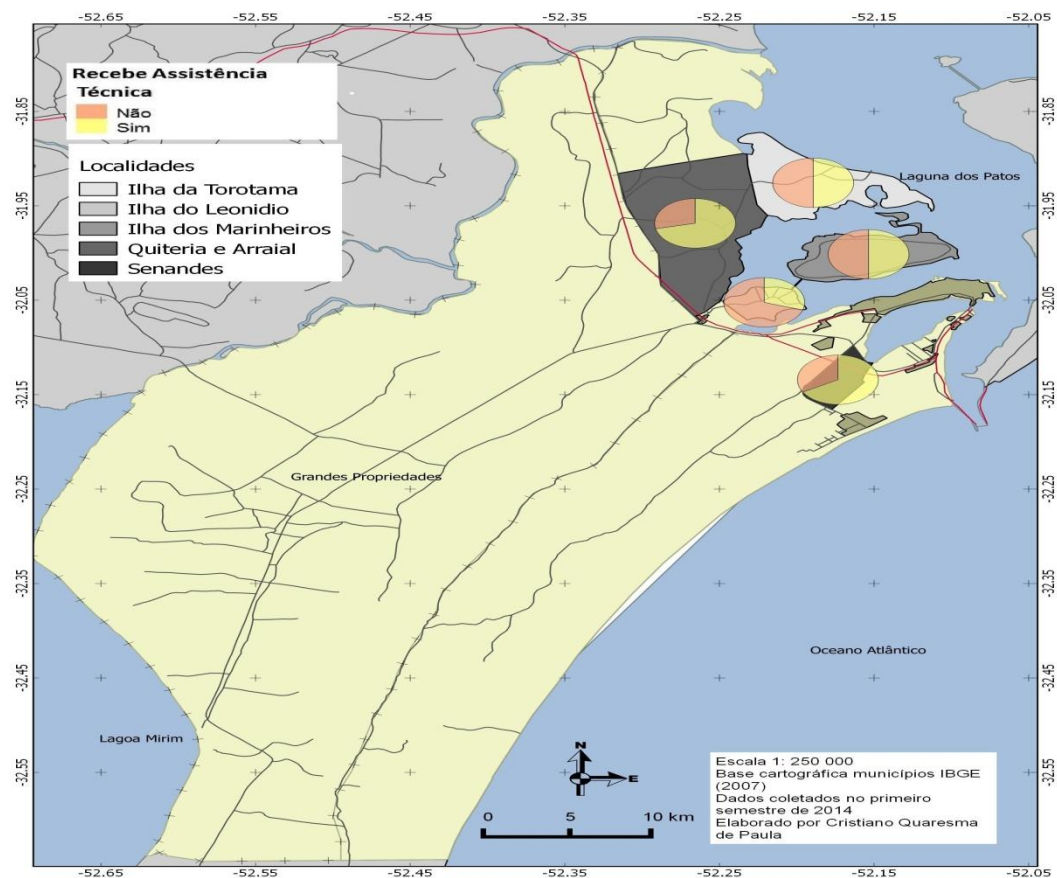
Figura 19 - Mapa do acesso à Benefícios Sociais.



Fonte: Malha Municipal IBGE (2010). Elaborado por PAULA, C.Q(2014).

Como pode ser constatado na figura 21, o acesso a benefícios do governo se dá na maioria dos casos via aposentadoria. É grande o número de aposentados que continuam trabalhando na agricultura, sendo uma ajuda a mais para conseguirem manter a propriedade. Um número menor tem acesso à bolsa família, alguns possuem aposentadoria e bolsa família. E uma parte bem pequena a benefício via PRONAF. A grande maioria relatou que não consegue se enquadrar nas normas para poder ter auxílio via o PRONAF, sempre falta algum requisito para que consigam. Nas propriedades que conseguiram acessar ao PRONAF, o investimento foi utilizado para compra de maquinário (trator), e um para construção de uma nova moradia, pois a antiga era muito precária. Estavam satisfeitos por terem conseguido, embora reclamado da demora de todo processo e a burocracia.

Figura 20 - Mapa do acesso à Assistência Técnica.

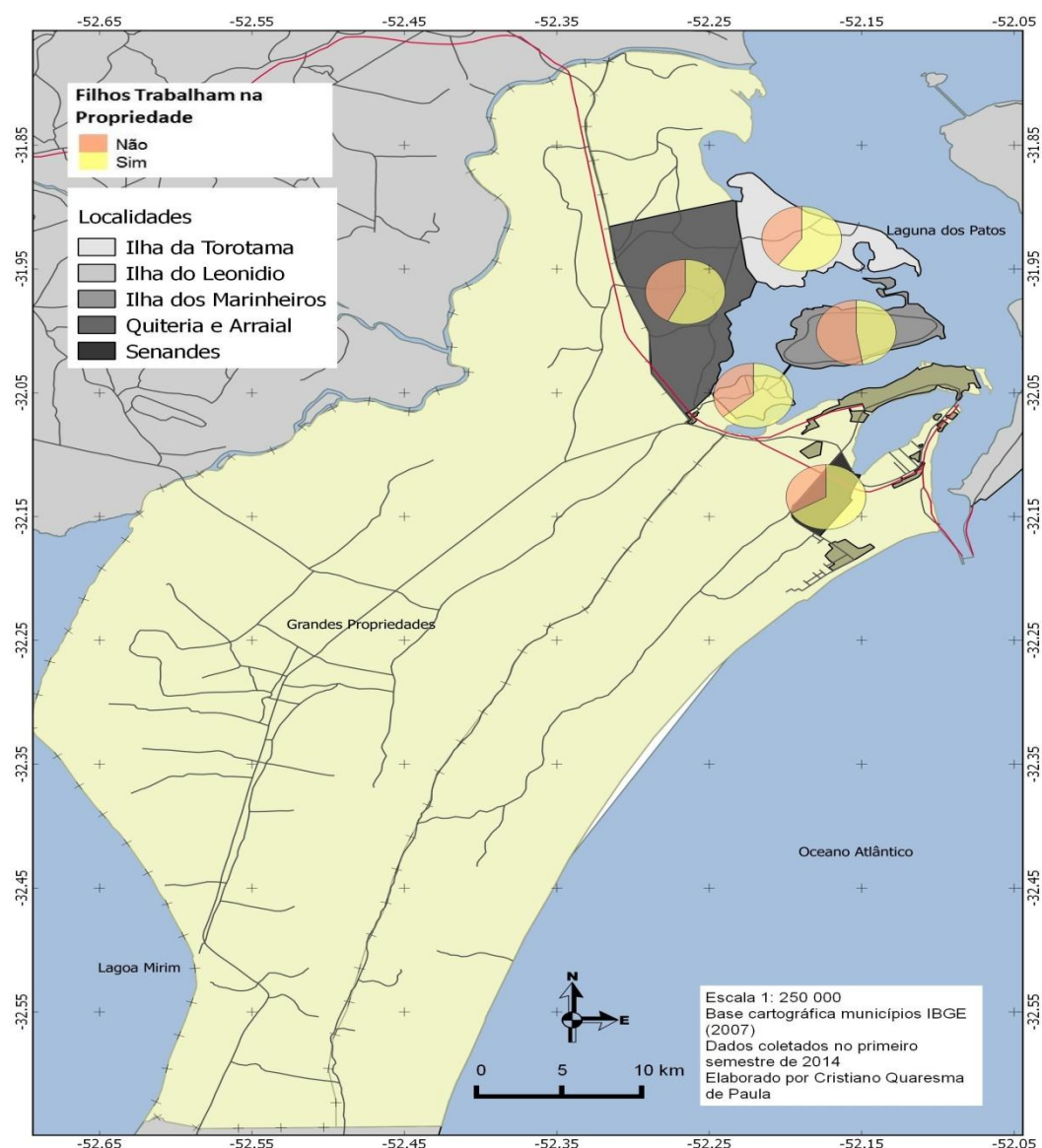


Fonte: Malha Municipal IBGE (2010). Elaborado por PAULA, C.Q(2014).

No questionamento sobre o acesso a assistência técnica explicitado na figura 22 parte dos entrevistados teve ou tem acesso à assistência técnica, a maioria via EMBRAPA ou EMATER, e prefeitura em casos bem menores. Os que trabalham com base na agroecologia fizeram até curso para apreender as técnicas para o manejo e manutenção da propriedade neste novo sistema. Disseram que esta transição foi demorada e que tiveram que se adaptar e adaptar diferentes processos até chegar ao estágio que hoje se encontram. Por isto, dizem que os que trabalham de forma convencional ainda relutam em mudar, pois não é algo que pode ser feito rapidamente sendo necessário todo um processo de adaptação e ajuda.

Muitos reclamaram que embora tenha esta assistência ela é feita de forma precária, ou seja, demora muito para que os técnicos cheguem até eles e alguns nunca tiveram contato algum com nenhuma assistência técnica. Outra reclamação é das universidades que vão desenvolver projetos e depois de um tempo este acaba sem ter um retorno para eles, ou o começo de algum projeto sem ter a sua finalização depois.

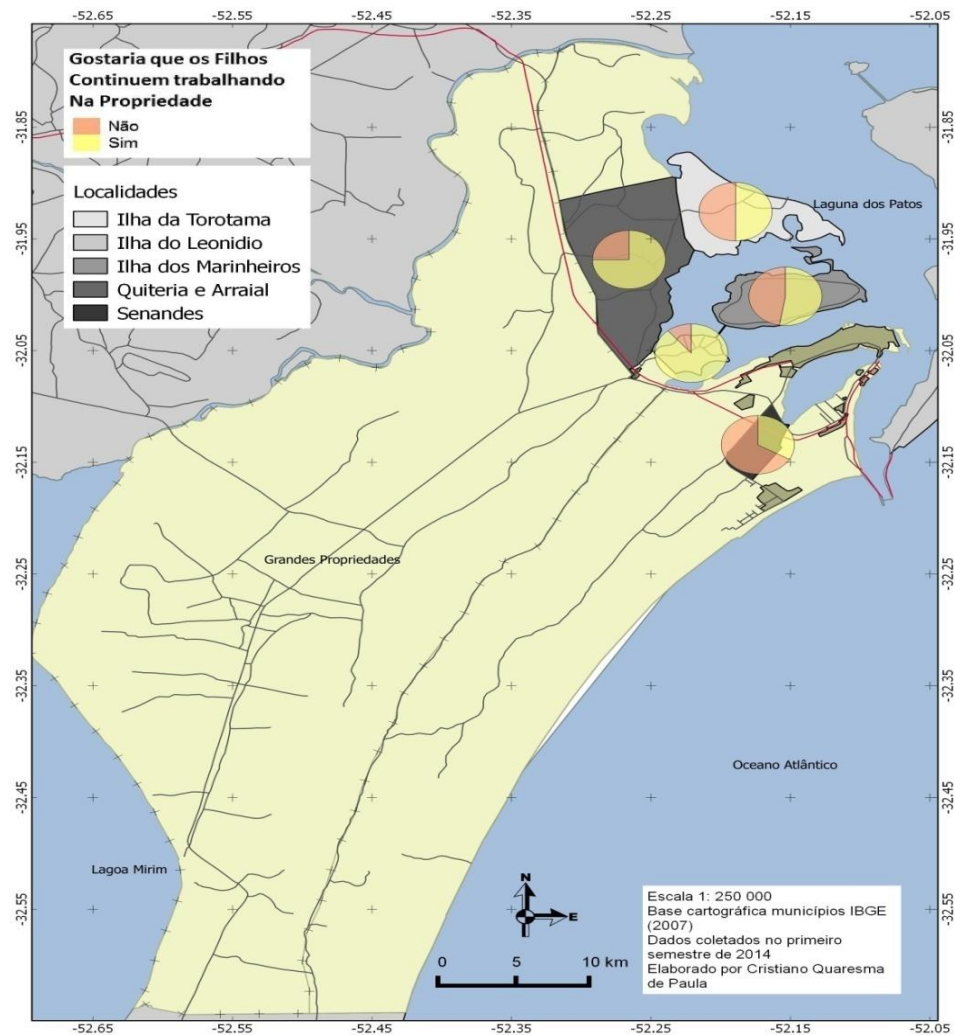
Figura 21 - Mapa dos Filhos Trabalha na Agricultura da Propriedade.



Fonte: Malha Municipal IBGE (2010). Elaborado por PAULA, C.Q(2014).

Quanto aos filhos trabalhando na propriedade, encontramos em todas as áreas pesquisadas como pode ser visto na figura 23. Em algumas com um número bem significativo de filhos nesta atividade entre quatro ou cinco, mas na maioria das propriedades o número não passa de um a dois filhos trabalhando geralmente com o pai, já que a mãe geralmente participa dos serviços doméstico da propriedade. Mesmo assim em alguns locais encontramos a mulher como o responsável principal dentro da propriedade na parte de produção da agricultura familiar.

Figura 22 - Mapa Deseja que os Filhos Trabalhem na Agricultura da Propriedade.



Fonte: Malha Municipal (2010) IBGE. Elaborado por PAULA, C.Q(2014).

Neste questionamento pode ser observado na figura 24 que parte dos entrevistados gostaria que os filhos dessem continuidade na propriedade. Em poucas propriedades os filhos dão continuidade ao trabalho. A maioria relatou que acha difícil que os filhos continuem trabalhando na propriedade, aqueles que saem da propriedade para estudar ou em busca de outra atividade na cidade, dificilmente voltam para trabalhar na propriedade. No produtor que trabalha com uvas e devido ao progresso nesta atividade, os dois filhos ajudam nas atividades, um deles que está cursando a universidade nos períodos que é necessário, ele costuma estar presente sempre que pode.

Na propriedade que além da agricultura familiar trabalha com o turismo na ilha e tem três filhos, foi relatado que nenhum deles trabalha na propriedade e nem demonstram

interesse em participar tanto na agricultura familiar que o casal desenvolve quando na parte do turismo. Voltam para casa somente à noite e não participam em nenhuma das atividades, somente o casal é que toma conta da propriedade e o trabalho nela. Este aspecto chama a atenção porque a propriedade esta dentro daquelas que tem um retorno para a manutenção da família no meio rural do município e, mesmo assim eles afirmaram que os filhos não vão dar continuidade no trabalho por eles desenvolvido no local.

O que pode ser comprovado é que a população que trabalha com a agricultura esta dentro de uma faixa etária que vai dos 28 aos 60 anos em média. Aqueles abaixo desta idade não tem interesse em continuar na propriedade dos pais. Alguns disseram que devido às dificuldades por eles passadas e vivenciadas pelos filhos, desestimulou o interesse para que eles tenham interesse em continuar nesta atividade.

Disseram que a lida no campo é um trabalho diário e continuo e que nem sempre é recompensado, dependendo dos fatores climáticos às vezes o serviço de vários dias, semanas, vai todo embora, sem haver um retorno.

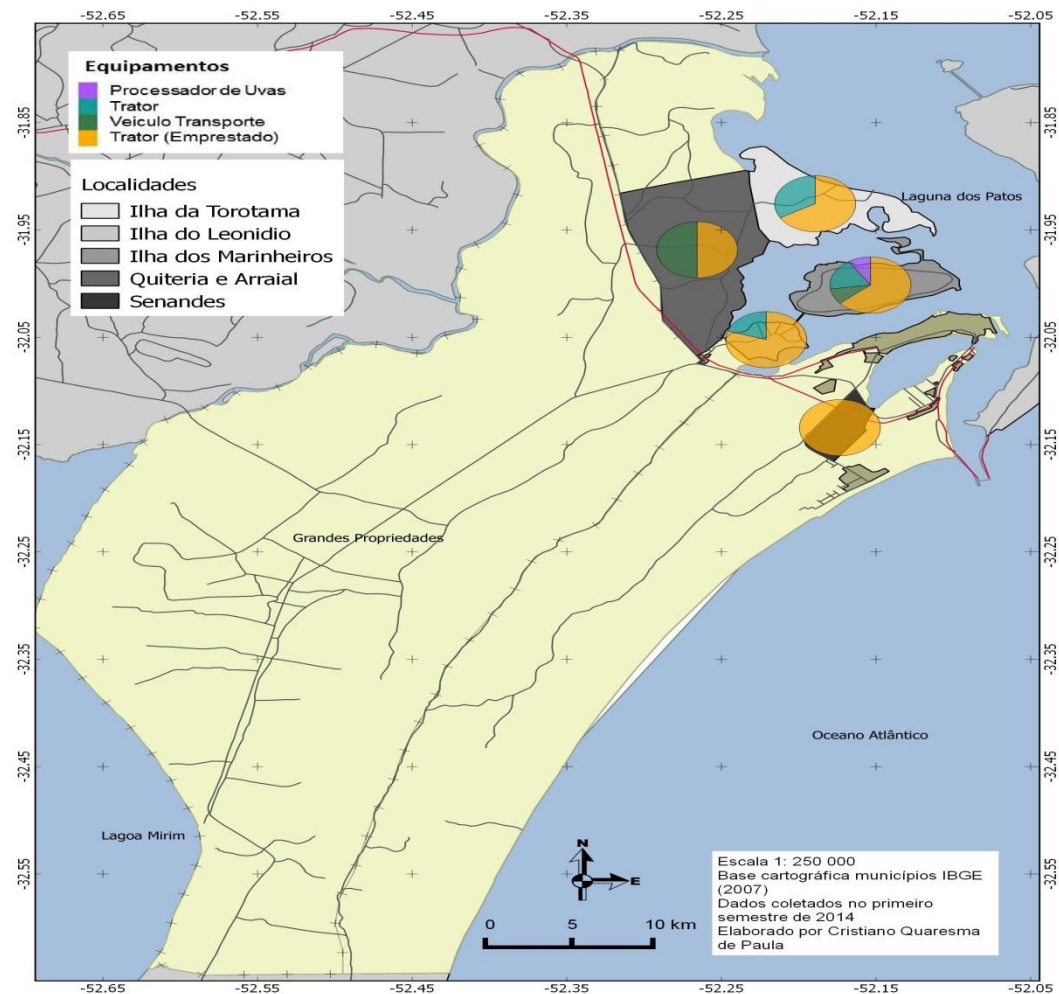
Parte deste desinteresse segundo a fala dos pais vem pela facilidade de se chegar ao meio urbano e as novidades que este oferece aos jovens, que não é encontrado no espaço agrário do município. Embora na atualidade parte do que é encontrado no meio urbano, possa ser encontrado também no meio rural, os atrativos encontrados no meio urbano ainda supera o que pode ser encontrado no meio rural, tornando-se desta forma um fator determinante para que a população mais jovem destes locais não queira permanecer e nem dar continuidade a propriedade dos pais. Outro motivo foi dado que a partir da implantação do Polo Naval e os empreendimentos que vieram com ele e as diferentes ofertas de empregos na cidade, incentivou mais ainda a saída dos jovens em busca de outras oportunidades.

Alguns relataram que devido ao crescimento da população urbana com o aumento das ofertas de trabalho na cidade e a falta de moradia, a procura por terrenos nestas áreas aumentou consideravelmente, desta forma, aqueles que já tinham vontade de ir embora, acabam vendendo seus lotes, e vão tentar uma vida “melhor”.

A esposa de um dos entrevistados sobre esta venda dos lotes relatou que:

As pessoas se enganam achando que com o dinheiro vão conseguir ter uma vida melhor na cidade, chegam lá não conseguem comprar nada com o que vende aqui, não consegue emprego. A maioria só sabe lidar na lavoura, aqui pelo menos nós temos o que comer, é tudo simples mais o que temos dá para se viver (fala de uma das entrevistadas, 2013).

Figura 23 - Mapa dos Equipamentos Mecânicos Utilizados na Propriedade.



Fonte Malha Municipal IBGE (2010). Elaborado por PAULA, C.Q(2014).

Na questão sobre os equipamentos utilizados na propriedade como podemos observar na figura 25 a maior parte é de tratores, onde a maioria é utilizada na forma de empréstimo. Parte destes tratores é cedida pela prefeitura do município, uma parte pequena deste empréstimo é feito por algum proprietário que é dono deste trator e cede quando se faz necessário aos produtores vizinhos. Este é um dos equipamentos mecânicos mais utilizados pelos produtores familiares. A maior parte do serviço nestes locais é feita de forma artesanal sem a utilização de equipamentos mecânicos, caracterizando desta maneira a forma de trabalho da agricultura familiar.

Outra parte deste maquinário é composta de veículos de transporte que em algumas propriedades os donos possuem, pois além de produzirem ainda comercializam seus produtos nas feiras distribuídas no município. Os que possuem veículos próprios tem uma condição de

produtor familiar bem consolidada em relação a outros que não tem nenhum tipo de maquinário, sendo que o trabalho na propriedade ainda é feito de forma rudimentar. Mesmo com toda a modernidade deste século, com a facilidade de se ter acesso à cidade do Rio Grande, ainda podemos encontrar nas áreas pesquisadas agricultores trabalhando completamente de forma artesanal, sem o auxílio das “novas tecnologias”.

Ao analisarmos de uma forma geral as áreas estudadas sobre a representatividade da agricultura familiar pode-se afirmar que ela é bem caracterizada. Em todas as propriedades a base da produção desenvolvida se dá pela mão de obra de base familiar. Poucos são os produtores que contratam mão de obra de fora, caracterizando desta maneira uma das premissas da agricultura familiar. Outro fato importante é a diversificação na produção encontrada em todas as áreas da pesquisa.

Encontramos junto a estes agricultores principalmente aqueles que estão mais consolidados e aqueles mais antigos, uma relação mais estreita com o local onde vivem. Parte deles tem um vínculo muito forte com a sua terra, com a sua permanência neste local, muitos adquiriram seus lotes através da hereditariedade, fato que aumenta mais ainda a afinidade com a propriedade e o lugar.

Outro aspecto que podemos evidenciar junto aos agricultores de uma forma geral e uma relação mais próxima com a natureza. Algo que foi observado foi a crescente preocupação do produtor com o meio ambiente que vive e sua preservação. Aqueles que trabalham de forma convencional nos seus lotes relataram que atualmente tentam usar cada vez menos os “venenos” como eles se referem na sua produção, mas ainda acham difícil de passarem para outra forma de produzir. Concordamos com Lamarche (1993), quando caracteriza a agricultura familiar que a “família, propriedade e trabalho estão intimamente ligados”, encontramos esta ligação em todos os locais desta pesquisa.

Em uma quantidade menor encontramos aqueles que já vêm pensando e desenvolvendo nos seus lotes maneiras alternativas de tratar a terra. Foi na produção com base agroecológica a forma encontrada para harmonizar natureza e segurança alimentar. Este fato nos propiciou analisarmos que estes agricultores encontraram um consumidor fiel aos produtos por eles produzidos, tanto que se o produtor não conseguir por qualquer motivo ir ao encontro de seu consumidor, este consumidor vai ao encontro do produtor. Fato que estimula o produtor a continuar nesta transição na forma de produzir e a buscar um conhecimento maior nesta área.

Foi por este motivo que incluímos a localidade do Senandes que embora oficialmente pertença a área urbana do município, e o número de agricultores familiares ser pequeno, eles

se destacam na forma diferenciada de produzir. Buscando um equilíbrio entre a qualidade do que produzem e o meio ambiente onde tiram o sustento das suas famílias. Além disto, deixam claro que esta forma de produzir unindo homem e natureza em um objetivo maior, ou seja, a qualidade alimentar, agregou a seus produtos um diferencial frente a forma convencional de produzir e um público fiel a esta produção.

Apesar da proximidade com o meio urbano do município é possível encontramos os aspectos que diferenciam o rural do urbano. Encontramos coisas do cotidiano que são inerentes ao meio rural, como os hábitos, costumes as tradições como os festejos religiosos que os moradores relatam com tanto orgulho. As festas de finais de semana, onde a população se reúne e compartilham do mesmo espaço. São os espaços que Biazzo (2007) diz que se “manifestam identidades sociais”.

Da mesma maneira encontramos situações que no passado pertenciam basicamente ao meio urbano. Aparelhos de tevê, máquinas de lavar roupa, liquidificador, celular, etc. O que nos faz refletir sobre os estudos que visam definir o que é urbano é o que é rural e a dificuldade na atualidade para esta definição. Parte desta dificuldade pode ser relacionada com a facilidade nos meios de locomoção atualmente que deixam perto locais outrora considerados distantes.

Um aspecto que vem preocupando parte destes agricultores é a continuidade de seus lotes pelos herdeiros mais jovens. Uma relação que influencia diretamente este fator é a falta de incentivos a permanência destes jovens na propriedade. A maioria dos entrevistados reclamou sobre as dificuldades encontradas para terem acesso aos programas de políticas públicas que facilitariam muito o desenvolvimento dos seus lotes e que fariam os mais jovens terem vontade de continuarem a produzir nestes locais.

Diante das dificuldades vivenciadas pelos filhos mais jovens, acabam indo em busca de outras oportunidades na cidade, dificultando desta maneira a permanência dos mais jovens em darem continuidade ao patrimônio dos pais. Os entrevistados mais antigos relataram que não tem grandes esperanças dos mais jovens continuarem o trabalho na agricultura quando eles não tiverem mais condições de fazerem o trabalho na propriedade.

A facilidade de se chegar a estes lugares está propiciando que o meio urbano se incorpore no espaço agrário do município. Seja na forma de lazer, com várias moradias construídas pelos moradores da cidade para um descanso nos finais de semana. Ou através do turismo que está sendo incorporado constantemente a estes espaços, em alguns como é o caso da Ilha dos Marinheiros bem desenvolvido.

Esta facilidade trás o lado positivo e o lado negativo segundo seus moradores. Se por um lado a vinda dessas pessoas facilita o desenvolvimento deste espaço, por outro, a preocupação por parte dos produtores sobre o meio ambiente que vivem é bem significativo, já que o lixo deixado por estes visitantes em áreas que deveriam ser preservadas está visível em todos os lugares.

Isto fica bem evidenciado na fala da produtora que trabalha com o turismo na Ilha dos Marinheiros quando fala que “estou pensando em fazer alguma campanha para conscientizar a necessidade de preservar o meio ambiente e o cuidado que se deve ter com ele, só ainda não sei como fazer”.

Diferente da agricultura não familiar, que geralmente está limitado a uma ou duas culturas, o agricultor familiar além da diversidade de culturas tem na ocupação da familiar outro referencial que deve ser incentivado através de mais e melhores políticas públicas voltadas para este segmento da sociedade.

Onde a atuação pelos órgãos oficiais como EMATER e EMBRAPA é mais significativa foram encontrados produtores que mudaram a sua forma de produzir, saindo de uma produção convencional e entrando na produção com base na agroecologia, graças a um aumento no conhecimento técnico. Um aspecto bastante positivo a este respeito foi que nos locais onde esta produção está sendo desenvolvida e esta dando resultados positivos, este fato tem impulsionado que outros produtores diminuam o uso de agrotóxicos na sua produção e outros pensando em fazer esta transição também.

Apesar das diferentes dificuldades encontradas no espaço agrário das áreas selecionadas para o estudo, podemos dizer que independente dos números de agricultores familiares nestes locais, a importância de sua produção é marcante quando buscamos analisar a sua representatividade para o município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise da representatividade da agricultura familiar nas seis áreas pesquisadas, vários fatores confirmam a importância do seu desenvolvimento no município do Rio Grande. Em algumas áreas esta representatividade não se mostrou tão grande quanto imaginávamos. Este fato se deu pelo número de agricultores familiares que lá desenvolvem suas atividades e que resultou em montante menor do que pensávamos que encontraríamos.

Mas apesar de o número de agricultores familiares nestes locais não ser muito expressivo, este fator não diminui a importância destes agricultores nestas localidades e muito menos a importância da sua produção. Mostrando que mesmo em um número menor a agricultura familiar nos seus lotes está bem consolidada, sendo desta maneira importante para que estes produtores se mantenham neste espaço agrário e a contribuição da sua produção de alimentos para o município.

Vários fatores influenciam este número menor, dentre eles a não permanência dos mais jovens na agricultura, a proximidade da cidade do Rio Grande com o espaço agrário do município e, o desenvolvimento de vários projetos no Polo Naval como motivador para estes jovens irem à busca de novas oportunidades, o envelhecimento da população no meio rural, a procura de locais de lazer da população urbana nestes espaços e a facilidade principalmente no preço dos imóveis para os que não vivem neste espaço.

Fica evidente que faltam políticas públicas e parcerias com órgãos públicos que busquem através de projetos incentivarem estes jovens a continuar no espaço agrário mostrando que com os instrumentos certos é possível manterem-se nestes locais.

Nesta pesquisa, ficou evidente a importância destes sujeitos sociais que tem um desempenho econômico e social na representatividade do agricultor familiar no município. Através das análises nos mapas foi possível observar a importância do trabalho por eles desenvolvido para a economia do município. Além de se manterem no espaço agrário do município ainda comercializam parte do que produzem diretamente no município, possibilitando uma participação significativa no Produto Interno Bruto Municipal.

No que se refere às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no município, pode-se perceber que elas não atendem as necessidades da maior parte destes agricultores familiares. Uma forma de alterar esta situação seria rever as exigências e

garantias que estes agricultores precisam para ter acesso a elas, o que facilitaria o desempenho de suas atividades e consequentemente da sua propriedade.

Um fato que ajuda a manter estas famílias neste espaço podemos dizer que vem do número de aposentados encontrado em todos os locais pesquisados, parte deles confirmaram que se não tivessem a aposentadoria provavelmente não conseguiram manter seus lotes.

O fato é que a agricultura familiar no município tanto no âmbito econômico quanto social tem uma representatividade e uma importância bem significativa. Seja para manter esta população no espaço agrário do município e não “inchar” ainda mais a malha urbana da cidade, seja para o abastecimento da população urbana do município.

Desta maneira, podemos dizer que a produção da agricultura familiar no município do Rio Grande, representa um papel importante para estes produtores que com seu trabalho conseguem manter-se no local e tirar seu sustento. E para a zona urbana do município que tem acesso a uma alimentação com melhor qualidade ao seu alcance. Desta forma, é necessário pensar estratégias que consigam impulsionar estes agricultores familiares consolidados neste espaço, mas pensar ainda mais em estratégias que busquem manter os mais jovens neste espaço agrário tão essencial para o município do Rio Grande e sua população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R.VEIGA,J.E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Convenio FIPE/IPEA 07/97. Brasília: IPEA, 1999.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brochura de circulação restrita, 2007.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ALVES, F.D. **Geografia Ensaio & Pesquisa**, vol.16, n.3. Set/dez, 2012.

ALVES, F.N; TORRES, L.H. **A cidade do Rio Grande estudos históricos**. FRUG/SMEC: Rio Grande, 1995.

ALVES, F.N; TORRES, L.H. **Visões do Rio Grande: a cidade sob o prisma europeu do século XIX**. Rio Grande: EDIGRAF, 1995.

_____. **A cidade do Rio Grande: Uma abordagem histórico-historiográfica**. Rio Grande: FURG, 1997.

ANDRADE, M.C. **A Questão do Território no Brasil**. São Paulo. Editora HUCITEC, 1995.

ANDRADE, M.C. A construção da geografia brasileira. RA'EGA- **O espaço geográfico em análise**, n.3, ano III, 1999, p.19-34.

ÂNGULO, J.V; DOMINGUEZ, M.J.V. **Los procesos de urbanización**. Madrid: Síntesis, 1991.

BAGLI, P. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, M.E. B; WHITACKER, A.M. (org). **Campo e cidade: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BERNADES, N. **Bases Geográficas do Povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed: UNIJUÍ, 1997.

BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. CORREA, R.L &ROSENDAHL. **Paisagem e cultura**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 1998.

BIAZZO, P.P. Campo e Rural, Cidade e Urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. In: MARAFON, G.J.PESSÔA, V.L. S (org). **Interações Geográficas: a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa**. Uberlândia: Roma, 2007.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 3ed. Florianópolis: Editora: UFSC, 2007.

COLLIER, Jr J. **A fotografia como método de pesquisa**. São Paulo. EPU, 1973.

CORRÊA. M, T.F. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional: análise territorial em Rio Grande-RS (1987-1994)**. Dissertação de Mestrado em Geografia-PPGeo. Universidade Federal do Rio Grande, 2009.

COSGROWE, D. A Geografia Está em Toda Parte: cultura e simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORREA, R.L &ROSENDAHL. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

ESTATUTO DA TERRA: Presidência da República e Casos Jurídicos, Casa Civil-Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4504.htm. Acessado em: 26/03/2013.

FAO/INCRA. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico**, 1996. Brasília. In: GUARZIROLI, C.CARDIM, S(coord). **O novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**, 2000. Brasília FAO/INCRA.

FERNANDES, B.M. Os territórios do território. In: PAULINO, E.T; FABRINI, J.E (orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São PAULO: Expressão Popular: UNESP, 2008.

FAGUNDES, F. **Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do Município do Rio Grande**. Relatório de Caracterização Municipal (subproduto 2.1) Edição Revisada. Engeplus, 2013.

FONTOURA, L.F.M. A produção social do espaço agrário. In: VERDUM. R (org). **Rio Grande do Sul: paisagens e território em transformação**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2004.

FONTOURA, L.F. M, VERDUM, R. **Temáticas rurais: do local ao regional**. Universidade Aberta do Brasil-UAB/UFRGS e SEAD/UFRGS-Porto Alegre; Ed: UFRGS, 2009.

FONTOURA, L.F.M. RevistaGeographia, 2011. Disponível em: www.uff.br/geographia/ogs/index/pho/geografia/article. Acesso em: 10/03/2014.

FONTOURA, L.F.M. **Recordações do Pampa**-Estudo das transformações da atividade pecuária no RS, 2012. Disponível em: www.Observatoriogeograficoamericalatina.org.mx. Acesso em: 10/11/2013.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GIANFALDONI, M.H.MOROZ, M. **O Processo de Pesquisa: iniciação**. Brasília: Liber, 2006.

GIRARDI, P.E. O espaço geográfico e território: conceitos-chave para a geografia. **Preposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira.** Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2008.

GONZALES, A. Las encuestas y las entrevistas em las investigaciones geográficas. In: BALLESTEROS, A. (Coord.) **Métodos y técnicas cualitativas em geografia social.** Barcelona, Oikos-Tau, 1998, p. 53-59.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A questão agrária:** São Paulo: Brasiliene, 17^a ed,1993.

HAESBAERT, R. Des-caminhos e Perspectivas do Território. In. SPOSITO, E; SAQUET, M; RIBAS. A. **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

Territórios Alternativos. São Paulo: Contexto, 2006.

HEIDRICH, A.I. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, M.SPOSITO, E (orgs). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p.01-07.

LAMARCHE, H. **A Agricultura Familiar:** comparação internacional: do mito á realidade, v.II. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1998.

LAMARCHE, H. **A Agricultura Familiar:** comparação internacional. Campinas: UNICAMP, 1993, p. 13-33.

LAMARCHE, H.(Cood). **A agricultura familiar:** comparação internacional. Tradução Frédéric Bazin. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMPI, 1998.

LUZ, T.F. **Organização Sócio-produtiva do Assentamento Conquista da Liberdade-Piratini/RS.** Trabalho de Conclusão de Curso-Geografia. Universidade Federal do Rio Grande, 2011.

LUZ, T.F. **Espaços públicos no cenário urbano rio-grandino:** um estudo de caso do papel social das praças na cidade do Rio Grande. Dissertação de Mestrado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGeo. Universidade Federal do Rio Grande, 2011.

MANTELLI, J. Caracterização do espaço agrário na área de colonização do Rio Grande do Sul e suas repercussões socioambientais. **Anais do XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

MANTELLI, J. O processo de ocupação do noroeste do Rio Grande do Sul e a evolução agrária. **Revista Geografia,** volume 31. Nº 2, maio a agosto de 2006, Rio Claro/SP, 2006.

MAGALHÃES, M.O. **História do Rio Grande do Sul (1626-1930).** Pelotas. Editora: Armazém Literário, 2002.

MARTIN, M.A.Z.BENITO, M.T.R. **Conceptos y Práticas em Geografia Humana.** Editorial Universitaria- Ramón Areces- Madrid, 2010.

MACIEL, C.A.A. **Morfologia da Paisagem e Imaginário Geográfico**: uma encruzilhada onto-gnoseológica. Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

MARTINS, S, F. **Cidade do Rio Grande**: industrialização e urbanidade (1873-1990). Rio Grande: FRUG, 2006.

MATOS, P.F.PESSÔA, V.L.S. Observação e Entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. RAMIRES, J.C. L e PESSÔA, V.L. S (orgs). **Geografia e pesquisa qualitativa**-nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.

MENDONÇA, F. **Geografia Socioambiental**. Revista Terra Livre, ano1, nº16. São Paulo, 2001.

MIGUEL, L.A. **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2009.

MORESI, E (Org). **Metodologia da Pesquisa**. Brasília-DF, 2003.

MOURA, L.S. **A organização dos sistemas agrários presente na Agricultura Familiar da localidade da Favila-Canguçu/RS**. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande: FURG, 2012.

MOURA, J F. S. **A Produção Agroecológica do Município de Rio Grande**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGeo. Universidade Federal do Rio Grande, 2011.

OLIVEIRA, A.U. Agricultura brasileira: transformações recentes. ROSS, J.L. S (org). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

PAULITSCH, V.S. **Rheingantz**: uma vila operária em Rio Grande. Rio Grande. Editora da FURG, 2008.

PRADO Jr, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 24ª edição, 2006.

PRADO JR, C. Agricultura de subsistência. **A Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PRADEL, A. Histórico da Barra do Rio Grande. Disponível em: riograndevirtual.com.br/molhesdabarra/conteúdo/histórico.html. Acesso em: 20/02/2013.

PORTO, V.H.F. **Agricultura Familiar na zona Sul do Rio Grande do Sul**: caracterização Socioeconômica. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2002.

PORTO GONÇALVES, C, W. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 14ªedição. São Paulo: Contexto, 2006.

QUEIROZ, M. L.B. **A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Rio Grande: FURG, 1987.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMIRES, P.F. **Dimensão Humana da Qualidade Ambiental**: Balneário Cassino, Rio Grande-RS. Dissertação de Mestrado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGeo. Universidade Federal do Rio Grande, 2011.

ROSA, T.P. **Produção agrícola na Ilha da Torotama- Rio Grande/RS**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia-Bacharelado). Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2011.

RUIVO, J.C.V. Contribuição para a história da Ilha dos Marinheiros. Rio Grande-RS. **Temas de História do Rio Grande do Sul**. ALVES, F.N; TORRES, L.H (org). Rio Grande: Editora: FURG, 1994.

SAQUET, M.A. **Abordagens e Concepções de Território**. 2ed. São PAULO: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 2ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002[1996].

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Edusp, 2002[1978].

SANTOS, M. SILVEIRA, M.L. A categoria de análise não é o território em si, mas o território utilizado. **O Brasil**: Território e sociedade, no início do século XXI. 17ª ed. Rio de Janeiro: Record., 2013.

SANTOS, M. **Técnica espaço tempo**: Globalização e meio Técnico-científico-informacional. São Paulo: USP, 1994.

SILVA, J.G. **Estrutura Fundiária e Relações de Produção no Campo Brasileiro**. Disponível em: <http://www.cprepmauss.com.br/documentos/estruturafundiariaerelacoesdeproducaonocampo45723.pdf>.> Acessado em 18/11/2013.

SILVA, A.B. Questão agrária em questão. REIS, A.T e BATISTA, A.F (org). **Ensaio sobre a questão agrária**. 1ªed. São Paulo: Outras Expressões. 2013.

SOARES, P.R.R. Rio Grande do Sul- do rural ao urbano: demografia, migrações e urbanizações (1830-85). In: GERTZ, R; BOEIRA, N; GOLIN, T(orgs). **História Geral do Rio Grande do Sul-República**. 1ª ed. Passo Fundo: Meritos, 2007.

SOUZA, P.R.S. **Áreas Urbanas Desfavorecidas do Município do Rio Grande/RS**. Dissertação de Mestrado em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGeo. Universidade Federal do Rio Grande, 2011.

SPOSITO, M, E.B. A questão cidade/campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M.E. B; WHITACKER, A.M. (org). **Campo e cidade**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SUERTEGARAY, D.M. A. **Espaço Geográfico uno e múltiplo**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>.

SUERTEGARAY, D.M. A **Pesquisa de campo em Geografia**. GEOgraphia, Ano 4. nº 7. Niterói/RJ, 2002.

SUERTEGARAY, D.M.A. Geografia física e Geomorfologia: Temas para Debate. Revista da **ANPEGE**, 2009.

TUAN, Y, F. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difl, 1983.

VEIGA, J.E. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VIEIRA, E.F.RANGEL, S.S. **Geografia Econômica do Rio Grande do Sul**: entre as virtudes do discurso e os desafios da prática. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

VEIRA, E.F. **Planície costeira do Rio Grande do Sul**: geografia física, vegetação e dinâmica sócio-demográfica, Porto Alegre: Sagra, 1988.

VIEIRA, E.F.RANGEL, S.R.S. **Rio Grande**: geografia física, humana e econômica. Porto Alegre: Sagra, 1983.

VEYRET, M.C. **Géo-environnement**. Paris: Sedes, 1999.

ZANIRATO, S.H. A fotografia de imprensa: modos de ler. In: PELEGRINI, S.C. A; ZANIRATO, S.H(org). **As dimensões da imagem**: abordagens teóricas e metodológicas. Maringá: Eduem, 2005.

WANDERLEY, M.N.B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. In: WANDERLEY, M.N.B. **O Mundo Rural como Espaço de Vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed: da UFRGS, 2009.p.185-200.

WANDERLEY, M.N.B. **O agricultor familiar no Brasil**: um ator social da construção do futuro. Revista Agriculturas: experiências em Agroecologia, Rio de Janeiro-AS-PTA, 2009.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **XX Encontro Anual da ANPOCS**, 20, Caxambu/ MG, 1996, ANAIS.

APÊNDICE

Entrevistas aplicadas aos agricultores familiares com perguntas semiestruturadas.

Produtor	Localidade
Nascido na Localidade () Sim, () Não: Qual? (marcar com x)	
Mão de obra: () Familiar, () Empregados Observação: (colocar número de pessoas ocupadas)	
Principal produção (em relação a renda): Produtos só pra consumo familiar: O que deixou de produzir:	
Pra onde vende: () direto pro consumidor () associação cooperativa () mercado local () empresas de fora do município () outras: Quais? (escrever o percentual aproximado fechando 100%) Porque comercializa para esse comprador (principal): () maior preço () fidelidade – compra todo ano () colabora com a manutenção dos equipamentos () outro: Qual? (marcar com o x)	
Filiado a alguma associação, cooperativa ou sindicato? () Sim: Qual? () Não (marcar com x)	
Tem acesso a benefícios do governo? () Sim: Quais? () Não Já recebeu assistência técnica? () Sim: De quem? () Não (marcar com x)	
Usa quais equipamentos mecânicos? _____() próprio () aluga () empresta: quem? _____() próprio () aluga () empresta: quem? _____() próprio () aluga () empresta: quem? _____() próprio () aluga () empresta: quem? _____() próprio () aluga () empresta: quem? _____() próprio () aluga () empresta: quem? (marcar com x)	
Filhos continuam na agricultura? () Sim, Não () Quer que os filhos continuem na agricultura? () Sim, Não () (marcar com x) Qual a sua opinião sobre o futuro da propriedade? (com as palavras do produtor)	